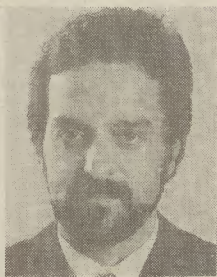


EM FOCO

Lembrar vitórias para voltar a vencer

Valorizar as vitórias conseguidas nesta legislatura, em especial, é demonstrar que os que menos têm e lutam podem vencer e que o PCP é a sua voz e o seu instrumento de luta essencial.



■ Luís Sá

Pág. 18

A válvula de escape

Bem se pode continuar a dizer que as passagens do PS pelo Governo se traduzem sistematicamente num contributo para a alteração da relação de forças na democracia portuguesa a favor do capital e contra os trabalhadores.

■ Lino de Carvalho

Pág. 19

Jovens de todo o mundo pela educação e o emprego

■ Margarida Botelho

Págs. 20 e 21

NACIONAL



Estação da Reboleira Valeu a pena lutar

Pág. 9

EUROPA

Reforma do mercado do vinho Países mediterrânicos continuam prejudicados

Pág. 11

Proletários de todos os países UNI-VOS!

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 18 de Fevereiro de 1999 • Preço: 180\$00 (IVA incluído) • N.º 1316 • Director: José Casanova

Trabalhadores denunciam

Pág. 5

TELECOM ILEGALIDADES DESORGANIZAÇÃO LUTA PELO PODER

Últimos dias da ERU em Portugal



ROSTOS E CUSTOS DA DESLOCALIZAÇÃO IMPUNE

A deslocalização deixa impunes os patrões que nem respeitam os compromissos assumidos perante o Estado

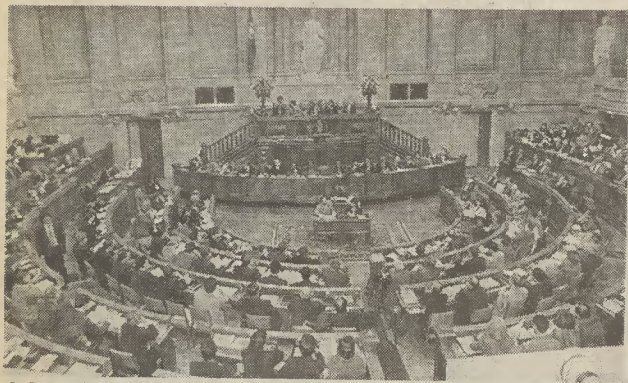
Centrais

Editorial

Serenidade e confiança

EDITORIAL

Serenidade e confiança



A Agenda 2000 foi discutida no Parlamento por iniciativa do PCP

RESUMO

10
Quarta-feira

Os operários da fábrica da Siemens de Évora iniciam uma greve de três dias em defesa dos seus postos de trabalho ■ No Tribunal Criminal da Boa Hora, o ex-corretor Pedro Caldeira nega que as dívidas a clientes particulares de que é acusado ascendam a 2,5 milhões de contos ■ Xanana Gusmão é transferido da prisão de Cipinang para uma residência no centro de Jacarta ■ A Etiópia e a Eritreia declaram trégua ao fim de cinco dias de combates ■ No Brasil, o governador de Minas Gerais, Itamar Franco, paga metade da dívida ao Governo federal ■ A pintora Maluda morre em Lisboa.

11
Quinta-feira

Por iniciativa do PCP, a AR discute o quadro negocial da Agenda 2000 ■ No relatório de sindicância à JAE, o ministro do Equipamento anuncia que, entre outros, Ferreira do Amaral vai ser investigado por alegado favorecimento de um empreiteiro ■ Em Vale de Cambra, uma menina de oito anos é raptada e violada ■ O presidente da Indonésia admite que Timor-Leste se torne independente até ao ano 2000 ■ O Governo espanhol afirma-se disposto a reavaliar as licenças de condução de Gibraltar no seu território e a utilização do seu espaço aéreo por aviões que sirvam a colónia britânica ■ Em Rambouillet, a delegação sérvia assina o plano-base para as negociações sobre o Kosovo ■ O Conselho de Segurança da ONU apela ao fim imediato do conflito entre a Etiópia e a Eritreia e pede aos Estados-membros que apliquem um embargo de armas aos beligerantes ■ Passam 20 anos sobre a Revolução Islâmica do Irão.

12
Sexta-feira

A imprensa noticia que a Comissão Europeia vai reduzir os fundos estruturais em 12,5 por cento, o que significa que Portugal vai receber menos 500 milhões de contos ■ O Senado norte-americano absolve o presidente Bill Clinton das acusações de perjúrio e obstrução à justiça ■ O Governo angolano anuncia a recuperação de Mbanza Congo, a capital da província do Zaire ■ No âmbito do processo de destituição, o Parlamento russo considera válidas as cinco acusações apresentadas contra Boris Ieltsin.

13
Sábado

O PCP critica a passividade do Governo em relação às deportações de portugueses dos EUA ■ As Nações Unidas nomeiam um representante permanente para os Direitos Humanos na Indonésia, com livre acesso a Timor-Leste ■ Um homem morre na Catalunha, Espanha, na sequência da explosão de uma bomba ■ A Líbia aceita que os dois suspeitos do atentado de Lockerbie sejam

julgados na Holanda por um tribunal escocês, dando um novo passo para pôr fim ao diferendo com os EUA, a Grã-Bretanha e a ONU.

14
Domingo

António Guterres, acompanhado de quase meio Governo, visita a XIX Feira do Fumeiro, em Vinhais ■ Narciso Miranda manifesta-se disponível para suceder a Fernando Gomes na presidência da Câmara do Porto ■ Num comício em Jacarta, em que participaram mais de cem mil pessoas, Megawati Sukarnoputri rejeita a possibilidade de Timor-Leste vir a ser independente da Indonésia ■ Na Guiné-Bissau, o presidente Nino Vieira encontra-se com Ansumane Mané, anunciando a «paz definitiva» para o país, após ambos se terem encontrado com a comissão europeia Emma Bonino ■ O Grupo de Contacto para a ex-Jugoslávia decide prolongar até dia 20 as negociações entre a Sérvia e os independentistas albaneses do Kosovo ■ O líder curdo Abdullah Ocalan pede asilo político à Grécia ■ Na Indonésia, pelo menos 13 pessoas morrem em violentos confrontos entre cristãos e muçulmanos.

15
Segunda-feira

O Conselho de Administração da Media Capital acusa o «DN» de lançar «suspeitas graves» e «infundadas» no processo de aquisição do controlo da TVI por aquela empresa; segundo o «DN», as autoridades estão a investigar a origem dos 14 milhões de contos investidos em Novembro pela Media Capital para a compra de acções da TVI ■ Os enfermeiros começam uma greve rotativa nos distritos do Porto e da Guarda ■ O ministro dos Negócios Estrangeiros iraquiano, Tarek Aziz, é recebido em Ancara, Turquia, o que provoca a indignação dos EUA ■ O Supremo Tribunal da Roménia condena Miron Cozma, dirigente mineiro, a 18 anos de prisão ■ Bill Clinton inicia uma visita oficial ao México ■ É libertada a jornalista chinesa Gao Yu, que se encontrava presa por «divulgação de segredos de Estado».

16
Terça-feira

O PCP critica a nomeação do ex-dirigente da Quercus José Manuel Palma para chefiar a recuperação das salinas do Samouco ■ Os trabalhadores da Direcção Geral do Tesouro iniciam uma greve de três dias ■ O líder curdo Abdullah Ocalan é preso por operacionais turcos em Nairobi, onde tinha pedido asilo na embaixada a Grécia, e enviado para a Turquia; os curdos saem à rua em todo o mundo, em manifestações de protesto, e invadem várias embaixadas gregas ■ Milhares de mineiros romenos protestam contra a condenação de Miron Cozma ■ Os EUA avisam Belgrado que a recusa da presença da NATO no seu território tornará inevitável o «bombardeamento» da Jugoslávia.

O facto de o Carnaval ter assentado arraiais entre os congressos do PS e do PSD, parece não ser apenas obra do acaso: quer o congresso rosa quer os preparativos do congresso laranja, contêm alguns ingredientes para que o Entrudo propriamente dito tenha aparecido como a legítima e natural ponte de ligação entre aquelas duas espectaculares realizações, promovidas pelos principais defensores e protagonistas da política de direita.

Atente-se, por exemplo, no espectáculo de «Ronaldo e Ronaldinha» a sofreram as agruras de, por 20 mil contos, «abrilhantar o curso de Alcobaça»; ou no melancólico Entrudo do Pavilhão Atlântico, com o qual a RTP se propôs devolver aos portugueses «o velho Carnaval folião, sem corsos e cortejos» - e veja-se se qualquer destas foliões não pede meças seja ao espectáculo protagonizado pelo Professor Marcelo e pelos seus pares do PSD, face ao anúncio da candidatura do Dr. Mário Soares a deputado do Parlamento Europeu, seja à feérica encenação ocorrida no fim-de-semana anterior no Coliseu dos Recreios...

Quer isto dizer que a onda de desprestígio da «política» e dos «políticos» - que tão bem serve os interesses dos que, em nome da «modernidade», pretendem reduzir os cidadãos à condição de espectadores passivos e facilmente manipuláveis - continua a ter abundante alimento e, certamente, a aumentar de volume.

O congresso do PS teve na continuação da política de direita a sua grande vencedora. Sempre presente - quer nos momentos mais vibrantes, quer nos engarrafamentos decorrentes do facto de as várias vias disponíveis desembocarem na via única do «sim» a todas as moções apresentadas - ela passou-se durante dois dias, triunfante, do primeiro ao último momento. Até o facto, aliás natural naquelas circunstâncias, de o «Tino de Rãs» e o «Manel 25» terem sido mais aplaudidos do que Guterres, Soares e Alegre reverteria em seu favor. E ao lado da grande vencedora, desfilou sempre a sua indispensável e incondicional aliada: a ânsia da maioria absoluta.

São por de mais conhecidos os perigos e malefícios da maioria absoluta. Mas para quem disso duvidasse, a obsessão doentia pela dita, evidenciada das mais diversas formas nas múltiplas intervenções produzidas no decorrer do congresso, há-de ter sido amplamente esclarecedora. Foi notório o esforço dos vários oradores no sentido de a pedir fingindo que a não pediam, de falar dela sem a chamar pelo nome. E esse esforço foi, ele próprio, o sinal mais elucidativo dos perigos e perversidades que a maioria absoluta encerra. Acabaria por caber a Guterres o mérito de pôr a nu tudo o que, sobre a matéria, lhes vai na alma: começou por apresentá-la envolvida em duas vantagens e um perigo; apropriou-se, a seguir, das vantagens considerando-as como dado generalizadamente adquirido; finalmente, afastando o perigo com um «juro-vos que jamais...», disse-nos claramente que o que queria, de facto, era o poder absoluto.

«Carnavalesco» foi, também, o anúncio da candidatura «suprapartidária» do Dr. Mário Soares. Trata-se da

tentativa de passar a todos os portugueses um atestado de menoridade mental e política, cujas responsabilidades devem ser atribuídas, em partes iguais, aos proponentes e ao proposto. E a ausência do candidato anunciado, no espectáculo da sua anunciação - ausência com a qual o próprio pretendia, segundo confessou, evidenciar o tal carácter «suprapartidário» - só vem confirmar que estamos perante um, neste caso sim, «colossal embuste». Não se contesta aqui, obviamente, o direito que ao PS assiste de ir buscar Mário Soares à sua auto-anunciada reforma e o pôr a encabeçar a lista do seu partido; e muito menos o direito que, inegavelmente, assiste a Mário Soares de aceitar ser cabeça de lista do seu partido. O que aqui se rejeita e denuncia é a manobra que visa apresentar-nos como «suprapartidária» uma candidatura que não só não o é, como, pelo contrário, é eminentemente partidária.

O anúncio do cabeça de lista do PS desencadeou um caudal de considerações e reacções disparatadas e absurdas. Parte dos comentadores de serviço não só ignorou a mistificação patente no pretendido carácter «suprapartidário» da candidatura, como trepou a patamares superiores de desrespeito pela inteligência dos portugueses.

Nas hostes laranja, o descontrolo foi geral. Marcelo Rebelo de Sousa, qual «folião» em fim de Quarta-Feira de Cinzas, partiu desaustinadamente à procura do seu «soares», sempre seguido de perto pelo inevitável Paulo Portas. Acabaria por decidir-se por Leonor Beleza e por ali se quedou, atirando Portas para um incómodo terceiro lugar na lista da AD. (Em

tudo o caso, com a enormíssima compensação, oportunamente sublinhada pelo terceiro, de ser o primeiro... do PP.) Com tudo isto, PSD e PP, cada um por si e os dois aninhados na AD, assumem a sua condição de derrotados. Não só nas eleições de 13 de Junho mas, e especialmente, nas legislativas de Outubro. Daí que, no congresso que se avizinha, não se afigure muito provável que alguém ouse contestar a liderança de Marcelo. Nem do lado dos seus amigos - que, em princípio, estão lá para o apoiar, nem do lado dos seus, digamos assim, adversários - que não de seguir o lógico raciocínio: «já que é para perder, que perca ele...».

Este cortejo de «carnavalescos» emerge a necessidade permente de uma mudança na vida política nacional; emerge a posição singular, porque séria, do PCP. Definindo tempos à luz das suas análises e dos seus objectivos (e não por pressão de decisões de outrem); consciente da importância do seu papel na luta contra a política de direita e por uma viragem à esquerda; prosseguindo com êxito o esforço colectivo que constitui o novo impulso na organização, intervenção e afirmação política do Partido - o PCP tem razões para encarar as próximas batalhas eleitorais com serenidade e confiança. E é neste estado de espírito que as irá travar, confiante em que conseguirá demonstrar a um número crescente de portuguesas e portugueses que a defesa dos seus interesses passa pelo reforço da expressão eleitoral da CDU e pela eleição de mais deputados seus no Parlamento Europeu e na Assembleia da República.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Soares Pereira Gomes, 3
— 1600 — 196 Lisboa. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Soares Pereira Gomes, 3 — 1600 — 196 Lisboa
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.º A,
1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058.
NIF — 500 090 440
Inscrição na Direcção Geral da Comunicação Social
N.º 102235

DISTRIBUIÇÃO:
Distribuição ADE's
Editorial «Avante!» — Av. Almirante Reis, 90, 7.º A,
— 1100 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota — Linho — 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B.L. 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.º A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7.º A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 — 139 Sintra
Depósito legal n.º 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 46 100\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 28 600\$00	50 números: 33 850\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

«Operação fumeiro»

Ao som da Cavalcada das Valquírias, três helicópteros, lá em cima, e um batalhão de carros, lá em baixo, avançam para Nordeste. O alvo da luzida comitiva é Vinhais, onde está a decorrer a XIX Feira do Fumeiro. O primeiro helicóptero, um Puma da Força Aérea, comanda a operação: transporta o Primeiro-Ministro, António Guterres. Nos outros dois, cedidos pelo Serviço Nacional da Bombeiros (SNB), seguem os ministros Capoulas Santos e Jorge Coelho (este último vindo directamente de Seia, onde, de manhã, participara na Feira do Queijo da Serra da Estrela). Nos potentes carros viajam os secretários de Estado necessários ao bom êxito da operação, nomeadamente Armando Vara, natural de Vinhais e tutelador do SNB. Assim se iniciava a «operação fumeiro», nome de código escolhido pelo Governo para esta etapa da monumental operação de caça ao voto em que está ocupado a tempo inteiro e que constitui sua prioritária preocupação.

Depois de, sempre sorridente e sempre ajeitando a madeixa, ter inaugurado tudo o que havia e não havia para inaugurar, o Primeiro-Ministro atacou, então, os soberbos fumei-

ros, sob os olhares agradecidos de «centenas de pessoas que não se cansaram de o aplaudir», enquanto o ministro Capoulas Santos entregava o primeiro prémio do concurso do melhor salpicão. A tantos aplausos respondeu Guterres com sorrisos, com ajeitares da madeixa, com apertos de mãos, com abraços, enfim com todos aqueles pequenos gestos que um governante da sua estirpe sabe ter quando desce ao povo - gestos que são uma espécie de rebufados com os quais, num dia, adoça os amargos de boca provocados pela política que pratica nos restantes dias do ano; gestos que, ao fim e ao cabo, têm como objectivo essencial apagar das memórias o desencanto real provocado por essa política e semear esperanças irreais de que, no futuro, tudo será diferente.

É justo reconhecer que, nesta matéria, o engenheiro Guterres sabe da poda. Confirmou-o em Vinhais, aliás na sequência de uma vasta série de exhibições reveladoras de notável versatilidade e das quais emerge o insuperável número que consiste em tirar uma soberba lebre do sacó onde, à vista de todos, pusera antes um enfezado gato. Foi assim que, a

dado momento, perante a manifesta impossibilidade de cumprimentar directamente todos os presentes, pegou nos rebufados todos que ensaiara e, como o semeador que saiu a semear, atirou-os ao povo, num gesto largo e magnânimo: «Se me esqueci de cumprimentar alguém, peço desculpa. Um abraço para todos.»

Enfim, bem comida e, presumo, bem bebida, a alegre comitiva rumou a Lisboa. Garantem-me fontes dignas de todo o crédito que, na viagem de regresso, Wagner foi substituído por Vangelis e por outros autores mais digestivos. Outra fonte, igualmente fidedigna, sublinha o facto de, confirmando o pleno êxito da missão, helicópteros e carros virem repletos de soberbos queijos da Serra e de variados parentes próximos do salpicão justamente premiado. Quem não cabia em si de contente era o ministro Jorge Coelho que, não conseguindo esconder o que lhe vai na alma, garantia: «Até às eleições legislativas vai ser sempre assim.» Ou seja: com queijo da serra, salpicão e transparência democrática.

■ José Casanova

Caudilhismo eleitoral?

No «DN» de passada sexta-feira, o sociólogo Manuel Villaverde Cabral publicou um artigo dominado por um imenso deslumbramento com a candidatura de Mário Soares ao Parlamento Europeu e teve a franqueza de explicar que vê nessa intervenção a vantagem de conferir ao federalismo «uma visibilidade e uma legitimidade que não teve até hoje entre nós».

Até aqui tudo bem, ou seja, estamos no território das ideias, concepções e projectos que cada um defende e das correlativas solidariedades, tudo coisas que se podem discutir em qualquer altura.

Acontece porém que, a dado passo do artigo, MVC escreve que «não foi só a AD a atingida pela candidatura» logo acrescentando que «contra a vitória anunciada de Soares, o eleitorado do PCP apenas poderá refugiar-se na abstenção».

Como o autor da singular afirmação não se deu ao trabalho de a justificar, nasceu em nós a exigência de decifrar as misteriosas razões por que alguém acha que a única saída do eleitorado do PCP seria a abstenção.

A primeira hipótese a considerar, seria ou a de imaginar que MVC está a pensar que Mário Soares beneficiará no eleitorado do PCP de uma excepcional admiração ou então que esteja a pensar em votos em presidenciais.

Mas, sobre isto, talvez convenha ter em conta duas coisas: a primeira é que se é sensato admitir que nem todo o eleitorado do PCP solte improperios ou cortantes desabaços de cada vez que vê Soares ou dele ouve falar, também será igualmente sensato admitir que nem todo o eleitorado do PCP terá propriamente Soares no panteão dos seus afectos; a segunda é que convém não esquecer que, da última vez que Mário Soares foi a votos (presi-

denciais de 91), quem nele mandou votar foi o PSD, já que o eleitorado do PCP votou muito unido em Carlos Carvalhas que obteve 12,9%.

A segunda hipótese seria o caso inacreditável de MVC se estar a esquecer que, afectos e simpatias à parte, não se vai eleger nenhum Presidente do Parlamento Europeu, não está em disputa um único lugar como nas presidenciais, antes estão em disputa 25 lugares portugueses no PE e pelo sistema proporcional. O que tem como óbvias e indiscutíveis consequências que, com muitos ou poucos votos, Mário Soares sempre só ocupará um desses 25 lugares e que, para o sentar no PE, bastará que a lista do PS obtenha qualquer resultado a partir de 5%.

Ou seja, mesmo quem não ache mal ou até ache interessante que Soares seja eleito para o PE, pode ficar descansado que os resultados garantirão isso, sem ser portanto necessário que alguém abandone as suas tradicionalmente distintas opções de voto centradas nas ideias em que realmente acredita e na força política em que efectivamente confia.

Sinceramente, não gostaríamos nada de ver um intelectual tão atento às questões da cidadania como MVC desembocar, por causa do soarismo e do federalismo, na inadvertida defesa de uma espécie de caudilismo eleitoral.

Um caudilismo eleitoral erguido na base da deturpação da natureza das eleições de 13 de Junho e fomentado para, em nome de Soares e em pretenso nome de Portugal ou da Europa, dar ao PS a cabazada de votos que ele usaria em Portugal para aquilo que Manuel Villaverde Cabral muito bem sabe e muitas vezes tem criticado.

■ Vítor Dias

MORDOMOS e amos

Sobre Richard Butler já muito se escreveu. Um outro mordomo (*butler* em inglês) está de serviço nos Balcãs. William G. Walker é o chefe da «Missão de Verificação no Kosovo», teoricamente ao serviço da OSCE para verificar o respeito por acordos de pacificação daquela província jugoslava. O norte-americano Walker celebrou-se em meados de Janeiro ao aparecer na aldeia de Racak, perante algumas dezenas de cadáveres, acusando de imediato a polícia sérvia de cometer um massacre. Walker não teve dúvidas, nem precisou de qualquer averiguação. O mesmo não se passou com o correspondente do jornal francês *Le Monde* (21.1.99), que admitiu a possibilidade de se estar perante uma encenação macabra, em que os corpos de separatistas kossovores caídos em combate haveriam sido recolhidos num único local para simular a ocorrência duma matança a sangue frio. Walker voltou à carga de forma bizarra, ao discursar no funeral colectivo dos mortos de Racak, falando em «crime contra a Humanidade», e afirmando: «o Diabo visitou Racak e a vida foi totalmente eliminada» (*Público*, 12.2.99).

Mas quem é, afinal, William Walker? Walker foi Embaixador dos EUA em El Salvador entre 1988 e 1992. Eram os anos da guerra. Uma guerra em que os EUA apoiaram o governo e os militares salvadorenhos, de quem o Relatório de 1993 da Comissão da ONU para a Verdade diz: «as forças militares, apoiadas pelo Governo e pelo *establishment* civil foram claramente os principais perpetradores de massacres, execuções, torturas e raptos durante a guerra civil. Estes actos não podem ser imputados aos excessos da guerra, mas antes a decisões de matar, premeditadas e ideologicamente inspiradas». Ao lado dos assassinos governamentais combateram, discretamente, tropas dos EUA. Walker discursou numa cerimónia em memória de 21 soldados estado-unidenses que morreram em combate no El Salvador (noticiado pelo *Washington Post*, 6.5.96). A guerra generalizou-se após os grandes massacres de 1980 e o assassinato do Arcebispo Oscar Romero, que se insurgira contra a repressão e exigira aos EUA que cessassem o auxílio militar ao exército salvadorenho. O mandante desse assassinato foi Roberto D'Aubuisson, convidado por Walker em 1989 para participar na festa que a sua Embaixada ofereceu por ocasião do dia nacional dos EUA (citado no livro *Killing Hope*, de W. Blum). Foi durante a missão de Walker em El Salvador que foram assassinados pelos militares seis padres jesuítas. Comparem-se as declarações actuais de Walker com as que proferiu então (recolhidas por *The Consortium*, 26.1.99): «problemas de controlo de gestão existem em situações como esta»; «não estou a justificar, mas em alturas destas, de grande emoção e grande perigo, coisas deste tipo acontecem»; «qualquer pessoa pode obter uniformes, o facto de [os assassinos] vestirem uniformes militares não prova que tenham sido os militares». Walker aparece também envolvido no escândalo Irão-Contras. O seu nome é mencionado mais duma dúzia de vezes no relatório da comissão oficial de inquérito sobre essas actividades do Governo Reagan, que violava secretamente uma proibição parlamentar de financiar os Contras nicaraguenses - outro bando de assassinos e massacradores de civis inocentes. Afinal, o «bombeiro» da OSCE é um pirómano profissional...

Os mordomos existem para servir os seus amos. Walker não tem dois pesos e duas medidas. Tem apenas o peso e a medida dos seus amos. E o objectivo dos amos de Walker já nem sequer é muito dissimulado: arranjar forma de meter tropas da NATO na Jugoslávia, um país soberano que não quer lá tropas estrangeiras. A fabricação de actos que «justifiquem» as suas agressões não seria novidade para o Governo dos EUA. A manipulação de organizações internacionais para esse fim também não. E a utilização de chacinhas - reais ou apenas mediáticas - para «justificar» intervenções estrangeiras no conflito jugoslavo vai-se tornando terrivelmente banal.

Lembram-se de quando a NATO era uma «aliança defensiva», necessária por causa da «ameaça russa»? A «ameaça» onde está? Mas a NATO vai ter novos membros para o mês que vem. E as tropas dos EUA instalam-se (para ficar) em cada vez mais zonas do globo, do Médio Oriente aos Balcãs. A agressão contra países soberanos, fora de qualquer legalidade internacional, está-se a tornar prática corrente. É isto o imperialismo.

■ Jorge Cadima



Foto: Sérgio Morais

SEMANA



Conselheira de Habibie confirma intenção de libertar Timor-Leste

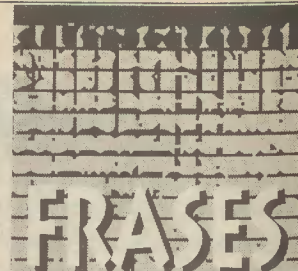
A conselheira do presidente indonésio, Dewi Fortuna Anwar, disse que a principal alternativa da Indonésia para solucionar a questão de Timor-Leste é libertar o território, noticiou em Jacarta a agência Antara. Anwar referiu que a Indonésia encara muito seriamente a libertação de Timor-Leste através de uma resolução da

Assembleia Consultiva Popular e garantiu que Jacarta permitirá um «período razoável de transição» se o povo timorense optar pela independência. A conselheira do Jusuf Habibie falou à agência oficial indonésia Antara em Camberra, onde transmitiu a posição do presidente indonésio sobre Timor-Leste ao

ministro dos Negócios Estrangeiros australiano, Alexander Downer. «Downer pareceu um tanto surpreendido com a decisão indonésia e com a última declaração do presidente B. J. Habibie. É por isso que disse que queria ir a Jacarta para obter uma confirmação adicional», afirmou Dewi Fortuna Anwar à Antara.

De facto, Alexander Downer tem agendada para o próximo dia 25 uma deslocação a Jacarta, onde poderá confirmar com o próprio presidente Habibie a sua afirmação de que quer a questão de Timor-Leste resolvida em 1 de Janeiro de 2000, admitindo que o seu governo favorece a independência do território, invadido pe-

la Indonésia em 1975, como solução para o problema. Estas novas declarações de Habibie sobre Timor-Leste foram proferidas durante uma recepção no palácio a uma associação muçulmana indonésia, embora o presidente indonésio continue sem explicar como se fará a auscultação popular aos timorenses.



“A partir de 1 de Janeiro do ano 2000 não queremos ter o fardo do problema de Timor.”

(Jusuf Habibie, Presidente da Indonésia, Público, 13.2.99)

“É imprescindível procurar ouvir os acusados e pôr à sua disposição todos os meios de defesa. Sem estas precauções, a Comunicação Social, a pretexto e ao abrigo de um indiscutível direito a informar, poderá tornar-se presa fácil de pessoas ou grupos, constituídos em fontes, que mais não visam que a liquidação dos respectivos adversários.”

(Diogo Pires Aurélio, Diário de Notícias, 15.2.99)

“Como era previsível e aqui se escreveu logo que rebentou o caso JAE, o general Garcia dos Santos passou de acusador a acusado, por força de uma sindicância ordenada pelo ministro João Cravinho que, já se sabe, não brinca em serviço (...) Se os resultados do inquérito se confirmarem e o princípio da responsabilização política for levado às últimas consequências, o próprio ministro do Equipamento terá de responder.”

(Fernando Madrinha, Expresso, 13.2.99)

“Apurem-se as responsabilidades até ao fim, dizem todos. E assim deve ser. Mas estamos em ano de eleições e é bom que não se agigantem as culpas de uns e se desvalorizem as culpas de outros, segundo a escolha que dê mais jeito a quem está na mó de cima.”

(idem ibidem)

“O Governo não encontrou até agora, nas famílias socialista e social-democrata, mais que boas palavras pela frente [sobre a Agenda 2000] e melhores facadas pelas costas.”

(João Amaral, idem)

“A desproporção desta vaga anticorrupção pode criar cinismo no público: “a fumarada esconde fogo”.”

(Luís Salgado Matos, Público, 15.2.99)

“Mário Soares] nunca deixou de ser coerente. Na verdade, sempre gostou de fazer hoje o contrário do que havia dito ontem.”

(João Carreira Bom, Diário de Notícias, 14.2.99)

“Freud explica: todos os grandes homens mantêm a infância dentro de si mesmos. [Mário] Soares age com a seriedade com que brinca uma criança.”

(Eduardo Prado Coelho, Público, 15.2.99)

“Tenho ganho dinheiro como nunca ganhei na minha vida.”

(Mário Soares, Visão, 11.2.99)

Botto acusa «alguém» de o envolver no caso JAE

O antigo vice-presidente da Junta Autónoma das Estradas (JAE), Donas Botto, declarou à Lusa que está a ser «colocado no centro de um conflito político Governo-oposição», acusando «alguém» (que não identifica) de «me tentar colocar no centro de um conflito político Governo-oposição, através de absurdas afirmações difundidas em diversos órgãos de informação, cujo denominador comum é a sua proveniência, aliás, sobejamente conhecida». Neste contexto, Donas Botto recusou responder a qualquer questão da Agência Lusa sobre o caso JAE ou o relatório da sindicância feita àquela empresa, onde o seu nome é referido como estando envolvido em «irregularidades». A Lusa recorda que vários jornais publicaram que terá sido Donas Botto a «denunciar», na sindicância, o ex-ministro Ferreira do Amaral como sendo o responsável por alegado favorecimento da empresa Tecnovia, num concurso para construção de um troço da CRIL. Donas Botto era então membro da Comissão de Avaliação e Adjudicação deste concurso.

Senado absolve presidente Clinton

O Senado dos EUA absolveu o presidente Bill Clinton das acusações de perjúrio e obstrução à justiça, arrumando de vez o processo de destituição desencadeado pelo procurador-geral Ken-



neth Starr. O Senado, constituído por 100 elementos e onde o Partido Republicano tem mais 10 assentos que o Partido Democrata, votou contra a primeira acusação - a de perjúrio - com 55 votos sobre 45 (verificando-se, por isso, o voto favorável ao presidente Clinton de todos os repre-

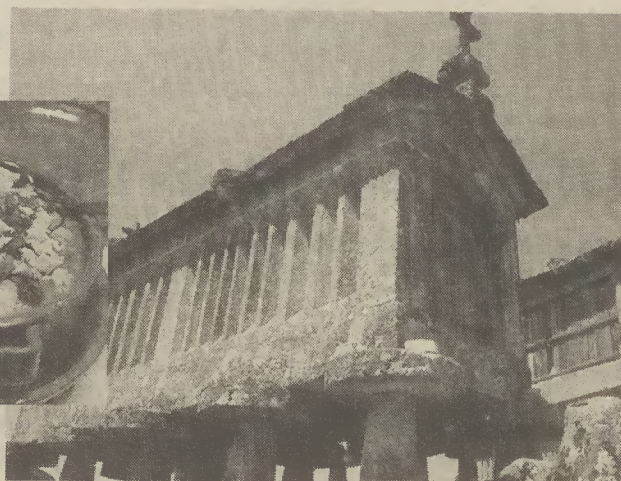
sentantes democratas mais 10 republicanos), enquanto na acusação de abuso de poder se verificou um empate, com 50 votos para cada lado. De qualquer modo, o processo de destituição de Bill Clinton ficou assim encerrado em definitivo, dado que apenas poderia prosseguir se o Senado tivesse aprovado as acusações por uma maioria de dois terços. O Partido Republicano foi, assim, o grande derrotado deste processo onde, a pretexto de alegados *affaires* sexuais do presidente Bill Clinton com uma estagiária da Casa Branca e das tergiversações do presidente no assumir dessas histórias de alcova, o Partido Republicano desencadeou, através do seu correligionário Kenneth Starr, uma operação jurídica sem precedentes com o objectivo confesso de levar Bill Clinton à destituição. Muitos milhões de dólares depois - pagos pelos contribuintes - e um espectáculo degradante à escala planetária, o processo foi definitivamente encerrado com estas votações do Senado.

«Domingos Gastronómicos» a «provar» no Alto Minho

A Região de Turismo do Alto Minho (RTAM) iniciou este fim-de-semana, em Arcos de Valdevez,

os «Domingos Gastronómicos», uma iniciativa que ocorre alternadamente em vários concelhos. Os «Domingos Gastronómicos» percorrem, até ao próximo dia 9 de Maio, os 12 concelhos que compõem a RTAM, na tentativa de cativar os visitantes a saborear as receitas tradicionais do Alto Minho. Esta iniciativa, que pretende divulgar a gastronomia alto-minhota, conta com a colaboração das câmaras municipais e dos restaurantes locais que, num esforço promocional, vão praticar durante esse período preços mais acessíveis.

Assim, depois da estreia em Arcos de Valdevez, onde o «Domingo Gastronómico» se prolongou até ao dia de Carnaval, seguem-se os concelhos de Monção e Esposende, no dia 21 de Fevereiro, com o prato de lampreia. O concelho de Paredes de Coura dará a provar as trutas do rio Coura no dia 28 de Fevereiro e no primeiro domingo de Março (dia 7), Valença acolhe esta iniciativa gastronómica com o seu cabrito. No dia 14 de Março, é a vez de Terras de Bouro darem a sabo-



rear a sua especialidade, o cozido com feijão e couves, seguindo-se, no dia 21, os pratos de peixes e mariscos em Caminha e Vila Praia de Âncora e, no dia 28, o famoso bacalhau de Viana do Castelo. Os «Domingos Gastronómicos» interrompem-se no fim-de-semana da Páscoa e regressam a 11 de Abril, em Vila Nova de Cerveira, com o sável, seguindo-se o cabrito do Monte, no dia 18, em Melgaço, a 25 de Abril em Ponte da Barca oferecerá a costela barrosa e, no dia 2 de Maio, em Ponte de Lima, é a vez do tradicional arroz de sarrabulho. O ciclo dos «Domingos Gastronómicos» termina a 9 de Maio, em Barcelos, onde os visitantes poderão saborear as tradicionais papas de sarrabulho.

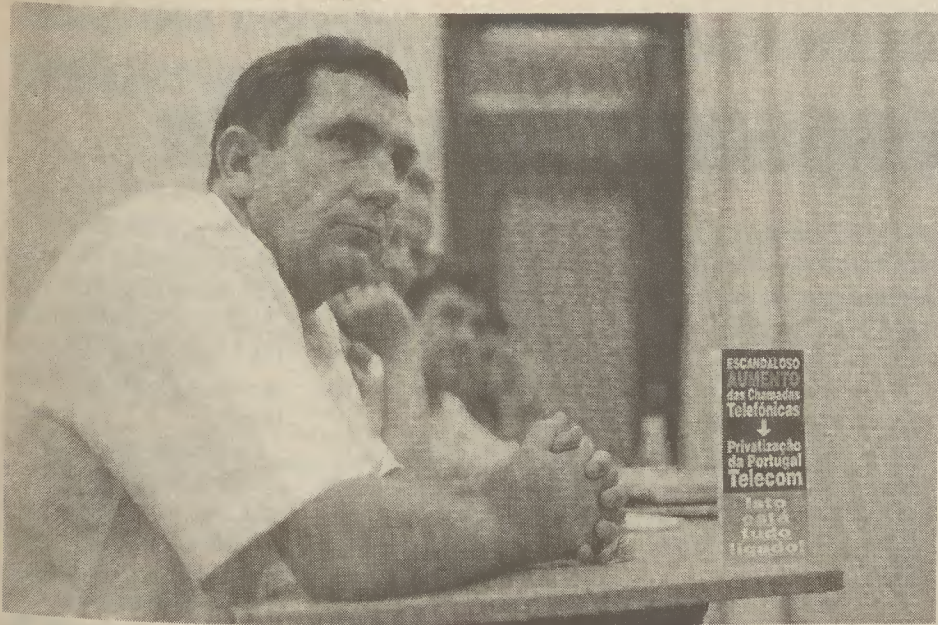
Guerra aberta em Israel entre religiosos e laicos

A cidade de Jerusalém foi palco de duas grandes manifestações no domingo: uma



de 250 mil judeus ultra-ortodoxos e outra de 50 mil defensores da democracia e da continuação de um Estado laico. Os ultra-ortodoxos organizaram esta iniciativa para protestar contra a intervenção dos tribunais em «assuntos religiosos», acusando a Justiça, nomeadamente, de se ter pronunciado contra a isenção do serviço militar para os estudantes religiosos, a proibição de funerais laicos, actividade política dos rabinos municipais, a recusa de receber mulheres em cursos destinados a homens no Serviço Nacional de Emprego, ou à recusa de aceitar membros não ortodoxos nos Conselhos Religiosos Municipais. Para os laicos, as decisões dos tribunais são necessárias para que Israel não se transforme num Estado religioso. «Não queremos que isto seja o Irão» e «Separar a religião do Estado» eram frases que se podiam ler nos cartazes dos manifestantes. Nas palavras de Abraham Burj, presidente da Agência Judaica e membro destacado do Partido Trabalhista, existe «uma guerra cultural em Israel, uma luta de vida ou de morte pela democracia». A esta manifestação organizada pelos partidos de esquerda, juntaram-se o ministro da Justiça, Tsaji Hanegbi, o ex-ministro dos Negócios Estrangeiros, David Levy, e o líder do movimento pacifista Meretz, Iosi Sarid.

TRABALHADORES



CT denuncia ilegalidades, desorganização e luta pelo poder

Aos protestos dos utentes somam-se graves acusações feitas pelos representantes dos trabalhadores da Portugal Telecom. Na luta pelo poder, parece ter vencido uma «linha dura», liderada pelo novo presidente da Comissão Executiva para as Comunicações Fijas, o homem que foi «o progenitor» da última reestruturação, refere uma informação da Comissão de Trabalhadores, em distribuição ao pessoal da PT.

Telecom prepara novo salto no escuro

A CT começa por exigir da administração o cumprimento da Lei 47/79, que faz preceder de um parecer dos representantes dos trabalhadores qualquer reorganização da empresa, de capitais maioritariamente públicos.

Entretanto, por aquilo que conhece da nova reorganização - que classifica como «desorganização» -, a CT interpreta a criação de sub-holdings como uma medida que tem por objectivo separar, a prazo, as várias áreas de negócio da PT e criar empresas distintas. «Isto virá em prejuízo da rede fixa (e da maioria dos trabalhadores) que já suporta uma política comercial altamente discriminatória e retrógrada», afirma a Comissão de Trabalhadores. A dúvida é manifestada sob a forma clara de acusação: «Será que, na lógica da administração, o importante é organizar para vencer o futuro e manter a liderança do mercado, ou pretende manter a instabilidade na empresa, pelo menos, até 1 de Janeiro de 2000, ano da liberalização total das telecomunicações?»

Promoção do demérito

Depois de recordar, quanto à última reestruturação efectuada na empresa, que «toda a gente sabe que a verticalização foi um grande falhanço, com elevados custos daí decorrentes», a CT expressa o seu espanto por o «progenitor» daquela linha ter visto reforçado o seu poder na PT, ao ser promovido a presidente da Comissão Executiva das Comunicações Fijas. «Como é possível transformar o demérito em mérito», interroga a CT, frisando que, «desde que foi nomeado admi-



Os problemas da Portugal Telecom, quer quanto ao serviço prestado aos utentes, quer no que toca às matérias laborais, estão intimamente ligados à estratégia da privatização e consequente definição do lucro máximo como objectivo principal da empresa (fotos de arquivo de um encontro nacional de trabalhadores e de uma OPV na Bolsa de Lisboa)

nistrador da PT, em 1995, o novo PCE das Comunicações Fijas tem sido o porta-voz da administração para as questões mais delicadas e, normalmente, com um discurso radical». No comunicado são apontados alguns exemplos, como afirmar que uma empresa que se pretende moderna não pode ter nos seus quadros trabalhadores com a 4.ª classe, ou que há certas pessoas na PT que precisam de uma vassourada, ou ainda defender que a empresa seja limpa dos indesejáveis.

Para a Comissão de Trabalhadores, a nomeação decidida pela administração mostra que, «não satisfeita com o mau trabalho que prestou à empresa e ao País com a última reestruturação (verticalização), aposta agora na fuga para a frente». «Esperamos que não seja mais um empur-

rão para o abismo», comenta-se no comunicado. A indignação daquele responsável é também vista como uma indicação de que «na luta de grupos, parece ter vencido a ala dura, liderada pelo novo PCE para as Comunicações Fijas, reforçando desse modo a sua qualidade de comissário político e, segundo consta, com o apoio incondicional do representante visível dos grandes grupos financeiros».

É igualmente contestado o nome do novo director-geral de Recursos, que «não tem história» na PT, «veio para DGR pela mão do representante dos grandes grupos financeiros e, certamente, vai ser um yes-man». Questionando se o novo director-geral estará à altura das responsabilidades, a Comissão de Trabalhadores adianta que, se a sua

capacidade «puder ser medida pelo negócio do Brasil, no qual foi o consultor principal, então, teremos de dizer que deixa muito a desejar, tendo em conta que, com a sua preciosa colaboração, a PT esbanjou com o negócio 140 milhões de contos».

Contra as repetidas afirmações de que o negócio do Brasil teria sido um sucesso, a CT desafia a administração a criar «uma comissão idónea para elaborar o Livro Branco da Internacionalização» e a divulgar depois as conclusões.

Apesar do tom fortemente crítico da informação aos trabalhadores, a CT diz que aguarda «com serenidade» a implementação da ordem de serviço que veio definir as novas competências dos administradores da Portugal Telecom. «Como qualquer docu-

mento de grandes linhas de orientação, a referida ordem de serviço carece de regulamentação específica, e essa é ainda desconhecida», pelo que a CT espera «que o bom senso prevaleça e que as nomeações, a existirem, sejam com base na competência técnica e humana e nunca na cor política».

Despedimentos?

A Comissão de Trabalhadores regista que, «interrogado o Dr. Murteira Nabo, em reunião com os organismos representativos dos trabalhadores, no dia 9 de Fevereiro, sobre possíveis despedimentos na PT, ele reafirmou que «enquanto for presidente desta casa, não haverá despedimentos». Mas a CT adianta que o responsável máximo da empresa «confir-

mou também a existência de 30 milhões de contos para redução de pessoal em 1999, que vão ser aplicados em pré-reformas, aposentações antecipadas, suspensões de contratos e rescisões por mútuo acordo» e afirma que Murteira Nabo «não nos convenceu com as explicações para depois do ano 2000».

A CT admite mesmo que «parece ter sido aprovado» um plano de curto ou médio prazo para redução drástica dos recursos humanos. «Não acreditamos que o PS nacional e os seus homens de mão na PT pretendam criar qualquer conflito social em vésperas de dois actos eleitorais muito importantes, mas atenção às novidades do ano 2000», previne a Comissão de Trabalhadores, reafirmando que «unidos, vamos vencer mais esta dificuldade».

TRABALHADORES

Governo recusa propostas da Frente Comum

Administração Pública responde com a luta

No final de uma reunião com o Governo, na semana passada, em que deveriam ser discutidas as propostas da estrutura mais representativa dos trabalhadores do Estado, Paulo Trindade salientou a «inflexibilidade» do Governo, que, mesmo com uma proposta pecuniária mais baixa, não alterou a sua posição quanto à questão salarial.

O porta-voz da Frente Comum de Sindicatos alega que esta, nas posições que

apresentou dia 10, teve em conta um documento apresentado pelo Governo de «meras

intencões», a 25 de Janeiro, e que propôs a «solidificação desse documento, que seria credibilizado através de duas medidas imediatas em relação às carreiras mais degradadas».

É o caso, refere a notícia da Agência Lusa, da alteração da carreira do pessoal auxiliar, em discussão na AR, e que deveria ser de imediato aceite pelo Governo, mas que foi

lamentavelmente rejeitada, sublinhou Paulo Trindade. Outra questão fundamental para a Frente Comum é o índice 100 (o salário mínimo praticado na Função Pública), que cada vez mais se afasta do salário mínimo nacional. A solução passa, segundo os sindicatos, por um aumento mínimo de 4 mil escudos por trabalhador.

Paulo Trindade adiantou que estão já previstas na Administração Local lutas em torno, nomeadamente, do sub-

sídio de insalubridade, penosidade e risco e, no âmbito da Administração Central, estão também previstas lutas do pessoal não docente das escolas e dos trabalhadores auxiliares da Saúde.

Estes últimos tinham convocada para ontem uma concentração-vigília junto ao Ministério da Saúde, como forma de protesto pela não publicação do diploma que consagra as carreiras profissionais. O responsável da Federação Nacional dos Sindicatos da Função

Pública para esta área, Paulo Taborda, recordou à Lusa que o diploma começou a ser negociado com o Governo em 1993, tendo sido obtido um consenso em Dezembro de 1996.

Para ontem estava também agendada uma reunião com a ministra, de cujo resultado depende a decisão de desencadear uma greve dos cerca de 30 mil trabalhadores auxiliares da Saúde, paralisando diariamente uma instituição durante todo o mês de Março.

Beiralã

Contratação violada

Os trabalhadores da Beiralã (ex-Fisel), no passado dia 9, paralisaram a laboração como forma de protesto contra a tentativa do patronato de impor o trabalho ao fim-de-semana, apesar de o contrato colectivo de trabalho dizer que a entidade patronal não pode alterar a situação de um trabalhador de um turno fixo para qualquer outro turno sem seu consentimento.

Segundo a Comissão Concelhia de Seia do PCP, a administração da Beiralã não está impedida de pôr a empresa em laboração contínua mas deverá fazê-lo recorrendo - como o contrato colectivo prevê - à admissão de trabalhadores que só laborem no turno de fim-de-semana e feriados. Essa seria, aliás, dizem os comunistas, a solução ideal para todas as partes: «os trabalhadores mantinham os horários que hoje têm; o concelho ganhava mais postos de trabalho; a administração rentabilizava todo o potencial de produção da empresa».

Mas como a Beiralã «sente as costas quentes dos “amigos” do Governo e da Câmara», prefere «espremer» os trabalhadores, numa «lógica de lucro a qualquer preço, com trabalho rotativo», sem se importar com

os prejuízos e a desorganização da vida familiar que assim causa. Os trabalhadores deveriam era perguntar ao Governo, prossegue o PCP, se o «apregoadado exemplo da Beiralã como empresa recuperada de sucesso» tem a ver «com *carta branca* à administração para fazer dos trabalhadores *gato sapato*» e transformar «o *sucesso* em *pesadelo*» ao não respeitar os direitos consignados no Contrato Colectivo de Trabalho.

Por seu lado, o PCP, «reconhecendo a indignação e o direito dos trabalhadores, irá tomar todas as medidas ao seu alcance para travar as intenções dos patrões da Beiralã».

Metalúrgicos do Porto organizam-se

No seguimento do trabalho iniciado em Outubro de 1998, os trabalhadores metalúrgicos comunistas do Porto deram, em plenário realizado no sábado passado, um importante passo em frente na luta pela consolidação de uma forte organização do sector. Designadamente através da constituição da Comissão de Metalúrgicos do Porto, formada por oito elementos, e da aprovação de um conjunto de medidas e de orientações de trabalho para os próximos meses.

Das medidas tomadas, destacam-se a criação de seis células de empresa; o objectivo de recrutar 40 novos camaradas e a ligação ao

Partido dos metalúrgicos «desorganizados»; a aprovação de um orçamento de receitas e várias linhas de iniciativa política junto dos trabalhadores do Porto para o seu apoio eleitoral à CDU.

O plenário, sendo um ponto de chegada, de recuperação de trabalhos dispersos e energias adormecidas, de reflexão crítica e autocrítica, foi sobretudo um ponto de partida para os próximos tempos, tornando o «novo impulso» uma realidade nos metalúrgicos do Porto.

mais que «o empenhamento de todos vai ser necessário» para que a viabilização se concretize de facto e haja uma gestão controlada e eficaz durante o próximo ano; que os cerca de 400 trabalhadores que há dezenas de anos pertencem à Oliva vendida não vejam desrespeitados os seus direitos; e que os 400 trabalhadores que ficarão na «Oliva Fundição» possam trabalhar e cumprir a carteira de encomendas, sem sobressaltos provocados por apetites imobiliários.

Aliás, esta «apetência para a construção imobiliária» na zona terá que ser combatida, sublinham os comunistas. E cabe aos partidos políticos e à autarquia local, prosseguem, a responsabilidade de impedir a especulação imobiliária, designadamente através do cumprimento da recomendação aprovada na Assembleia Municipal, no sentido da revisão do PDM, de forma a inviabilizar a construção habitacional na zona e a abertura de uma rua pelo interior das instalações da Oliva.

Oliva com futuro?

Os trabalhadores da Oliva, que sempre acreditaram na viabilização da empresa, vêm finalmente o fruto de três anos de luta.

Sendo certo que não se pode dizer que a situação da empresa é hoje a ideal, a verdade é que, dentro das condicionantes existentes, é aquela que no momento dá mais garantias na manutenção dos postos de trabalho e na defesa dos interesses da região.

Por isso, diz a Comissão Concelhia de S. João da Madeira do PCP, tinham razão os que consequentemente lutaram por um futuro para a Oliva, quando muitos já achavam que nada havia a fazer. Concretamente, o PCP e a sua comissão concelhia local tiveram um papel destacado no acompanhamento, incentivo, denúncia e pressão junto do poder local e nacional, no sentido da continuidade da empresa e da salvaguarda dos postos de trabalho.

É, no entanto, «bom ver que agora há muito mais gente a dar a voz a esta posição». Tanto

Greve de solidariedade em Riba d'Ave

Os 190 trabalhadores da fábrica da Filda, de Riba d'Ave, Famalicão, decidiram realizar ontem uma greve de solidariedade com as onze colegas que se recusam a mudar para o turno da noite, disse sexta-feira uma delegada sindical. Maria da Conceição Costa adiantou à Lusa que as onze trabalhadoras que se recusam a mudar do turno da manhã para o da noite vão manter-se à porta da fábrica até que a Inspeção Geral de Trabalho obrigue a administração a respeitar a lei.

A greve tem também por objectivo pressionar a administração a negociar com o Sindicato Têxtil do Minho e Trás-os-Montes, numa reunião já agendada para hoje, nas instalações de Famalicão da Inspeção de Trabalho.

As funcionárias em luta - que uma nota do sindicato denomina de «Marias da Fonte» - encontram-se junto à entrada da fábrica, debaixo de um pequeno coberto, desde terça-feira da semana passada, quando a administração resolveu impedi-las de entrar no período habitual de trabalho, entre as seis e as catorze horas, após terem recusado a imposição da mudança de turno. «A administração começou por chamar duas trabalhadoras, a quem quis impor a ida para a pré-reforma sem verem um centavo de indemnização», adiantou a sindicalista, frisando que, como ambas recusaram a proposta, «a administração escolheu 11 à sorte e entregou-lhes uma carta, obrigando-as a mudar para o turno da noite, em jeito de chantagem».

As funcionárias, que se protegem do frio com recurso a um pequeno fogareiro e vão tomando cafés que os colegas e a vizinhança

lhes trazem, acusam a proprietária, Maria da Conceição Pires Ferreira, de «não dialogar com ninguém» e de as «querer escorraçar, apesar de terem entre 20 e 35 anos de casa e de sempre terem sido boas trabalhadoras».

«Se a patroa nos chamasse e nos pedisse, por razões de aumento da produção, para que mudássemos de turno, não teríamos coragem para dizer não, mas o que se passou foi apenas uma tentativa de nos vergar e de arranjar motivo para nos despedir», acusam, dizendo-se «com saudades» dos anteriores administradores, familiares dos actuais, que «tratavam os operários com mais humanidade».

As trabalhadoras não aceitam também o argumento da administração de que é necessário reactivar o turno da noite devido ao aumento da produção, já que - garantem - «a produção se encontra num período de baixa, como é habitual na época de Inverno».

Como motivos para a recusa em mudar de turno, as trabalhadoras apontam a idade avançada da maioria, entre 40 e 50 anos, e o facto de terem filhos e pais idosos para cuidar, que não podem ficar abandonados de noite. A situação mais dramática é a de uma operária viúva, que fica sem salário devido à greve e que as colegas dizem que não tem mais ninguém para a ajudar financeiramente. A Agência Lusa tentou ouvir a versão da proprietária, mas esta recusa-se a receber a comunicação social.

A Filda - Fabrica de Fiação dos Casais, Lda produz fio e linhas de coser, não sendo conhecidas dificuldades de tesouraria ou falta de encomendas.

Ameaças de desemprego em Viana do Castelo

Algumas empresas da região de Viana ameaçam atirar para o desemprego cerca de centenas de trabalhadores, devido ao incumprimento salarial, alertou a União dos Sindicatos do distrito.

Em declarações à Lusa, o coordenador da USVC/CGTP, Fernando Silva, fez o ponto da situação das empresas de Viana do Castelo que apresentam maior instabilidade financeira e, consequentemente, dificuldades na regularização de vencimentos em atraso, apontando os casos da Fábrica de Lactínios Âncora, da Darcose e da Electro-Lima.

A Âncora, com cerca de cem trabalhadores, ainda tinha por liquidar, segundo aquele sindicalista, o salário do mês de Janeiro, o subsídio de Natal e os retroactivos de Janeiro de 1998. Do mesmo modo, a Darcose, empresa de fabrico de móveis de cozinha, com cerca de 25 trabalhadores, tem em atraso uma parte do salário do passado mês de Dezembro, os subsídios de férias e de Natal de 1998 e o vencimento de Janeiro de 1999.

No que se refere à Electro-Lima, empresa de instalação de mate-

rial eléctrico, Fernando Silva informou que o atraso no pagamento dos salários levou a que cerca de 40 dos 75 trabalhadores da firma tenham rescindido os respectivos contratos de trabalho. Segundo o sindicalista, a instabilidade financeira da empresa arrasta-se há alguns meses, tendo os trabalhadores organizado em 1998 uma manifestação frente aos escritórios da empresa, reclamando trabalho e a regularização dos salários em atraso.

Fernando Silva salientou que há também acções que decorrem no Tribunal de Trabalho de Viana do Castelo e foi também apresentado um pedido de falência.

Sobre a Empresa de Pescas de Viana, o sindicalista observou que a administração decidiu em finais de Dezembro de 1998 avançar com a rescisão de contratos de trabalho por acordo a cerca de 40 funcionários, com o cumprimento dos direitos decorrentes da desvinculação. A EPV terá que proceder, de acordo com Fernando Silva, aos pagamentos em 16 prestações mensais dos salários em atraso, dos subsídios de férias e de Natal de 1998 e de indemnizações.

MARINHA GRANDE Organização discute eleições

A Comissão Concelhia da Marinha Grande do PCP levou a efeito, no dia 5 de Fevereiro, uma reunião geral de militantes com a participação de Fernanda Mateus, membro da Comissão Política. Com a preceção de mais de seis dezenas de militantes, a reunião teve como objectivo dar a conhecer as iniciativas programadas para o corrente ano, alertar a organização para os dois actos eleitorais que se avizinham e para a necessidade de reforçar o trabalho do Partido, tendo em vista a consolidação e melhoria dos seus resultados.

Fernanda Mateus, que fez uma análise à actual situação social e política e perspectivou o trabalho nos próximos tempos, depois de um animado debate, esclareceu algumas dúvidas colocadas pelos participantes e expôs algumas conclusões do proveitoso debate que naquela noite se travou na Sala Abril do Centro de Trabalho.

SESIMBRA É bom que «se entendam»

Na última reunião da Assembleia de Freguesia de Santiago, realizada para discutir a situação da empresa «Tecnogomes», os eleitos da CDU apresentaram uma moção, que foi aprovada, relembrando a doação de três mil contos da empresa à Junta - razão por que esta se encontra agora envolvida na polémica - e exigindo que os organismos envolvidos assumam as suas responsabilidades.

A este propósito, a Comissão Concelhia de Sesimbra do PCP considera oportuno referir que, devendo a localização da «Tecnogomes» receber parecer do Ministério do Ambiente e a autorização ser dada pela Administração da APSS (nomeada pelo Governo) e articulada com o PDM da responsabilidade da autarquia local - tudo órgãos dirigidos pelo Partido Socialista - será bom que todos se entendam.

CASCAIS CM quer privatizar SMAS

A Administração dos SMAS de Cascais está a preparar-se para privatizar os Serviços Municipalizados. O alerta é dado pela célula do PCP na Câmara Municipal que acusa a maioria socialista pela má gestão dos serviços e diz não ter sido por acaso que o PS saneou o representante da CDU nos SMAS.

Os comunistas lembram que, já quando da privatização dos serviços de Higiene e Limpeza, os trabalhadores haviam estado contra, vindo os resultados desta medida a dar-lhes razão: a limpeza urbana está cada vez pior e a empresa SUMA não está a cumprir nem a 80 por cento.

No que respeita às regalias dos trabalhadores, apesar das promessas, há cada vez mais atropelos, desde a mudança de horários, a trocas de voltas de recolha ou às horas extraordinárias que não são lançadas na folha de ordenado.

Por isso a célula do PCP diz não à privatização e solidariza-se com os objectivos de luta dos trabalhadores.

FIGUEIRA DA FOZ PS extingue Matadouro

O Matadouro Municipal da Figueira da Foz, ameaçado de encerramento pelo Governo PSD, foi agora extinto pelo Governo PS que, assim, faz desaparecer uma unidade industrial e 30 postos de trabalho.

Apesar de não ter qualquer deputado eleito pelo distrito, o PCP foi o único partido que se bateu empenhadamente contra esta medida, diz a Comissão Concelhia da Figueira da Foz, responsabilizando o IROMA e o Ministério da Agricultura por tomarem, assim, «mais difícil a situação dos produtores e talhantes» desta região.

Por outro lado, sublinha o PCP, a extinção do Matadouro incentiva o recurso ao abate clandestino - numa altura em que os problemas de saúde pública relacionados com o consumo da carne estão na ordem do dia - e deixa os produtores e comerciantes dependentes dos especuladores do sector.

TROFA Urge impedir obras

Sem ter em conta as alterações propostas pelos trofenses, a REFER está a avançar com as obras de duplicação e electrificação da via férrea, dando seguimento ao projecto aprovado pelo anterior governo com a convicção da Câmara Municipal de Santo Tirso e Junta de Freguesia de S. Martinho de Bougado, ambas do PS.

A Organização de Trofa do PCP, a quem cabe a denúncia, diz que este projecto, a ser concluído, «não só dividirá fisicamente a freguesia de S. Martinho em dois pólos distintos, como criará, com as suas passagens subterrâneas, zonas facilmente aproveitáveis para práticas marginais».

Considerando, pois, urgente, impedir que as obras prossigam, os comunistas exigem que a Comissão Instaladora do Concelho de Trofa assuma sobre o problema «uma posição pública e inequívoca, de defesa dos interesses dos trofenses».

Ílhavo e Vagos

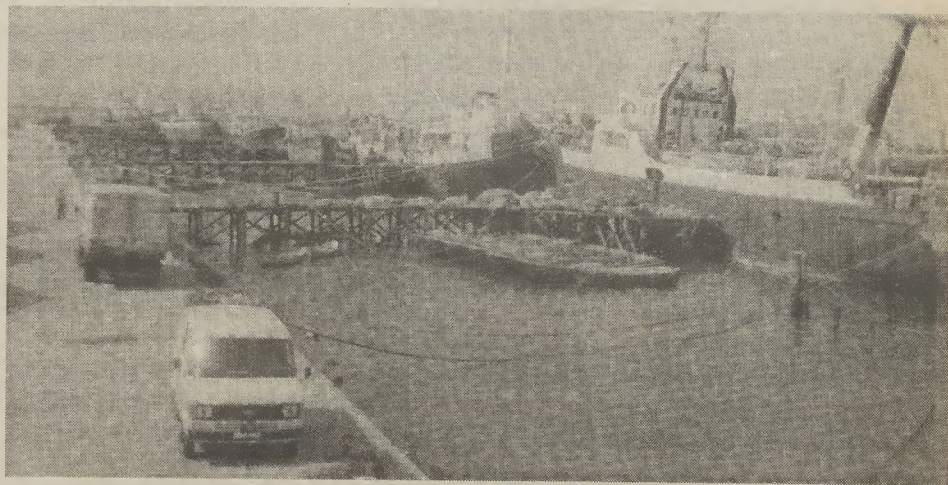
Assembleia elege Interconcelhia

Com a participação de cerca de três dezenas de militantes, realizou-se no dia 6 de Fevereiro, no Salão da Junta de Freguesia de S. Salvador, em Ílhavo, a 2.ª Assembleia Interconcelhia das Organizações de Ílhavo e Vagos do PCP.

O projecto de Resolução Política posto à discussão dos participantes fazia a caracterização económica, social e política dos dois concelhos e apontava as principais medidas de organização e direcção do Partido.

Os problemas que hoje enfrentam as principais actividades económicas de Ílhavo e Vagos - pescas e agricultura -; o aparecimento de novas empresas de diversos sectores de actividade, designadamente na indústria cerâmica, no comércio e nos serviços; as grandes insuficiências que se registam no campo do ensino, da cultura e da Saúde; a ausência de uma correcta política de habitação; o eterno adiamento da construção do ICI; os baixos salários e o agravamento dos fenómenos de tráfico e consumo de drogas foram alguns dos problemas discutidos, a par do crescendo de acção popular que simultaneamente se regista.

Para dar resposta a estes problemas, os comunistas de Ílhavo e de Vagos apontaram algumas medidas organizativas que passam, nomeadamente, pela eleição de operários e jovens para os



Em Ílhavo (na foto) e Vagos o PCP reforça a sua organização e a ligação aos trabalhadores

organismos de direcção; a criação de novos colectivos partidários; o recrutamento de novos militantes e o reatamento da ligação de outros ao Partido; a actualização de quotas; a participação mais activa nas iniciativas centrais do PCP; a dinamização da venda do «Avante!» e «Militante» e a maior divulgação dos materiais de propaganda partidária; a intensificação de acções de esclarecimento e mobilização dos trabalhadores.

concelhia, composta por seis camaradas.

No decurso da Assembleia, Francisco Menezes, membro da Assembleia Municipal de Ílhavo, traçou uma panorâmica relativamente ao funcionamento da Câmara - marcado pela arrogância do Presidente e o adiamento da resolução dos principais problemas - e José Alberto, da Gafanha da Nazaré, referiu a «obra de fachada» da Câmara na Avenida Central, numa freguesia «onde não existe qualquer outra rua com passeios».

O jovem Maranhão abordou as medidas de reorganização que a JCP está a implementar e Ismael Grilo falou das obras de melhoramento de que o Centro de Trabalho precisa, alertando para a necessidade de empenhamento da organização na Campanha de Fundos neste momento em curso a nível nacional.

Vagos, por sua vez, sublinhou as profundas transformações económicas e sociais ocorridas no concelho com a perda de peso do sector agrícola e o incremento da indústria e dos serviços e, ao

mesmo tempo, referiu a precariedade laboral e a falta de cumprimento dos direitos dos trabalhadores que acompanham estas alterações.

Por fim, Sérgio Teixeira, membro da Comissão Política do Comité Central, analisou a situação política a nível nacional e salientou as principais batalhas políticas que se avizinham, designadamente o prosseguimento da mobilização e denúncia da ofensiva legislativa do Governo a nível laboral e as eleições para o Parlamento Europeu e para a Assembleia da República.

Apontando estas como as grandes prioridades da acção dos comunistas, neste momento, o dirigente do PCP considerou ainda que o reforço da CDU, em número de votos e de deputados, é «fundamental para uma viragem à esquerda na política nacional».

Seixal Ensino - que democratização?

Realizou-se, no dia 6 de Fevereiro, no Seixal, um debate sobre «Insucesso e abandono escolar: que condições sociais para o sucesso educativo?», o terceiro de um ciclo iniciado em Dezembro, no Barreiro, e coordenado pela Organização do Ensino da Direcção da Organização Regional de Setúbal.

No início do debate, e dentro de um princípio organizador mais abrangente - «A escola na sociedade de classes» -, a mesa que coordenou os trabalhos lançou como tema de discussão «Que democratização do Ensino na sociedade de classes?».

Ao repto responderam Manuela Esteves e Inês Castro, a quem couberam intervenções de fundo, dinamizadores do debate que se pretendia aprofundado.

Manuela Esteves começou por considerar que a escola, não podendo, por si só, transformar a sociedade, tanto pode ser um instrumento que ajude a transformação social ou, pelo contrário, pode servir para manter as desigualdades. A seguir, referiu como as sucessivas políticas de ensino têm acentuado na escola portuguesa o papel reprodutor das desigualdades sociais... apesar dos discursos oficiais em contrário. Estando o PCP, como demonstrou, na frente da batalha pela democratização da escola.

Inês Castro, por sua vez, fez a

leitura do problema a partir de uma experiência de luta de muitos anos, vivida numa «escola de risco», como é a Escola Básica 2/3 do Monte de Caparica.

Retomando, pois, a questão inicialmente colocada, perguntou: «Será que a escola pode ser inclusiva quando vivemos numa sociedade de classes?» E à própria pergunta respondeu sem reservas: «A Escola Básica 2/3 do Monte de Caparica é um exemplo concreto de que não é possível, porque a exclusão social é transportada para dentro da escola.»

Assim, o melhor a fazer é tentar minorar os efeitos da exclusão social, evitando ao máximo que esta se transforme em exclusão escolar, prosseguiu, analisando, contudo, as dificuldades com que se esbarra para atingir esse objectivo. Dificuldades que vão da inadequada formação de professores à ausência de políticas sociais e educativas efectivamente empenhadas na resolução dos problemas.

A partir daqui, o debate generalizou-se. Aceso, emotivo e dinâmico, com intervenções de professores encarregados de educação e elementos das associações de pais, uns assumidamente comunistas, outros declaradamente não comunistas. Todos, porém, com a preocupação comum da construção de uma escola democrática no País.

Setúbal

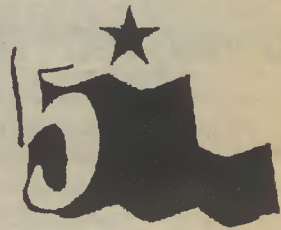
5.ª Assembleia é depois de amanhã!

Tal como o «Avante!» noticiou na sua última edição, realizou-se no próximo sábado, a partir das 10.00 horas, no Pavilhão da Siderurgia Nacional, a 5.ª Assembleia de Organização de Setúbal. Ao fim da tarde, Carlos Carvalhas, Secretário-geral do Partido, que assistirá a todos os trabalhos, fará uma intervenção de encerramento.

A Assembleia pretende reflectir os avanços organizativos registados desde 1995, altura em que se realizou a última Assembleia, sem escamotear, naturalmente, os aspectos negativos do trabalho do Partido na região, aos quais procurará dar a resposta mais adequada.

Um número a registar é o de novos militantes, desde então inscritos no Partido - a rondar os 1400 -, dos quais 39% são mulheres (em 1995 a média era de 30%) e 45% têm menos de 30 anos.

O saldo definitivo de militantes a participar no trabalho preparatório, encetado em Janeiro passado, será certamente significativo. Um curto balanço realizado no último



fim-de-semana, quando ainda faltava apurar os dados de um grande número de reuniões e assembleias realizadas, apontava para uma mobilização de mais de 2000 militantes, prevendo-se, em relação às propostas de alteração ao anteprojecto de Resolução Política, que elas ultrapassem as 300. Quanto aos delegados, dos cerca de 850 que se prevê, já mais de 600 tinham sido eleitos na altura.

ÉVORA Portucel Recicla com novas instalações

Os trabalhadores da Portucel Recicla que, desde a construção do Alqueva e a submersão do local onde a empresa está instalada - zona de Mourão -, exigem a garantia do futuro da fábrica e dos seus postos de trabalho, vêem agora coroada de êxito a sua luta, com a o anúncio do lançamento pelo Primeiro-Ministro da primeira pedra da nova fábrica. O PCP saúda, assim, a luta dos trabalhadores mas alerta que, só por si, o anunciado lançamento da primeira pedra não significa que o futuro da fábrica e do emprego esteja garantido, tanto mais que o processo de privatização do Grupo Portucel lança «novas sombras de preocupações». Prometendo acompanhar de perto a efectiva construção da fábrica, o PCP defende, ainda, a necessidade da nova unidade corresponder aos mais exigentes padrões tecnológicos sob o ponto de vista ambiental.

ALENTEJO Governo já em campanha

Prosseguindo as «operações de propaganda» que habitualmente realiza, principalmente em período de eleições, o Governo PS vai também mandar ao Alentejo o ministro da Agricultura para anunciar o que chama a «Reforma Agrária do Século XXI». A operação, denuncia o Organismo Inter-Regional do Alentejo do PCP, consiste em instrumentalizar (tal como já fizera o Governo de Cavaco Silva) a assinatura de centena e meia de contratos de arrendamento a agricultores e de dez contratos de venda de prédios rústicos a jovens agricultores, obrigando-os a deslocar-se ao Palácio D. Manuel, em Évora, criando «o cenário ideal para o discurso da Reforma Agrária do Século XXI. Ou seja, juntar uma centena e meia de agricultores que há muito lutam pela consolidação do estatuto da terra que exploram. O que o Governo PS pretende, dizem os comunistas, é «desviar as atenções da política ruínoza» que vem praticando e dos milhões de contos que tem distribuído pelos grandes proprietários. Se não, o que faria seria criar uma nova agricultura, tendo por base a transformação do sequeiro em regadio e a exploração familiar da terra e avançar com a construção de inúmeras barragens que estão por fazer no Alentejo.

VIANA DO ALENTEJO Uma autarquia com obra

A Comissão Concelhia de Viana do Alentejo, reunida recentemente para analisar a situação política do País e do concelho, definiu as medidas necessárias para o reforço do Partido, designadamente a reactivação da célula dos comunistas na Câmara Municipal e a criação de um organismo no sector dos mármore e construção civil. Outro aspecto que os comunistas realçaram foi o papel fundamental do Poder Local em Viana do Alentejo, hoje um concelho «dinâmico e a caminho da modernidade» e que, fruto do trabalho dos comunistas e seus aliados, tem instalados projectos há muito ambicionados pela população. Entretanto, com vista à prestação de contas aos militantes e à população e ao aprofundamento da ligação entre as estruturas locais e o Partido, a Concelhia do PCP decidiu avançar com uma iniciativa a que deu o nome de *Jornadas Concelhias da CDU*.

ODIVELAS O «estado» da Saúde

Por sua vez, a Direcção da Organização do PCP em Odivelas analisou a situação da Saúde no concelho, designadamente o novo horário do CATUS/Odivelas - que obriga os utentes a recorrerem às unidades hospitalares de Lisboa depois das 24 horas - e a necessidade de reformulação do Centro de Saúde da freguesia, apenas contemplado com 2500 contos no PIDDAC/99. Quanto às freguesias da Ramada e do Olival Basto, com forte crescimento populacional, continuam sem qualquer unidade de saúde e, em relação às freguesias da Póvoa de Santo Adrião e da Pontinha, os centros de saúde têm sofrido sucessivos adiamentos, apesar de no primeiro caso ter já terreno e no segundo ser o próprio Governo Civil de Lisboa que administra os vários terrenos. Em Famões, as instalações da extensão de Saúde - prontas a funcionar - aguardam apenas a decisão da Administração Central. Essencial é, também, a construção e entrada em funcionamento do Hospital de Loures/Odivelas, diz o PCP, reclamando do Governo a concretização dos compromissos assumidos.

Campanha Nacional de Fundos Envolver todo o Partido

A decorrer, desde Janeiro, a Campanha Nacional de Fundos, decidida pelo Comité Central, sofre tratamentos diferenciados ao nível das várias organizações. Para o seu êxito, Euclides Pereira, um dos responsáveis da Comissão criada para acompanhamento desta iniciativa, considera factor decisivo o empenhamento de todo o Partido.

«Criar condições que permitam compatibilizar a intensa actividade política e partidária que o Partido está a desenvolver com as iniciativas em torno da Campanha Nacional de Fundos é a grande questão que se coloca à organização», diz Euclides Pereira.

A forma privilegiada consiste, assim, «em não considerar a campanha como mais uma tarefa mas sim integrá-la em toda a imensa actividade partidária» do PCP, partido «indispensável à concretização de uma verdadeira viragem política à esquerda a que os portugueses aspiram». É

por isso que o enorme esforço financeiro que as eleições vão colocar, adicionalmente às despesas da actividade política, torna «indispensável concretizar com êxito esta campanha».

Por outro lado, sublinha Euclides Pereira, este esforço será tanto mais facilmente conseguido, quanto «formos capazes de envolver o Partido» na campanha e de, os organismos em geral e cada um de nós individualmente considerado, compreendermos as reais dificuldades financeiras que existem e «o indispensável empenhamento de todos na sua superação».



CAMPANHA NACIONAL
DE FUNDOS

Para dar mais
força ao PCP
nas eleições de 99

PCP

Assim, «é fundamental que se tomem algumas medidas mínimas de direcção, de modo a que a discussão em todos os organismos do Partido, aos mais diversos níveis de responsabilidade, se faça com a regularidade que uma campanha com esta importância exige».

E a exemplo do que se tem verificado em campanhas anteriores, Euclides Pereira lembra a importância da constituição de pequenos colectivos que fomentem a discussão, proponham ini-

ciativas e alertem para a necessidade de destacar camaradas para a recolha de fundos em todas elas, quer se realizem dentro do Partido - reuniões, plenários, Assembleias de Organização -, quer no exterior - comemorações do aniversário do Partido, dos 25 anos do 25 de Abril, estas populares e outras.

Para já, com vista à dinamização da campanha, o Partido vai realizar, entre 25 e 28 de Março, uma Jornada Nacional de Recolha de Fundos que, para além dos materiais centrais de apoio já distribuídos às organizações, tem em fase de concretização um novo material específico.

Sendo o objectivo da Jornada «fazer desta batalha uma actividade não envergonhada», o Partido vai, nesses dias, «estar na rua e nos locais de trabalho, às claras, a falar com toda a gente e a pedir-lhes que contribuam financeiramente».

Esta iniciativa implica, porém, alerta o dirigente comunista, a necessidade de «organizar desde já a participação de centenas e centenas de membros do Partido».

Mourão

Um balanço negativo

A maioria absoluta que nas últimas eleições autárquicas o PS obteve no concelho de Mourão permitia-lhe, caso quisesse, cumprir inteiramente o programa eleitoral com que então se apresentou.

Porém, um ano passado sobre as eleições, se se olhar, verifica-se que, para além de poucas promessas terem sido cumpridas, as dívidas têm vindo a acumular-se.

É a Comissão Concelhia de Mourão do PCP quem o diz, fazendo um breve balanço sobre alguns dos problemas que continuam por resolver.

Assim, na área dos transportes, o concelho «está cada vez mais isolado» e, no que respeita a

empregos, mantém-se a incerteza e a insegurança da população que não tem emprego fixo e a falta de perspectivas para a criação desse emprego. Aliás, na opinião dos comunistas, a Câmara parece não ter interesse nisso, pois se acabasse «a interdependência das populações desempregadas para com a Câmara», a tendência de voto poderia mudar...

Por outro lado, tendo em conta que com o empreendimento do Alqueva o concelho vai perder cerca de um terço do território, os comunistas interrogam-se sobre quais as contrapartidas que a Câmara tem exigido, assim como sobre qual a sua posição no que respeita às expropriações, na desmatização, e

à defesa do património histórico e às negociações com a EDIA.

As populações do concelho merecem maior atenção, afirma o PCP, alertando para a necessidade de se lutar pela criação de infra-estruturas que permitam o desenvolvimento e emprego, pelo aproveitamento dos recursos naturais e pela ligação entre a agricultura e indústria.

Governo «conivente» com repatriação

O procurador da República nos Açores admitiu que «cerca de dois mil» cidadãos de origem portuguesa que se encontram em prisões

americanas pudessem ser este ano deportados para Portugal.

A declaração, feita a um jornal quando da sua deslocação a Washington para a participação de um seminário relacionado com criminalidade e imigração, é considerada pela Direcção da Organização na Emigração do PCP como «extremamente preocupante». Quer pela sua dimensão; quer pelas consequências sociais negativas para as regiões de acolhimento (uma das principais os Açores), sem condições económicas nem estruturas para assegurar a integração dos indivíduos atingidos; quer, ainda, pela desumanidade da medida, que expulsa cidadãos para terras que lhes são estranhas e cuja língua muitas vezes não dominam, cortando-lhes todos os laços familiares, designadamente com filhos e cônjuges.

É, pois, «urgente», dizem os comunistas, que o Governo português acabe com a «passividade» e «conivência» que tem tido para com a orientação do Governo dos EUA nesta matéria - desresponsabilizar-se da recuperação e integração de cidadãos que foram educados e são fruto da sociedade norte-americana -, e recuse a «falsa» solução da deportação como forma de recuperar e integrar esses cidadãos.

CAMARADAS FALECIDOS

Antero Lúcio Brotas

Vítima de doença prolongada, faleceu no dia 5 de Fevereiro, com 76 anos de idade, o camarada Antero Lúcio Brotas, enfermeiro, natural de Grândola e residente no Montijo. Foi membro da Comissão Concelhia do Montijo do PCP até Junho passado. Velho militante do Partido, participou activamente na luta antifascista e foi um activista do Poder Local democrático no Montijo, ligando o seu nome à vida e às populações do concelho. Proposto pela população, logo a seguir ao 25 de Abril, para a Comissão Administrativa da Junta de Freguesia do Montijo, não mais parou a sua intensa actividade autárquica. Foi presidente da Junta de Freguesia do Montijo e era actualmente membro da Assembleia Municipal, com o mandato suspenso por razões de saúde. No seu funeral integraram-se muitas centenas de pessoas, entre as quais dirigentes de colectividades, autarcas, inúmeros camaradas da Comissão Concelhia e da Direcção Regional de Setúbal e outros.

Edmundo Ramos Pereira

Faleceu prematuramente, no dia 9 de Fevereiro, o camarada Edmundo Ramos Pereira, de Tortosendo. Foi dirigente associativo de várias colectividades e autarca durante quase vinte anos, sete dos quais como Presidente da Junta de Freguesia. Gran-

de democrata e lutador pelo progresso e pela liberdade, era muito estimado no concelho.

Felisberta Augusta da Conceição

Faleceu no passado dia 28 de Janeiro, em Porto Manso, freguesia de Ribadouro, concelho de Baião, a camarada Felisberta Augusta da Conceição. A camarada, que contava 89 anos de idade, era uma grande defensora do Partido naquela freguesia.

José Limão Chaves

Faleceu no dia 29 de Janeiro passado, com 69 anos de idade, o camarada José Limão Chaves, trabalhador de Hotelaria reformado. Residia na freguesia de Santiago do Cacém, onde era muito estimado.

Maria Luísa D. C. Gama Barreto

Faleceu recentemente, com 77 anos de idade, a camarada Maria Luísa D. C. Gama Barreto, residente em Lisboa, na freguesia do Lumiar, onde estava organizada e onde era muito conhecida e estimada.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.



O PCP saudou a «firmeza e determinação» da população, determinantes para o sucesso da luta

Estação da Reboleira Valeu a pena lutar

A abertura da estação da Reboleira foi festejada, com champanhe, às zero horas de dia 8, pela Comissão de Utentes e mais de quatro dezenas de pessoas presentes. O coroar de uma luta que tem vindo a desenvolver-se ao longo de meses e irá prosseguir com novas exigências. Com um objectivo único – pelo bem-estar da população.

No próprio dia da abertura da estação da Reboleira, o PCP divulgou um comunicado sublinhando a razão essencial desta vitória. Que por inteiro se deve a uma população que «não se deixou enganar e decidiu – em unidade, com firmeza e determinação – lutar por um direito, consciente de que os seus destinos não podem ser geridos ao sabor de interesses alheios aos seus».

Um facto já antes sublinhado pela Comissão de Utentes quando anunciou que, na sequência de uma reunião, em 1 de Fevereiro, entre a REFER, o presidente da Câmara Municipal da Amadora, presidentes das Juntas de Freguesia e um elemento da Comissão, tinha sido finalmente confirmada a abertura da estação.

Simultaneamente, a Junta de Freguesia da Reboleira reafirma que continuará a exigir medidas já antes apresentadas, em particular: a abertura ao trânsito da ligação entre a Av. do Brasil e a Av. D. Carlos I; o estabelecimento de carreiras de transportes públicos, com terminal na estação da Reboleira; policiamento permanente na zona da estação; iluminação pública de toda a zona envolvente; segurança rodoviária para a protecção dos peões nas avenidas D. José I e D. Carlos I.

Por outro lado, foi nestes dias lançado um abaixo-assinado dos moradores da zona limítrofe à linha ferroviária, a exigir a instalação de painéis de insonorização ao longo da via férrea. Ontem mesmo decorreu uma Assembleia de Freguesia extraordinária, para discutir a estação da Reboleira.

A verdade dos factos

No decorrer das obras da estação da Reboleira, a Junta de Freguesia foi sempre informada de que haveria uma fase de funcionamento provisório, para permitir a desactivação da estação da Damaia. Em Setembro, os jornais transcreviam a afirmação do presidente da Câmara da Amadora de que «não permitiria a abertura de nenhuma das novas estações sem que os arranjos exteriores estivessem concluídos». Afirmação que se viria depois a repetir.

Em Outubro, notícias surgidas nos órgãos de informação e contactos informais com a REFER, responsável pela obras, apontavam no sentido da abertura da estação nesse mesmo mês.

Em Janeiro deste ano a população foi confrontada com o encerramento da estação da Damaia (velha) e a entrada em funcionamento da estação de Santa Cruz/Damaia; sem que idêntica medida tivesse sido tomada em relação à estação da Reboleira. Uma situação que agravava, em muito, as dificuldades de acesso

à linha de Sintra para a população da Reboleira, obrigada a percorrer diariamente percursos muito maiores para apanhar transporte.

Entretanto – como foi denunciado em conferência de imprensa da Comissão de

Utentes em 31 de Janeiro –, a situação da estação de Santa Cruz/Damaia, quando abriu, acumulava problemas e falhas. Uma escada rolante que «é pura miragem», uma passagem superior provisória de acesso que «não oferece condições de segurança e é inacessível a idosos e a deficientes». E ainda «a lama e a terra solta no acesso junto ao aqueduto», uma «realidade difícil de... pisar».

Um quadro perante o qual surgiu naturalmente a pergunta: «se são estas as condições mínimas que a REFER e o presidente da Câmara consideram necessárias para a abertura e funcionamento de uma estação, então por que não foi aberta também a Reboleira?»

Um mês de luta

Por iniciativa de um grupo de utentes e com o apoio da Junta de Freguesia e da Comissão de Freguesia da Reboleira do PCP, são tomadas então uma série de medidas.

De par da distribuição de comunicados, é lançado um abaixo-assinado dirigido à REFER, e uma carta individual de utentes ao presidente da Câmara da Amadora, a exigir a abertura imediata da estação.

Dia 24, realiza-se uma concentração de moradores, junto à estação, com a participação de largas centenas de pessoas. É então formada a «Comissão de Utentes da Estação da Reboleira», para acompanhar e dinamizar a luta pela abertura imediata da estação.

Foi igualmente decidido dar um prazo de 8 dias à CP/REFER, para proceder à abertura, ainda que provisória, da estação e dinamizar um abaixo-assinado nesse sentido.

Em carta dirigida ao presidente da Câmara da Amadora, a Comissão de Utentes sublinha que a população decidiu «encetar novas formas de luta a partir do prazo referido, caso os seus objectivos não sejam alcançados».

Dia 31 de Janeiro, e enquanto se multiplicam contactos com as várias entidades envolvidas no processo, decorre nova concentração de moradores, em que é aprovada uma resolução em que se reafirma a determinação de continuar a luta.

Dia 1 de Fevereiro são entregues 954 assinaturas do abaixo-assinado dirigido à REFER, pela abertura imediata da estação e 162 cartas dirigidas ao presidente da Câmara (o seu número já ultrapassa hoje as 500).

Finalmente, dia 3, surgem as primeiras notícias sobre a abertura antecipada da estação. Em todas as portas da Zona Centro e Sul da Reboleira, é afixado um comunicado da Comissão de Utentes, *Valeu a pena lutar pela abertura da nossa estação.*

Doentes seropositivos denunciam quebra de sigilo médico

A denúncia de quebra de sigilo médico em alguns hospitais de Lisboa, feita por doentes seropositivos, vai ser investigada pela Comissão de Protecção de Dados. Um problema entretanto apresentado ao Provedor da Justiça por um grupo de doentes infectados pelo Vírus da Imunodeficiência Humana (VIH).

Em causa está, como já foi anteriormente divulgado, a aposição, nas requisições de exames auxiliares de diagnóstico e nas receitas de medicamentos, de informações sobre o estado clínico dos doentes e mesmo sobre as suas opções sexuais e situação clínica do parceiro sexual e descendentes. Práticas que, como se afirma do documento entregue a Menéres Pimentel, «violam gravemente os direitos fundamentais consagrados, não só na Constituição da República Portuguesa, mas em instrumentos internacionais».

Estes factos, agora denunciados, não são de hoje nem se circunscrevem aos hospitais de Lisboa, variando a quantidade de dados confidenciais divulgados, de serviço para serviço. As referências concretas vão, entretanto, para os hospitais de Egas Moniz e Santa Maria.

No caso dos exames a que obriga o acompanhamento clínico de doentes infectados pelo VIH, a requisição, devidamente autenticada pelo médico, inclui – em relação ao Hospital de Egas Moniz – não só o nome, idade, número de processo e identificação do serviço que o emite, mas também o diagnóstico clínico

do doente. O que se traduz, para o doente, numa sucessão de constrangimentos. A reacção da senhora do *guichet* de marcação de análises, do funcionário do serviço de análises, do técnico e do auxiliar que fazem as colheitas, e ainda o ar temeroso dos restantes utentes.

No Hospital de Santa Maria, as inconfiabilidades, segundo o documento de denúncia, vão mais longe.

Para além do nome, morada, contacto telefónico e profissão, as requisições informam se o doente é toxicodependente, homossexual, prostituta, bissexual, heterossexual com múltiplas parceiras, receptor de tecidos, órgãos ou transfusões. Para cada uma das hipóteses é solicitado ao clínico que informe da data do início e do termo da prática que foi causa da infecção.

No mesmo impresso, há ainda espaço para introduzir a opção sexual e diagnóstico clínico do parceiro e, no caso de o doente ser criança, o perfil comportamental da progenitora.

Estes procedimentos constituem, como sublinham os autores da exposição, «uma grosseira quebra do sigilo médico que potencia um justificado desmoronar da relação de

confiança que deve imperar no relacionamento médico/doente».

Os doentes infectados pelo VIH comentam que nunca iriam revelar ao médico aspectos íntimos da sua vida, «sabendo à partida que estes seriam partilhados pelo segurança do hospital, pela senhora do *guichet*, pela secretária da unidade de infectologia, pela senhora que orienta os doentes na antecâmara da sala de colheitas, pelo auxiliar que recebe os documentos, pelo enfermeiro que tira o sangue, pela empregada que recebe a urina e, muito provavelmente, pelo rapaz que alimenta com dados o computador do serviço».

No documento, os doentes consideram «lícito esperar que os responsáveis hospitalares encontrem uma fórmula que garanta o sigilo médico», de par da «segurança dos profissionais de saúde».

Os doentes infectados com o VIH consideram ainda que se «mantém intacto um sem-número de estigmas, que condicionam a integração plena dos seropositivos na convivência social» e referem casos concretos de discriminação, nomeadamente por parte da entidade patronal, no crédito para aquisição de casa própria e nos seguros de saúde.

A concluir, sublinha-se que «boa parte dos constrangimentos que afectam os doentes, devem-se, não a um *deficit* legislativo, mas de informação sobre a doença e sobre as iniquidades sociais que lhe estão associadas».

Co-incineração de resíduos industriais «Os Verdes» pedem contas a Guterres

O Partido Ecologista «Os Verdes» solicitou ao Presidente da República uma audiência para dar a conhecer o conjunto de preocupações que tem relativamente à decisão do Governo de co-incinerar resíduos industriais perigosos em Portugal, nas cimenteiras de Souselas e Maceira, com estação de tratamento e armazenamento no Barreiro.

Esta decisão, advertem em comunicado, constituirá um risco permanente para as populações que, «ávidas de qualidade de vida, não toleram mais ameaças à saúde pública e ao ambiente».

Ainda sobre esta matéria, «Os Verdes» consideram ser chegada a hora de o Primeiro-Ministro «dar sinais claros de respeito pelas resoluções do Parlamento». Em nota aos órgãos de comunicação social, aquele Partido recorda nomeadamente o projecto de resolução da sua autoria aprovado no passado dia 20 de Janeiro, no qual se recomenda ao Governo a imediata suspensão do processo de co-incineração de resíduos industriais perigosos e a revogação da decisão quanto à escolha dos locais.

Derrame em Leça da Palmeira

Motivo de preocupação para «Os Verdes» é ainda a refinaria

da Petrogal em Leça da Palmeira, onde recentemente ocorreu mais um derrame de crude nas operações do *pipeline*. Em face do sucedido, solicitadas foram reuniões à Câmara Municipal de Matosinhos, à Protecção Civil e aos responsáveis da refinaria com vista a estudar o problema e

tentar esclarecer definitivamente o que «Os Verdes» consideram ser «as carências estruturais ou outras que afectam o funcionamento do referido equipamento e a própria refinaria, com claros prejuízos para o ambiente e para a saúde e segurança das populações».

Na Amadora PS recusa gestão pública da água e saneamento

Foi recusada pelo PS, com a abstenção do PSD, a proposta dos vereadores da CDU na Câmara da Amadora visando a constituição de uma empresa municipal que integrasse o conjunto de competências e responsabilidades até ao momento detidas pelas SMAS daquele concelho e de Oeiras, nomeadamente nos domínios do abastecimento de água, ligações, conservação e tratamento de esgotos.

Com esta decisão política, salienta o vereador da CDU Fernando Pereira em comunicado, o PS «tornou clara a sua disposição de a curto prazo privatizar

mais um bem estratégico, com repercussões que, pela experiência hoje conhecida em Mafra, onde a água canalizada atingiu os mais elevados valores do País, deixam antever o projecto de penalizar ainda mais a população, sobre quem recairá o ónus de garantir rentabilidade a mais este negócio».

Esta «sobrecarga de taxaço», advertiu o vereador da CDU, afigura-se inevitável face aos compromissos entretanto assumidos em torno, designadamente, do saneamento (Sanest) e do destino final dos resíduos sólidos (Valorsul).

Jovens do Porto contra o pacote laboral

Nos dias 6 e 13 de Fevereiro, realizaram-se no Centro de Trabalho da Boavista, no Porto, dois debates, o primeiro denominado «O Partido, o Movimento Sindical e o Trabalhadores», com o camarada Dias Lourenço, o segundo, «As Portas que Abril Abriu» com o camarada Jerónimo de Sousa. Dando nota destas iniciativas, recebemos um texto da JCP/Grupo de Trabalho dos Jovens Trabalhadores que a seguir publicamos.

O objectivo centrava-se na análise e discussão dos problemas da juventude trabalhadora face às condições actuais, e a sua confrontação com o condicionalismo que levaram a Abril.

Encontramo-nos face a um *pacote laboral* do Governo PS que põe em causa direitos conquistados em Abril: o direito a férias subsidiadas, o acompanhamento familiar, a não discriminação das mulheres, o direito à segurança no trabalho, etc.

O que existia antes de Abril?

Os jovens desde cedo aprendiam o que era a exploração, a opressão, o espectro da guerra. A emigração tornava-se num enorme dilema sem solução; o inconformismo e a contestação apoderaram-se de uma geração em crescimento.

Com o apoio do PCP, único partido que se opunha ao regime na clandestinidade (com todos os riscos inerentes à situação), o sistema começa ser minado do seu interior. A abertura de Marcelo Caetano no sistema corporativo, permitindo a eleição de representantes independentes de trabalhadores, levou a que camaradas nossos desempenhassem funções em lugares de influência no mundo do trabalho da época.

Entretanto, à medida que o descontentamento ia aumentando, as leis que proibiam as greves e infligiam a pena de prisão a quem não as cumprisse, começavam a ser desafiadas com as grandes movimentações de trabalhadores (cerca de 100 mil) no início dos anos 70. Aliás, exactamente a data de nascimento de Intersindical Nacional, CGTP.

Foi todo um clima de inconformismo das novas gerações, somado ao descontentamento das gerações mais velhas, que surgiu a força de sustentação da Revolução de 25 de Abril de 1974, liderada pela iniciativa e convicção dos capitães das Forças Armadas.

A confirmação do movimento militar chega poucos dias depois, nas comemorações do 1º de Maio, com a enorme força popular que se alia ao MFA em grandes manifestações nas ruas.

A liberdade estava conquistada. A guerra colonial continuava por resolver. Surgem os três «Dês» do MFA - Democratizar, Desenvolver, Descolonizar.

Seguem-se eleições livres, a formação de um Governo provisório, a Constituição de 1976, a espontaneidade de medidas da Revolução Popular, mais tarde transpostas para leis.

Os grandes capitalistas (banqueiros e industriais no Norte, latifundiários no Sul) começam a sentir-se ameaçados: iniciam-se as nacionalizações e o contra-ataque começa a fazer-se sentir. Campanhas de desinformação, de índole fascista, espalham a crença de que os comunistas queriam nacionalizar também as pequenas e médias propriedades agrícolas e industriais. Era o início da contra-revolução.

Hoje encontramos-nos perante a tentativa cada vez mais arraigada da falsificação de História, da omissão e esquecimento dos valores de Abril. É contra isso que temos de lutar!

O *pacote laboral* deste Governo PS limita-se a fazer concessões ao grande capital, tentando enganar os trabalhadores com falsas expectativas de um futuro melhor. As medidas que o Governo pretende implementar representam, na verdade, uma regressão aos inícios dos anos 70, antes das conquistas de Abril. Disso temos a exemplo do previsto trabalho a tempo parcial e a consequente redução dos salários, a alteração da lei das férias, submetidas ao princípio da assiduidade no trabalho.

O Governo põe em causa os postos de trabalho de milhares de pessoas quando é assolado pela febre das privatizações. Seguindo a lógica do lucro, permite às instituições privadas que diminuam drasticamente o número de funcionários, fazendo despedimentos e sobrecarregando de funções os trabalhadores.

Neste momento, torna-se urgente a descoberta de novas formas de luta. Por um lado, temos uma juventude estudantil a quem fazem visionar um futuro promissor e seguro, não esclarecida sobre as dificuldades que actualmente afectam desde o simples operário fabril ao mais perfeito arquitecto; por outro, temos uma juventude trabalhadora assolada pelas dificuldades do mundo do trabalho, pelo emprego precário, pela insegurança, com medo da luta e do sindicalismo.

Temos de vencer este novo desafio! Temos de encontrar uma alternativa!

Porém, face às grandes conquistas de Abril, face a uma Constituição verdadeiramente avançada mas não cumprida, podemos subscrever a mensagem que estes nossos convidados nos deixaram: «Não precisamos de outro Abril, apenas precisamos de cumprir este.» Avante!



Guerra das bananas PE condena represálias dos EUA

O Parlamento Europeu aprovou uma resolução que condena as medidas de represália unilaterais anunciadas pelos EUA, na sequência do litígio sobre o regime europeu de importação de bananas, e apoia a posição da Comissão Europeia.

Os Estados Unidos ameaçaram taxar a 100 por cento, já a partir de 3 de Março, certos produtos europeus, como retaliação à recusa da Comissão Europeia de reformular o seu regime de importações de bananas.

Esta decisão dos EUA, como sublinhou na sessão do PE o deputado comunista, Honório Novo, insere-se numa ofensiva que visa «destruir qualquer regime de apoio à banana comunitária e aniquilar o que ainda resta desta produção em regiões

Os Estados Unidos pretendem destruir a banana comunitária, como a que é produzida na Madeira

pouco desenvolvidas e ultraperiféricas, como acontece na Madeira».

A serem aplicadas, as novas barreiras alfandegárias representam «uma valor próximo dos 500 milhões de euros de direitos» e significam «uma proibição do acesso de diversos produtos ao mercado norte-americano, entre os quais se podem citar os produtos têxteis», frisou Honório Novo.

O deputado do PCP considera ainda que «esta ofensiva visa ainda preparar novos ataques que obriguem a União Europeia a aceitar a importação de carne americana tratada com hormonas e de produtos geneticamente modificados, num total desprezo pela saúde pública dos consumidores europeus».

Caso a ameaça seja concretizada na data acima referida, a União Europeia «deve retaliar de forma imediata, restringindo de forma drástica o acesso de produtos americanos ao mercado europeu, assim como deve accionar todos os mecanismos de direito internacional à sua disposição para repor a legalidade», sublinhou Honório Novo.

A resolução do Parlamento Europeu reafirma o seu apoio aos países ACP (África, Caraíbas-Pacífico), dos quais as bananas são importadas em condições preferenciais no espaço comunitário.

Política da água Preservar um recurso

O relatório sobre a política da água, aprovado pelo Parlamento Europeu, visa o estabelecimento de normas comunitárias que protejam as águas superficiais e subterrâneas, cuja unidade de gestão é a bacia hidrográfica.

Intervindo no debate, o deputado Sérgio Ribeiro apoiou «uma política de água que promova a racionalização da sua utilização, privilegiando o controlo nacional da sua procura e não o acréscimo irracional da sua oferta».

Sobre as bacias hidrográficas, o deputado do PCP sublinhou que «estas não se seccionam por fronteiras nacionais, tendo o seu início na nascente e o seu termo na foz por mais países que os rios atravessam».

Sérgio Ribeiro salientou ainda a cooperação que no seio do Grupo Confederal da Esquerda Unitária se tem verificado entre deputados espanhóis e portugueses, que se traduziu há poucos anos num «Manifesto sobre a Água».

Mas se os deputados se revêm no relatório aprovado, o mesmo não acontece com o convénio recentemente assinado entre Portugal e Espanha, disse Sérgio Ribeiro, considerando que este é «um caso em que a dimensão da solidariedade comunitária se deveria manifestar e em que se exigiria cooperação entre os Estados».

Actualmente, cerca de 25 por cento dos rios da Europa são de fraca ou má qualidade e a fauna aquática escassa ou inexistente, no que respeita às espécies piscícolas. Por outro lado, a sobrexploração das

águas subterrâneas verifica-se em cerca de 60 por cento dos centros industriais e urbanos da Europa. Em muitas áreas costeiras europeias, a infiltração de água salgada devido à sobrexploração afecta gravemente os solos e a água potável. Além do mais, cerca de 25 por cento dos terrenos agrícolas da UE apresentam concentrações de nitratos superiores à norma da água potável e 87 por cento dos terrenos apresentam valores superiores ao objectivo da União Europeia. Neste quadro, mais do que directivas avulsas, há muito que se faz sentir a necessidade de uma política coerente da água.

Emigrantes desconfiam do Acordo UE/Suíça

O acordo bilateral entre a Suíça e a União Europeia, em particular na área da livre circulação, beneficia os cidadãos suíços mas não se traduz em vantagens evidentes para os cidadãos comunitários, nomeadamente os milhares de portugueses que trabalham e residem naquele país.

Segundo afirma uma nota do órgão de direcção do PCP na Suíça, que reuniu recentemente na cidade de Neuchâtel, os portugueses interrogam-se sobre as consequências do referido acordo, que entrará em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2001. Com o objectivo de obter informações, uma delegação local do PCP encontrou-se com o embaixador de Portugal, Pedro Alves Machado, e no quadro da Assembleia da República, o deputado comunista Rodeia Machado apresentou um requerimento em que pede esclarecimentos sobre o assunto.

O parlamentar cita designadamente uma entrevista do ministro dos Negócios Estrangeiros a um jornal das Comunidades Portuguesas, em que o governante afirma que o acordo é «um mau negócio para Portugal».

Dando voz ao descontentamento dos emigrantes, o PCP refere ainda a pesada máquina burocrática e as dificuldades acrescidas que são colocadas aos emigrantes que regressam a Portugal. As reclamações incidem em particular contra as alfândegas portuguesas, nomeadamente na questão da legalização de veículos. Em causa estão não só os atrasos de meses e mesmo anos, como também a exigência abusiva de documentos como o certificado anual de salário, da segurança social e outros.

O deputado Rodeia Machado já pediu esclarecimentos ao governo sobre assunto, recordando um requerimento de 1996 sobre os procedimentos consulares que exigiam uma certidão de rendimentos ou folha de salários para efeitos de isenções fiscais. Nessa altura, recorda o deputado, o Governo reconheceu que o procedimento era errado e desde então os serviços consulares passaram actuar em conformidade com a lei. Porém, agora são os serviços alfandegários que exigem os referidos documentos sem quando não existe nenhum dispositivo legal que o obrigue.

EUROPA

Reforma do mercado do vinho Países mediterrânicos continuam prejudicados

A reforma do mercado vitivinícola foi um dos temas em análise na sessão do Parlamento Europeu, realizada na passada semana, onde foi apresentado o Relatório de Philippe Martin, que propõe a expansão moderada das vinhas da União Europeia.

Segundo o afirmou o deputado comunista Honório Novo, o relatório sobre a Reforma da Organização Comum do Mercado Vitivinícola altera em alguns aspectos a proposta da Comissão Europeia: «Tais alterações são no essencial positivas e contemplam emendas que apresentamos na Comissão da Agricultura.» No entanto, permanecem aspectos negativos que motivaram o voto contra o Relatório, que voltou à Comissão Especializada do PE.

Entre os aspectos positivos, Honório Novo destacou «a possibilidade de renovar a vinha e as ajudas à promoção do consumo no mercado interno ou externo; a impossibilidade de poder ser considerado vinho o produto resultante da utilização de mostos de países terceiros ou a proibição da sua importação para vinificação de vinhos». O deputado salienta ainda «a aceitação da destilação em tempos de crise de produção e a introdução de algumas ajudas, ainda que insuficientes, destinadas às organizações de produtores e à vinha plantada em zonas desfavorecidas».

Já quanto ao financiamento proposto, Honório Novo consi-

ção agrícola comunitária. Este é o exemplo mais claro da discriminação entre produtores que prossegue com esta reforma».

Inaceitável é ainda o facto de se continuar a poder considerar

Um produto condenado?

A União Europeia é o principal produtor e consumidor mundial de vinho. As vinhas comunitárias

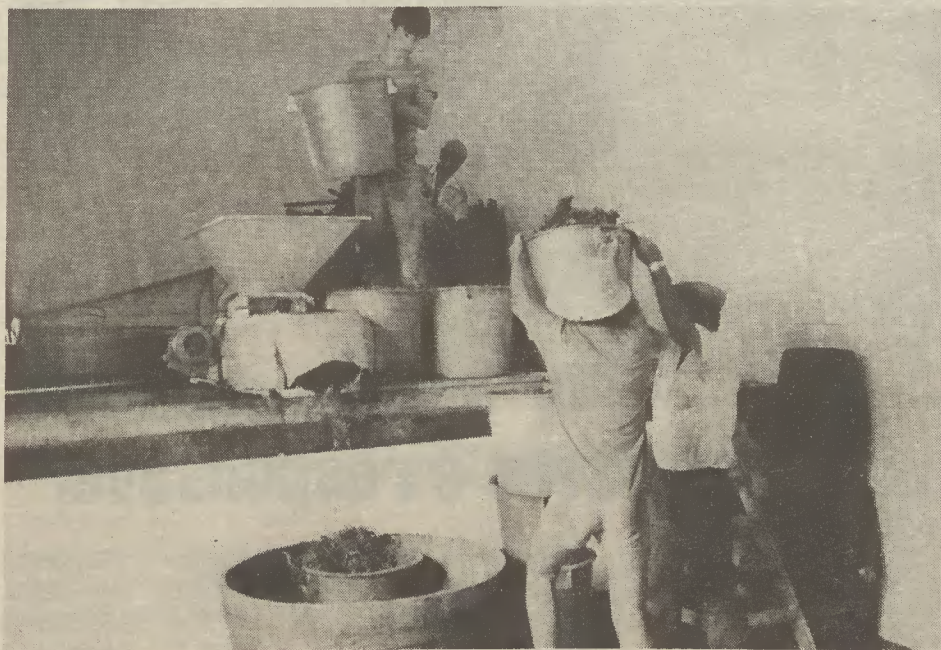
mos anos tem levantado todo o género de preocupações e receios sobre o futuro desta produção, vital sobretudo para os países mediterrânicos.

Na última década, entre 1987 e 1998, a área de vinha na Europa passou de quatro milhões para 3,4 milhões de hectares, ou seja um decréscimo de 15 por cento, que se reflectiu numa redução da produção, que passou de 200 milhões hectolitros para 162 milhões de hectolitros, ou seja, uma redução de 19 por cento.

A causa deste declínio está nos muitos condicionamentos impostos pela União Europeia que através de vários programas tem restringido as áreas de plantação, apostando na redução da produção e na melhoria da qualidade.

Em simultâneo, assiste-se à expansão da vinha em locais como a EUA, a África do Sul, a China ou Austrália, países que conseguem cada vez mais apresentar não só quantidade como também qualidade.

Ora com o mercado cada vez mais aberto, os produtores europeus correm o sério risco de perderem mais esta guerra comercial. É claro, uns mais que outros, já que os grandes produtores são os países do sul, como Portugal, Espanha, Itália e França. E há mesmo quem suspeite que o vinho pode estar a ser utilizado como moeda de troca para futuros acordos com países terceiros.



A UE discrimina a vinha em favor de outras culturas do Norte

dera ser inaceitável que «o vinho - um produto mediterrânico - que representa cerca de sete por cento da produção agrícola comunitária possa ser financiada com apenas 2,5 por cento do respectivo orçamento, enquanto que as culturas arvenses (por exemplo o trigo) - que interessam sobretudo aos países do centro e norte da UE - recebam 43 por cento desse orçamento apesar de não representarem mais de 15 por cento da produ-

vinho o produto resultante de tratamentos que permitam a adição de açúcar para elevar o respectivo teor alcoólico. Para evitar esta possibilidade, os deputados do PCP apresentaram novas emendas que obrigam uma rotulagem aos vinhos produzidos dessa forma, defendendo assim os consumidores, sugerem um período de cinco anos ao fim do qual seja definitivamente proibida a possibilidade de adicionar açúcar ao vinho.

representam cerca de 45 por cento da área e 60 por cento do volume da produção mundial, enquanto os seus habitantes são responsáveis por 60 por cento do consumo em todo o planeta.

Para além da sua importância económica, a produção e consumo de vinho faz parte da cultura e património comunitários e contribui para a preservação da paisagem e do ambiente numa grande variedade de regiões.

Contudo, a evolução dos últi-

Tractores invadem Estrasburgo

Cerca de dois mil tractores e mil e quinhentos agricultores franceses e alemães desfilaram pela cidade de Estrasburgo até ao Parlamento Europeu, onde se manifestaram contra os planos de reforma da Política Agrícola Comum (PAC), que estão a ser negociados no quadro da Agenda 2000 e que prevêem designadamente a diminuição dos subsídios.

Durante a acção, decorrida quarta-feira da semana passada, uma delegação de agricultores foi recebida pelo presidente do Parlamento Europeu, Gil-Robles, o presidente da Comissão, Jacques Santer, e pelo comissário da agricultura Franz Fischler. Santer fez questão de notar que «as reivindicações dos agricultores não são dirigidas contra a Europa, mas contra certos projectos inscritos na Agenda 2000» e explicou ainda que «a Comissão propõe e o Conselho, ou seja, os Estados-membros, dispõe». Por seu turno, o presiden-



Das políticas europeias depende a sobrevivência do mundo rural

te do Parlamento Europeu, o espanhol José Maria Gil-Robles apelou ao diálogo e sublinhou que existem pontos convergentes entre as reivindicações dos agricultores e as propostas feitas pelo parlamento.

O comissário Fischler foi mais preciso ao afirmar que «irão decorrer ainda negociações e que existe uma margem de manobra para se alcançarem compromissos. Mas os agricultores devem em primeiro lugar dirigir-se às suas fede-

rações nacionais e aos seus governos. É evidente que a Comissão não preconiza a baixa de rendimentos dos agricultores, mas gostaria que estes produzissem não para a intervenção e por vezes para a destruição de produtos, mas para o mercado».

Os agricultores franceses e alemães não vão baixar os braços. Sabem que unidos podem conseguir uma reforma que lhes seja mais favorável.

UE cede à África do Sul Portugal perde duas vezes

O projecto de acordo comercial entre a União Europeia e a África do Sul permite que este país africano possa continuar a produzir vinho com a denominação «Porto» para o seu mercado interno, sendo que neste se incluem ainda o Botswana, o Lesotho, a Namíbia e a Suazilândia, por um período de 12 anos, findo o qual a questão voltaria a ser analisada.

Para além da utilização abusiva da principal denominação de origem portuguesa, o acordo irá ainda facilitar a entrada no mercado comunitário de vinhos sul-africanos isentos de taxas alfandegárias e que serão directamente concorrenciais com vinhos portugueses.

Os deputados do PCP no Parlamento Europeu já dirigiram várias perguntas à Comissão Europeia para averiguar a veracidade destas cláusulas divulgadas pela imprensa, sublinhando que, a confirmar-se, se trata de uma infeliz estratégia negocial, que curiosamente está a ser conduzida pelo comissário português João de Deus Pinheiro.

A pergunta escrita do deputado comunista Honório Novo considera que se estão a «dar contrapartidas exageradas em troca apenas do respeito que deveria ser garantido de imediato para as denominações de origem europeia».

De facto, segundo notícias vindas a público, com origem nomeadamente na associação empresarial do Vinho do Porto, a África do Sul só seria proibida de utilizar as referidas denominações de origem nos vinhos a exportar para países terceiros no final de um período transitório de cinco anos.

Numa outra pergunta dirigida ao responsável da Agricultura, o austríaco Franz Fischler, Honório Novo recorda um resposta do comissário, de Outubro de 1997, em que este declarava que em relação África do Sul, a Comissão havia iniciado negociações «com o objectivo de fazer respeitar, numa base recíproca, a protecção das indicações geográficas e das denominações de origem dos vinhos e das bebidas alcoólicas, e em particular, acabar com qualquer utilização genérica ou semigenérica das indicações comunitárias».



Operações de alto risco



Iniciativas levadas a cabo pela Caixa Central de Crédito Agrícola, aparentemente incompa-

tíveis com o seu objecto estatutário, e, segundo notícias vindas a público, de alto risco e lesivas do seu equilíbrio financeiro, levaram o Grupo Parlamentar do PCP a requerer uma audição do Banco de Portugal, na figura do seu governador, para se pronunciar sobre o caso no quadro da Comissão de Economia, Finanças e Plano. Na carta em que solicitam a reunião, dirigida à presidente daquela comissão parlamentar, os deputados comunistas Octávio Teixeira e Lino de Carvalho não escondem a sua preocupação pela situação actual, observando, por outro lado, não poder o Banco de Portugal, face às responsabilidades que tem na supervisão das instituições financeiras, deixar de ter uma palavra a dizer sobre a matéria.

Contas das autarquias



O PCP quer acabar com os emolumentos impostos às autarquias locais pela apreciação das suas contas de

gerência no Tribunal de Contas para verificação da respectiva legalidade e regularidade. Não questionado a obrigatoriedade dessa apresentação, que considera «plenamente justificada no quadro de um regime de direito democrático», o que está em causa, para o Grupo comunista, isso sim, é o princípio da igualdade, uma vez que, salienta, as Contas do Estado e das Regiões Autónomas estão isentas desse pagamento de emolumentos. Assim sendo - e foi esta a razão que o levou a apresentar um projecto de lei que isenta as autarquias de pagarem essa taxa -, está claramente violado o princípio da igualdade, tanto mais que, recorda-se na nota preambular do diploma, «tal como os organismos do Estado e as Regiões Autónomas, também as autarquias locais não têm por escopo o lucro».

Arrendamento urbano



O Grupo Parlamentar do PCP receia que as alterações que o Governo anunciou ir fazer à legislação

do arrendamento urbano possam traduzir-se num regime pior do que aquele que tem permitido níveis de sucesso no programa RECRIA em Lisboa. Esta preocupação foi manifestada pela deputada comunista Odete Santos, faz amanhã oito dias, em debate suscitado por uma petição a propósito do arrendamento para habitação. É intenção do Executivo, recorda-se, segundo informações já divulgadas nesse sentido, introduzir alterações na legislação vigente por forma a consagrar subsídios de renda que tornem possível o pagamento de aumentos de renda com vista a permitir a recuperação de

Instalação de novos municípios PCP melhora regras de transição

Sempre que tal seja considerado uma medida útil para o interesse das populações, poderão as comissões instaladoras de novos municípios, após deliberação favorável da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, exercer atribuições e competências das câmaras municipais. Esta é uma das alterações preconizadas pelo PCP em projecto de lei por si entregue na semana finda, na Mesa do Parlamento, com o qual visa alterar o regime de instalação dos novos municípios previsto na Lei 142/85.

A proposta das Câmaras Municipais a submeter às respectivas Assembleias conferindo aquelas atribuições e competências, de acordo com o articulado do projecto comunista, tem previamente de merecer o acordo da comissão instaladora, votado favoravelmente por um mínimo de dois terços dos seus membros. Quando a deliberação for nesse sentido, deverá a mesma ainda obrigatoriamente incluir a referência aos correspondentes meios financeiros a afectar às novas atribuições e competências.

Com este projecto de lei, que introduz igualmente alterações à lei vigente no plano dos recursos humanos, a bancada comunista pretende corrigir algumas inadequações - no preâmbulo do diploma são consideradas «adaptações» - entretanto surgidas com a aprovação da Lei n.º 32/98 (que criou, recorde-se, os municípios de Trofa e Odivelas), diploma este que veio alterar o regime definido quanto à instalação de novos municípios (Lei n.º 142/85).

Essa alteração, com efeito, veio permitir a existência de comissões instaladoras a funcionarem por um período dilatado de tempo - não esquecer que ainda nos separam quase três anos nos das próximas eleições autárquicas -, o que constitui uma realidade nova relativamente ao quadro anterior, na medida em que antes a lógica da lei obedecia ao princípio de que as eleições realizar-se-iam sempre em prazo relativamente curto, até para que não houvesse prejuízo do funcionamento dos órgãos representativos eleitos.

O que está em causa, pois, na perspectiva da bancada do PCP - e daí o sentido das «adaptações» por si propostas - é impedir que a referida alteração que dilata temporariamente a existência das comissões instaladoras não colida com o princípio da necessidade de existência de órgãos representativos eleitos para o funcionamento normal e regular dos municípios, como determina a Constituição.

Trata-se, em suma, com estas



O PCP quer ver salvaguardados os interesses das populações e assegurado um processo de transição tranquilo e faseado na instalação de novos municípios, como são os casos de Trofa e Odivelas (na foto)

adaptações, de garantir que não seja afectada a normal prestação de serviços às populações, «com qualidade e sem perturbações», permitindo, simultaneamente, um «processo de transição entre o Município de origem e o novo Município de forma tranquila, cooperante, faseada e protocolada». Claramente inscrita nos objectivos do Grupo comunista está, por último, a necessidade de «assegurar o regular funcionamento dos órgãos e das suas competências, com o mandato de todos os eleitos conforme lhes foi atribuído pelos eleitores», pelo que o diploma estabelece que tal mandato «mantem-se até à realização de novas eleições».

Por uma sexualidade livre e responsável

O Grupo Parlamentar vai reapresentar na próxima Legislatura o seu projecto de lei sobre a despenalização do aborto a pedido da mulher. Estava-se em pleno debate sobre o planeamento familiar, que ocupou na íntegra a agenda de uma das sessões plenárias da passada semana, quando o anúncio foi feito pela deputada comunista Odete Santos. Por si invocado, entre outras consabidas razões que justificam o relançar do diploma, foi um relatório preliminar ao Inquérito à Fecundidade e Família, no qual se conclui pela existência de uma significativa percentagem de gravidezes que terminam em interrupção voluntária.

A questão do aborto clandestino, enquanto grave problema de saúde pública, acabou, aliás, por ser uma das questões a polarizar o debate, por intervenção directa das deputadas comunistas Odete Santos e Luísa Mesquita.

Rompendo silêncios e hipocrisias, delas partiu, concretamente, o apelo a uma intervenção qualificada da Assembleia da República, no pressuposto, sublinharam, de que esta «não pode alhear-se do real flagelo que vitima e violenta milhares de mulheres e jovens mulheres portuguesas».

Uma realidade que todos os inquéritos e estudos confirmam, do mesmo modo que não existem dúvidas quanto ao facto de serem os estratos sociais mais desfavorecidos - lembrou-o Luísa Mesquita - os mais penalizados no acesso à educação sexual, no acesso ao planeamento familiar e, consequentemente, aqueles que mais engrossam as estatísticas dos abortos clandestinos.

Posta em evidência pela bancada comunista ao longo do debate foi ainda a forma como direitos consagrados no nosso ordenamento jurídico continuam a ser letra morta para muita gente. Com efeito, como foi

dito, continua a haver quem pense que o planeamento familiar e a educação sexual não são direitos, isto quase vinte anos depois de o PCP ter apresentado no Parlamento um projecto de lei pioneiro sobre esta matéria, no qual era sublinhada a importância de uma Lei da República que «consagre o direito à paternidade e maternidade livres e conscientes».

O que falta, pois, como sublinharam as deputadas do PCP, é «agir, pôr em prática o exercício legislativo, otimizar os recursos existentes», cabendo ao Governo, para tanto, mobilizar os meios necessários que permitam «uma parentalidade consciente, considerando-a como um direito e uma medida de saúde e nunca um factor de política demográfica».

Financiamento dos CCD's garantido pelas câmaras municipais

Desde há muito tempo apoiadas financeiramente pelas Câmaras Municipais, as entidades como CCD's e Casas de Pessoal que desenvolvem acções de carácter social em favor dos trabalhadores das autarquias locais vão passar a ver esse apoio reconhecido e consagrado em Lei.

Três projectos de lei nesse sentido, subscritos pelo PCP, PS PSD, foram debatidos faz amanhã oito dias, prevendo-se que o consenso já verificado venha a traduzir-se na sua aprovação na generalidade durante a sessão plenária de hoje, após o que baixarão à comissão especializada para elaboração de um texto comum.

Para o Grupo comunista, o primeiro a formalizar no Parlamento a apresentação de um diploma sobre esta matéria, a iniciativa justifica-se pela necessidade de suprir na Lei uma lacuna sobre a competência das autarquias para garantirem o financiamento àquelas entidades.

Com efeito, como explicou o deputado comunista Rodeia Machado, nos

textos legislativos vigentes não foram criados normativos ao nível das competências das autarquias locais que previssem aquelas formas de apoio por parte das Câmaras às estruturas que desenvolvem obras de apoio aos trabalhadores das autarquias.

Por via disso, ultimamente, como recordou Rodeia Machado, tem acontecido que o Tribunal de Contas tem vindo a pôr em causa os subsídios atribuídos pelas Câmaras Municipais a essas entidades, considerando que a sua atribuição não é legal.

É esta situação que ficará a partir de agora superada, com o aditamento de uma alínea que acomete às Câmaras Municipais a competência para financiar estas entidades que, como lembrou o deputado do PCP, «têm como destino primeiro o bem estar dos trabalhadores» e a quem é reconhecida uma importante acção no campo da cultura e recreio, bem como no plano da acção social complementar.

Deputados comunistas no terreno com as populações

Depois de ter recebido no Parlamento na passada sexta-feira passada uma delegação do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Mineira, o deputado comunista Rodeia Machado desloca-se no próximo dia 22 à Panasqueira, onde se avistará com os trabalhadores e seus representantes.

Conhecer mais de perto e de viva voz as preocupações que hoje percorrem as gentes da região, face à anunciada intenção da administração da empresa proceder a um despedimento colectivo, constitui o objecto desta visita, no decorrer da qual Rodeia Machado não deixará

simultaneamente de expressar a solidariedade activa do Grupo Parlamentar do PCP.

Os trabalhadores, recorde-se, estão em luta pela manutenção dos postos de trabalho, hoje em risco de serem drasticamente reduzidos pela empresa, que invoca como pretexto a baixa de preço do minério a nível internacional.

Os trabalhadores contestam, assinalando estarem em causa os interesses dos trabalhadores e de uma região já de si fortemente carenciada de indústria e de postos de trabalho. Registam ainda o facto de a Panasqueira ser a única mina

no quadro dos países da União Europeia a extrair volfrâmio, existindo reservas de minério para abastecer as necessidades do espaço europeu durante 20 anos.

Nesse mesmo dia, Rodeia Machado efectua ainda uma visita à Portucel, em Vila Velha de Ródão.

Coimbra e Castelo Branco

Para um melhor conhecimento dos problemas que atingem o sector da Saúde, também o deputado

comunista Bernardino Soares inicia amanhã uma série de contactos em unidades hospitalares e centros de saúde nos distritos de Coimbra e Castelo Branco. O programa de amanhã será totalmente preenchido no primeiro daqueles distritos e inclui visitas ao Hospital Geral de Covões, bem como aos centros de saúde de Miranda do Corvo, Condeixa-a-Nova e Penacova. No dia 22, o percurso será pela Beira Interior, com deslocações ao Hospital do Fundão e ao Hospital Distrital da Covilhã, estando igualmente prevista a visita ao novo, mas ainda não aberto, Hospital da Cova da Beira.

Évora

O deputado Lino de Carvalho, por sua vez, tem também uma agenda muito preenchida no próximo dia 22. Integrando uma delegação da Organização Regional do PCP do Alentejo, o parlamentar comunista tem encontros marcados com a delegação da Ordem dos Médicos, com o Sindicato dos Enfermeiros Portugueses e com o Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública, estando ainda previstas visitas ao Centro de Saúde de Évora e aos hospitais do Espírito Santo e do Patrocínio.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Agenda 2000 debatida por iniciativa do PCP Firmeza nas negociações para evitar prejuízos a Portugal

Matéria de inegável importância para o futuro do País, a Agenda 2000 concitou a atenção da Assembleia da República em debate agendado por iniciativa do PCP. Com todas as forças políticas a reconhecerem a sua oportunidade, o debate realizado na passada semana trouxe ao de cima o conflito de interesses que opõe na União Europeia os países de economias fortes aos países mais pobres, entre os quais se inclui Portugal.

Funcionou como um alerta para os perigos que comportam as propostas da Agenda 2000, mas foi, acima de tudo, uma oportunidade para demonstrar que não pode haver lugar a transigências sempre que esteja em causa o princípio da coesão económica e social. Quer isto dizer - e foi essa a exigência expressa pelos deputados comunistas no projecto de resolução por si submetido à Câmara -, que não pode haver outra que não seja uma atitude firme do Governo à mesa das negociações, que, visando a salvaguarda dos interesses nacionais, no limite, se for caso disso, assuma a forma de veto às decisões.

A justificar as actuais preocupações aparentemente partilhadas por todos os partidos, recorda-se, estão as propostas da Comissão Europeia contidas na chamada Agenda 2000, as quais, em nome do alargamento da União Europeia, se traduzem numa acentuada diminuição dos fundos destinados a Portugal, que assim se vê não apenas duramente penalizado, como mais dificultado o caminho de aproximação às economias europeias mais desenvolvidas.

Mau caminho

Uma tal opção, a concretizar-se, como advertiu no debate o deputado comunista João Amaral, significaria que a União Europeia «teria abdicado de cumprir uma das suas razões de ser», seguramente a mais importante, «o reforço da coesão económica e social».

Qualquer processo negocial relativo às perspectivas financeiras deve ter como pressupos-

to essencial e enquadrador este princípio da coesão económica e social, presente aliás em todos os Tratados como um princípio fundamental, como lembrou Octávio Teixeira, «mas que a prática, até ao momento, tem vindo a desmentir».

O líder parlamentar comunista, na sua intervenção final, considerou mesmo que é em torno desta «questão básica» que adquirem «força e dimensão» a defesa dos interesses de Portugal.

Uma força que poderá estar fragilizada face à posição neste capítulo assumida pelo Governo. Comprovou-o o próprio debate com as afirmações proferidas pelo ministro Jaime Gama ao admitir à partida e publicamente a possibilidade de os custos que se anunciam serem repartidos pelos quinze países membros da União Europeia, isto é, pelos países ricos e pelos países mais pobres.

«É um mau caminho que o PCP não acompanha, antes critica», sublinhou a propósito Octávio Teixeira, clarificando assim posições e definindo o que nesta matéria separa a bancada comunista do Governo PS.

Diferentemente da posição assumida pelo Governo, com efeito, o Grupo comunista entende que a proposta da Comissão Europeia não pode ser uma boa base de trabalho. Octávio Teixeira explicou porquê, pondo em relevo que não é aceitável que os custos da pré-adesão de novos países sejam suportados pelos actuais recursos financeiros para os quinze, e, muito menos, que essa fatia seja retirada «não às políticas internas da Comunidade que beneficiam fundamentalmente os paí-



Os agricultores portugueses são os que menos apoios recebem da Comunidade

Modelo irracional

A questão agrícola foi um dos pontos mais em foco no decorrer do debate. Da bancada comunista, pela voz de Lino de Carvalho, vieram críticas contundentes sobretudo ao que designou de «modelo irracional» que conforma a actual Política Agrícola Comum, cuja reforma, em sua opinião, constitui «um dos nós gordos da Agenda 2000 e do próximo futuro da União Europeia».

Lino de Carvalho verberou, designadamente, o manifesto desequilíbrio hoje existente na distribuição dos apoios, de que saem beneficiadas as produções continentais, em claro detrimento das produções dos países mediterrânicos.

Recusando o actual modelo, que levou a que a nossa agricultura esteja hoje «mais fragi-

lizada e empobrecida» - também por culpas próprias que radicam na gestão política e clientelar dos apoios e dos subsídios» levada a cabo antes pelo PSD e hoje pelo PS -, defendeu o «direito a produzir», propondo simultaneamente que seja dado aos produtos dos países do Sul tratamento similar ao concedido às produções dos países setentrionais.

O alargamento do acesso aos apoios ao investimento bem como as indemnizações compensatórias, foi outra das medidas reclamadas por Lino de Carvalho, para quem urge ainda estabelecer um «sistema de apoios que permita dar resposta a explorações assentes numa agricultura policultural e que estimulem a reconversão tecnológica e cultural».

ses mais ricos, mas sim aos fundos estruturais, aqueles que em termos relativos mais beneficiam os países pobres como Portugal».

Jogo armadilhado

Se tal propósito expresso na Agenda 2000 viesse a concretizar-se, de acordo com vários estudos, isso representaria uma perda na ordem dos 500 milhões de contos para o período em causa, admitindo mesmo algumas propostas mais gravosas que esse valor possa chegar aos 200 milhões por ano.

Ora é aqui que reside o busilis da questão. João Amaral falou mesmo em «jogo armadilhado», ao pôr a nu como se manifestam

os interesses egoístas dos países ricos. Desmontando a questão, lembrou como os «países fortes da Europa, a começar pela Alemanha, rebocaram a União Europeia até ao limite da consagração dos seus interesses» (mercado único, moeda única, Banco Central Europeu), para, logo a seguir, alcançado que foi o seu «patamar de interesses», inflectirem posições e desinteressarem-se. «A União Europeia seguinte, a da coesão económica e social, já não é com eles. A plebe que se amanha», rematou.

E repare-se que para o PCP não é questionável o alargamento da União Europeia. Isso foi deixado claro no decorrer do debate em todas as intervenções produzidas pelos deputados comunistas, em que prevaleceu

sempre a ideia de que essa é uma questão que diz respeito à livre decisão dos povos dos países candidatos. O problema é outro. Muito embora se saiba que o alargamento comporta seguras vantagens para as economias fortes, que passam a ter «mais mercado e mais campo para investimento» - ao contrário dos países de economia mais débil, para quem em certos aspectos esse alargamento é sinónimo de «mais concorrência e novos e complexos desafios» -, o que está em causa, como fez notar João Amaral, é que «não podem ser os países que não ganham com o alargamento, os países mais débeis, a suportar o seu custo».

Importa, pois - e esta foi uma das conclusões do debate - que Portugal adopte uma posição de grande firmeza negocial em defesa dos interesses nacionais, o que passa, entre outros aspectos, pela salvaguarda do princípio essencial da coesão económica e social, indissociável, no caso vertente, da manutenção do nível de despesa com fundos estruturais.

Isto mesmo é sublinhado no projecto de resolução apresentado pelo Grupo Parlamentar, documento de onze pontos no qual, entre outras coisas, se diz ainda não ser aceitável que Portugal venha a ter de suportar nacionalmente parte dos custos da PAC, quando a nossa agricultura já é fortemente penalizada pelo actual modelo.

imóveis. A eventual adopção de medidas que conduziram à demolição de imóveis, logo à caducidade de contratos de arrendamento com grave prejuízo para os inquilinos, constitui outra hipótese que parece estar na mente do Governo, relativamente à qual o PCP tem as mais sérias reservas, justificando a promessa, dada por Odete Santos, de que se manterá atenta ao evoluir do processo.

Resíduos industriais



O deputado comunista Joaquim Matias voltou a chamar a atenção para a necessidade de equacionar o que classificou de «situação caótica dos resíduos industriais» no nosso país, apelando ao mesmo tempo para o estabelecimento de um «plano global» que dê resposta ao seu destino (incluindo os resíduos perigosos), o qual, do seu ponto de vista, tem de assentar necessariamente numa «estratégia de prevenção».

Reiterada no final da passada semana, em debate motivado por uma petição sobre o assunto subscrita por mais de sete mil cidadãos do Litoral Alentejano, esta posição da bancada do PCP foi acompanhada por críticas ao Governo pela forma como tem conduzido todo o processo relativo à co-incineração dos resíduos industriais.

Não pondo em causa a necessidade de ser encontrada uma solução para o tratamento destes resíduos, Joaquim Matias admite mesmo não excluir à partida qualquer tecnologia, inclusive a co-incineração, desde que, acautelou, esteja integrada numa «estratégia global» e sejam «devidamente salvaguardadas a saúde pública e a qualidade do meio ambiente», nomeadamente através de estudos credíveis.

Finanças da Moita



O Governo deve desdobrar a Repartição de Finanças da Moita, propôs o deputado comunista Joaquim

Matias, sexta-feira passada, no Parlamento, definindo a posição do PCP relativamente a uma petição de mais de seis mil cidadãos solicitando essa medida. Na impossibilidade de criar sob este figurino um tal serviço público indispensável às populações, em alternativa, defendeu, deve ser aberta uma delegação das Finanças na Baixa de Banheira, que sirva não apenas esta como a vizinha freguesia do Vale da Amoreira. Depois de ter reconhecido através de Portaria publicada em 1983 a necessidade de uma tal medida, o Governo, recorde-se, recuou em 1990, revogando-a, posição que confirmou em 1990 sob o pretexto de que as medidas de simplificação e desburocratização resultantes das reformas fiscais e do tesouro seriam «mais eficazes do que os ganhos obtidos com esta Repartição». Discordando frontalmente desta leitura do Executivo, o deputado do PCP lembra que a «necessidade ainda aumentou mais», fazendo igualmente notar que «os efeitos das propaladas reformas que há nove anos justificaram a revogação da Portaria» não só não se fizeram sentir, como, pelo contrário, «mais justificam os pressupostos» que levaram à sua publicação.

Perigos sobre a TAP justificam audição parlamentar

O Grupo Parlamentar do PCP quer ver o ministro João Cravinho no Parlamento para analisar a grave situação da TAP. No momento em que é a própria sobrevivência da empresa que está em jogo, sobretudo após o acordo firmado com a Swissair, entende a bancada comunista que é inteiramente justificável a realização de uma audição no âmbito

da Comissão Parlamentar de Economia, na qual deverão igualmente comparecer a administração da empresa, o Sindicato dos Trabalhadores da Aviação e Aeroportos e a comissão de trabalhadores.

Na carta onde se requer a audição, subscrita pelo deputado Lino de Carvalho, salientados são os «graves problemas sociais» existentes na nossa compa-

nhia área, os quais, afirma-se, põem em causa a sua própria «viabilidade futura».

Para este quadro concorre, entre outros aspectos, a entrega do sistema de reservas à Swissair, com a alteração de horários que haviam sido estabelecidos em função das necessidades dos passageiros.

Lembradas pelo Grupo comunista são ainda outras medidas

entretanto adoptadas pela administração da empresa, que em sua opinião suscitam «perplexidade e preocupação», como é o caso do encerramento de linhas e de balcões nos países onde actuam outras empresas do Grupo Qualifyer, a que se junta, por outro lado, o interesse manifesto de operadores concorrentes na describilização e inibição da TAP.

Processo de destituição para Presidente do Paraguai

O Congresso do Paraguai decidiu dar início ao processo de destituição do Presidente Raúl Cubas, por 74 votos a favor e 38 contra, «por mal desempenho das suas funções e delitos cometidos no exercício do cargo». A votação, realizada na semana passada surge na sequência da recusa do Presidente em prender o golpista Lino Oviedo, como foi ordenado pela Corte Suprema de Justiça. O passo seguinte está a cabo da Câmara dos Deputados, que deverá votar a destituição de Cubas por maioria de dois terços. Se isso acontecer, o Senado deve aprovar a destituição. Entretanto, alastram os rumores sobre a preparação de um golpe de Estado pelas forças leais a Cubas, desmentidos pelo Presidente e por representantes militares.

Nova lei de imigrantes em Itália

O Governo italiano de centro-esquerda apresentou uma proposta para a legalização dos 250 mil imigrantes que entraram no país antes de Março de 1997, que prevê nomeadamente a dupla cidadania para os seus filhos. A medida, que deverá ser discutida pelo Parlamento, destina-se aos imigrantes que apresentaram pedidos de autorização de residência. O decreto exige a cada candidato que tenha uma residência fixa, um trabalho fixo ou a promessa de o vir a conseguir, e não ter antecedentes penais. No sábado, 50 mil pessoas concentraram-se em Milão para manifestar o seu apoio à nova lei, respondendo ao apelo das principais centrais sindicais e pelos partidos de esquerda.

Negociações na Colômbia avançam

O Exército de Libertação Nacional e o Governo colombiano decidiram, no fim-de-semana, realizar uma nova reunião «para tentar remover os obstáculos que surgiram» no processo de paz e para definir a convenção nacional da organização guerrilheira. Dias antes o ELN havia considerado que as conversações que manteve com o Governo colombiano foram um fracasso. «A conversação fracassou, na medida em que não chegámos a conclusões práticas», afirmou Nicolás Rodríguez, o líder do ELN também

Aliança Atlântica alarga-se a Leste

A Hungria, a Polónia e a República Checa devem oficializar a sua adesão à NATO no próximo dia 12 de Março. A cerimónia deverá realizar-se em Independence, cidade natal do antigo presidente norte-americano Harry Truman, em cujo mandato foi criada a Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), em 1949.

O anúncio do evento foi feito no final da semana passada pela embaixada dos Estados Unidos em Budapeste, citada pela agência húngara MTI. Segundo a mesma fonte, as actas de ratificação serão entregues durante a cerimónia pelos ministros dos Negócios Estrangeiros dos três países à secretária de Estado norte-americana, Madeleine Albright, terminando todo o processo com a entrega dos documentos no Congresso dos Estados Unidos. A NATO, que este ano comemorará o seu 50.º aniversário, ainda não confirmou oficialmente esta notícia.

Os três países em causa - os

primeiros do antigo Pacto de Varsóvia a aderirem à Aliança Atlântica - foram convidados em Julho de 1997, durante uma reunião em Madrid, a aderir à NATO depois dos seus 16 membros terem aprovado a sua entrada.

O processo suscitou desde a primeira hora fortes objecções da Rússia, preocupada com o alargamento da NATO até às suas fronteiras, mas sem sucesso.

Ainda na sexta-feira os ministros da Defesa alemão, Rudolf Scharping, francês, Alain Richard, e polaco, Janusz Onyszkiewicz, após um encontro entre os três ministros em

Cracóvia, fizeram saber que «a atitude da Rússia, que traça uma linha vermelha entre os países que podem aderir à NATO e os que não podem», é «inaceitável».

Os três ministros sublinharam que a sua opinião é partilhada pelos outros países membros da NATO, particularmente pelos Estados Unidos.

O encontro de Onyszkiewicz, Richard e Scharping serviu ainda para examinar as questões de identidade europeia de segurança e defesa (IESD) e o reforço neste âmbito da cooperação entre a União Europeia e a sua organização militar, a União da Europa ocidental (UEO), bem como a respectiva cooperação trilateral. Neste contexto, o ministro polaco convidou as empresas públicas francesas e alemãs a participarem na privatização da indústria polaca de armamento, recentemente decidida pelo governo de Varsóvia.

Volkswagen indemniza trabalhadores forçados

A construtora automóvel alemã Volkswagen vai indemnizar os trabalhadores forçados que utilizou no período nazi, juntando-se assim ao processo de indemnização geral que está a ser levado a cabo pela indústria alemã.

A Volkswagen - a primeira empresa a criar um fundo privado para as indemnizações, iniciativa seguida posteriormente pela Siemens - enfrenta juntamente com vários outros grupos industriais alemães uma queixa colectiva apresentada na justiça dos Estados Unidos por antigos trabalhadores forçados.

Embora as notícias referentes a este processo sejam apresentadas normalmente como «indemnizações aos judeus», o facto é que o recurso ao trabalho forçado não atingiu apenas judeus. Na época nazi, a Volkswagen utilizou entre 15 mil e

20 mil pessoas em regime de trabalhos forçados nos anos de 1944 e 1945, entre os quais apenas 1500 eram judeus.

A quase totalidade da indústria alemã recorreu nesse período a trabalho forçado, estimando-se que no pico do esforço de guerra, em Agosto de 1944, trabalhavam em empresas alemãs 7,65 milhões de trabalhadores forçados e 600 mil deportados de campos de concentração.

O grupo de Wolfsburg começou em Dezembro a entregar 10 mil marcos (1025 contos) a polacos e holandeses que empregou à força durante o III Reich. O dinheiro saiu de um fundo de indemnização privado de 20 milhões de marcos (2,05 milhões de contos) criado em Setembro e dirigido pelo antigo primeiro-ministro israelita Shimon Peres.

Segundo notícias divulgadas pela Lusa, a Alemanha apresentou a semana passada em Nova Iorque um projecto de acordo-quadro para regularizar a questão dos trabalhadores forçados durante o nazismo, mas até ao momento não foi fixado qualquer montante.

A violência da extrema-direita alemã continua enquanto a fazer-se sentir contra os estrangeiros residentes no país. Um argelino de 28 anos foi assassinado no sábado em Guben, no Leste da Alemanha, depois de agredido por cinco jovens com idades de 17 e 18 anos, já conhecidos da polícia por terem participado noutros confrontos. Também a região de Brandemburgo, nordeste do país, tem sido palco de agressões violentas nos últimos meses contra estrangeiros.

Argélia Eleições a 15 de Abril

A primeira volta das eleições presidenciais argelinas realiza-se no próximo dia 15 de Abril, anunciou há dias o presidente Liamine Zéroual num discurso à nação. O presidente argelino, que não se recandidata ao cargo, decidiu um 11 de Setembro antecipar as eleições, encurtando o seu mandato de cinco anos. As primeiras eleições presidenciais pluralistas da história da Argélia realizaram-se em 1995.

Na sua comunicação ao país, Zéroual garantiu que a ida às urnas será «transparente e democrática, livre e credível», tendo apelado aos funcionários públicos para que respeitem «o seu imperativo constitucional e legal de imparcialidade e de lealdade» na organização do escrutínio; ao mesmo tempo, pediu aos argelinos para participarem «ativamente» nesta consulta eleitoral.

Liamine Zéroual disse que não hesitaria na adopção das medidas consideradas necessárias caso se verifique que a preparação das eleições «venha a ser desviada dos seus nobres objectivos».

Segundo a legislação argelina, cada candidato deverá reunir um mínimo de 75 mil assinaturas em pelo menos 25 «wilayas» (circunscrições) ou, em alternativa, 600 assinaturas de cidadãos eleitos nos vários níveis de administração pública.

A situação na Argélia continua no entanto longe da paz social necessária para garantir a normalidade do acto eleitoral. Ainda na semana passada as forças de segurança argelinas mataram 17 presumíveis terroristas armados em várias operações militares, em diversas localidades da Argélia, segundo noticiou a imprensa local.

NATO contra a desnuclearização

A 53.ª Assembleia Geral das Nações Unidas adoptou, em Dezembro de 1998, 48 resoluções das quais 22 foram votadas. A Assembleia Geral aceitou 18 resoluções relativas a questões nucleares. A respeitante ao Tratado de Interdição Total dos Ensaios Nucleares foi retirada quando se tornou claro que não seria adoptada por uma maioria suficiente.

Como de costume e apesar do fim da guerra fria, as potências nucleares, com excepção da China, opuseram-se às resoluções favoráveis ao desarmamento nuclear: em 23 resoluções registaram-se 10 rejeições por parte dos Estados Unidos, nove por parte da Grã-Bretanha e da França, quatro por parte da Rússia e zero por parte da China... Sem comentários.

O acontecimento mais importante foi sem dúvida a proposta de uma nova agenda de desnuclearização apresentada inicialmente por oito países, dois dos quais da União Europeia: Suécia e Irlanda.

Aquando da votação do primeiro comité, a 13 de Novembro de 1998, registaram-se 97 «sins», 19 «nãos» e 32 abstenções. Horror! Entre as 32 abstenções figuravam 12 membros da NATO que ousaram abster-se apesar das pressões e chantagens a favor do «não», exercidas pelos diplomatas americanos e britânicos. Naturalmente, os Estados Unidos, a Grã-Bretanha, a França (potências nucleares) e a Turquia (cliente privilegiado dos Estados Unidos) foram os quatro membros da NATO a opor-se à proposta de uma agenda de desnuclearização.

O segundo golpe de teatro deu-se por ocasião da Assembleia Geral de 4 de Dezembro, quando a relação dos votos passa de 97 «sins», 19 «nãos» e 32 abstenções para 114 «sins», 18 «nãos» e 38 abstenções na sequência de 22 votos suplementares, devendo a passagem de 19 «nãos» para 18 a uma viragem da Arménia que modificou o seu «não» em abstenção. Os votos contra devem-se essencialmente às potências nucleares (com excepção da China), incluindo Israel, Índia e Paquistão, a que se juntaram os três novos membros da NATO bem como os países europeus que aspiram poder entrar um dia no bloco militar da Aliança.

Entre os oito países que propuseram uma nova agenda de desnuclearização consta a Eslovénia que se submeteu posteriormente às exigências americanas votando «não» (a proposta dos oito ficou assim reduzida a sete!).

O Canadá e a Alemanha desempenharam um papel determinante neste problema: ao absterem-se arrastaram para o seu ponto de vista 10 países membros da NATO, incluindo a Bélgica. O senhor Derycke, ministro dos Negócios Estrangeiros, orgulha-se desta posição anódina... Esperemos que se mostre mais exigente aquando da formulação da nova postura nuclear a tomar pela NATO nos princípios de 1999. Recordamos aos cidadãos belgas que a NATO continua a impor as suas bombas nucleares a numerosos países membros da Aliança, o uso em primeiro lugar da arma nuclear e a manutenção do estado de alerta destas armas de destruição massiva.

Por ocasião das últimas intervenções dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha no Iraque, os barcos e os submarinos destes dois países estavam prontos a flagelar os alvos iraquianos com mísseis nucleares.

É preciso resistir a esta máquina de guerra

Estas considerações provam que a NATO constitui um perigo muito sério para a estabilidade da Europa e, consequentemente, do mundo. Um movimento de paz torna-se necessário para impedir o imperialismo da NATO. Este movimento de paz deverá opor-se igualmente a qualquer superpotência militar europeia que, sob a influência britânica ou francesa, queira dotar a Europa de armas nucleares. A influência alemã no desmantelamento da Jugoslávia foi catastrófica e tornou possível a extensão da NATO a esta região.

Para neutralizar o papel nefasto da NATO pronunciamo-nos a favor de:

- 1 - O regresso das armas nucleares da NATO aos santuários americanos e britânicos e a recusa do uso em primeiro lugar de armas nucleares e da sua manutenção em estado de alerta;
- 2 - A dissolução da NATO e a sua substituição pela OSCE;
- 3 - A supressão dos Ministérios da Defesa e a sua substituição por departamentos de prevenção de conflitos;
- 4 - O desenvolvimento de uma política europeia independente para regular os problemas de manutenção da paz na Europa, em África e no Médio Oriente;
- 5 - O apoio ao desarmamento e a aplicação da nova agenda de desarmamento nuclear apresentada à Assembleia Geral das Nações Unidas.

■ **Pierre Piérart**
(membro da organização
«Rencontre pour la Paix»)



Chile

Estados Unidos implicados em atentados

Os Estados Unidos tinham conhecimento da Operação Condor, criada pelo governo chileno de Augusto Pinochet para combater militantes de esquerda latino-americanos que contava com a cooperação da Argentina, do Paraguai, da Bolívia e do Uruguai.

Segundo a edição de quinta-feira do diário espanhol *El País*, o FBI chegou mesmo a procurar colaboradores de organizações chilenas de esquerda a pedido de Pinochet, durante os anos 70. Agentes de Nova Iorque e de Dallas tentaram localizar pelo menos duas pessoas cujos nomes figuravam numa agenda de um homem que funcionava como correio de um grupo marxista clandestino chileno, o Movimento de Esquerda Revolucionário, detido no Paraguai em 1975.

Documentos secretos do FBI provam que a polícia federal norte-americana colaborou com a ditadura chilena durante muitos anos e mostram quais os

métodos e as formas de cooperação habituais com forças de outros países.

Como sublinha o *El País*, as relações entre os Estados Unidos e o regime chileno são um elemento importante para o processo contra Pinochet levantado pelo juiz espanhol Baltasar Garzón. Destes documentos pode depender a acusação contra o antigo ditador de ser responsável pelos assassinatos de Orlando Letelier, ex-ministro chileno dos Negócios Estrangeiros e embaixador nos EUA do governo de Salvador Allende, e Ronni Moffitt, seu colaborador. Ambos morreram na explosão de um carro armadilhado em 1976 em Washington.

Robert Scherrer, membro do FBI e conselheiro da Embaixada norte-americana em Buenos Aires, antes de morrer em 1995, gravou uma declaração em que afirmava a sua convicção pessoal de que Pinochet tinha autorizado os assassinatos.

Os apoiantes de Pinochet

O jornal *Financial Times* revelou recentemente uma lista de nomes de apoiantes chilenos e britânicos de Pinochet no campo político e económico, que pagam as contas do processo judicial, dos seus gastos pessoais e das campanhas de publicidade e relações públicas.

Tendo já juntado quase 540 mil contos, os apoiantes do antigo ditador contam com personalidades do mundo político, como a ex-primeira-ministra britânica Margaret Thatcher que

já defendeu Pinochet num artigo publicado pelo *The Times*.

Nesta lista incluem-se ainda o nome de Patrick Robertson, antigo director de comunicações do falecido financeiro James Goldsmith; de Charles Alexander, banqueiro com negócios no Chile há mais de 20 anos; e de Tim Bell, dono de uma empresa de relações públicas e assessor do Partido Conservador.

Entre os chilenos encontram-se Hernán Briones, dono de empresas de materiais de construção, imobiliárias e cimenteiras; Carlos Cáceres, ex-ministro das Finanças; Eugenio Heire, presidente da Associação de Seguros do Chile e proprietário de uma seguradora; Ricardo Claro, um dos homens mais ricos do país e dono de 50 por cento das acções do jornal *El Diario* e da cadeia televisiva Megavisión; e Alfonso Márquez de Plata, antigo ministro e director da Fundação Pinochet.

As despesas do antigo ditador

atingem valores elevados. A renda da casa onde está instalado em Inglaterra ultrapassa os dois mil e 600 contos por mês, e já foram gastos mais de quatro mil e 500 contos em advogados e cerca de oito mil e 500 contos em relações públicas.

Foram fundadas duas organizações a favor de Pinochet: o Movimento Chileno pela Reconciliação e o Movimento de Apoio a Pinochet. Uma das suas primeiras iniciativas visava comparar o governo eleito de Salvador Allende com o regime militar através de uma falsa denúncia sobre uma suposta tortura de Juan Luis Ossa em 1972. A imprensa apressou-se a desmentir: Ossa era dirigente do grupo fascista Pátria e Liberdade e foi detido por posse de armas. A sua tentativa de confundir o agente da polícia que o deteve valeu-lhe uma condenação em tribunal. Não houve qualquer detenção ilegal ou tortura.

conhecido por Gabino. A reunião de Caracas juntou durante 25 horas Antonio García, representante da guerrilha, e Víctor Ricardo, Alto Comissário para a Paz, do Governo. Um dos factos apontados para o fracasso é a recusa do executivo em desmilitarizar quatro municípios do departamento de Bolívar de forma a realizar aí uma convenção nacional e negociar a paz. «Se não houver desmilitarização, não haverá diálogo», declarou Gabino.

Aniversário da Revolução Islâmica

No 20.º aniversário da Revolução Islâmica, o Presidente iraniano Mohamed Jatami voltou a defender a participação da população e a ampliação dos seus direitos. Este clérigo moderado eleito em 1997 prometeu «defender os direitos dos cidadãos e as liberdades de quem respeite a Constituição», apesar das pressões dos conservadores. Comprometendo-se a promover a tolerância, Jatami apelou aos iranianos para participarem nas eleições municipais de dia 26, as primeiras desde a implantação da República Islâmica. «O respeito pela lei é o nosso lema mais importante no período de consolidação da revolução. Dentro desta lei, da nossa fé islâmica, na nossa crença no governo supremo dos clérigos, os direitos da população e a sua participação estão assegurados. Defender a Constituição é defender a revolução», afirmou o presidente. Na sua campanha eleitoral, Jatami prometeu realizar reformas políticas e sociais em favor da sociedade civil.

Kosovo

Conversações sob ameaça

Uma semana depois do início das conversações sobre o Kosovo, em Rambouillet, França, as delegações da República Federal da Jugoslávia (RFJ) e dos independentistas albaneses sentaram-se pela primeira vez à mesa negocial no domingo, após a intervenção da secretária de Estado norte-americana, Madeleine Albright.

De acordo com as informações divulgadas pela generalidade dos meios de comunicação, o gelo entre as partes terá sido quebrado na sequência das ameaças de Albright aos representantes de Belgrado: ou demonstravam disposição para negociar ou a NATO dava início ao bombardeamento de alvos sérvios.

Tudo leva a crer, no entanto, que a intervenção de Albright não se deve ter ficado por aí.

No final da semana passada, quando os independentistas se recusavam a subscrever os dez pontos básicos para as negociações, já aceites por Belgrado, assistiu-se com perplexidade ao recrudescer das acusações aos «sérvios» de estarem a bloquear o processo. Esta deturpação dos factos tinha uma «explicação»: um dos pontos básicos consagra a integridade territorial da RFJ, que a comunidade internacional diz defender, o que os independentistas não aceitam. A propaganda anti-sérvia fez então o impensável e acusou a parte que acatava o proposto pelo Grupo de Contacto - a RFJ - de boicotar as conversações por exigir dos independentistas a aceitação dos princípios que todos diziam ser o ponto de partida para o diálogo. Surrealista.

O volte face verificado com a intervenção de Madeleine Albright deixa adivinhar que

alguma coisa foi prometida aos independentistas, que acabaram por aceitar a base para o diálogo, ou seja, uma «autonomia substancial» ao invés da desejada independência imediata.

«Estamos perante um caminho bifurcado - um conduz ao desastre e ao caos, e o outro a uma solução racional», disse Albright. Resta saber se o conceito de «solução racional» não inclui, a prazo, mais um passo para a desagregação da RFJ.

Ataque à Sérvia pode incendiar os Balcãs

Na ausência de um acordo, o recurso à força encarado pela NATO é considerado particularmente perigoso pela Rússia, que se opõe a uma intervenção militar contra a Sérvia. O ministro dos Negócios Estrangeiros russo Igor Ivanov, numa entrevista ao semanário alemão «Der Spiegel» de segunda-feira, lembra que «a particularidade do Kosovo reside no facto de toda a região em redor ser instável», pelo que «se não encontrarmos uma solução satisfatória, podemos incendiar os Balcãs no seu todo».

A Rússia é favorável à proposta do Grupo de Contacto de uma larga autonomia do Kosovo, desde que garanta a preservação da integridade territorial jugoslava.

«O Kosovo faz parte da Jugoslávia, pelo que precisamos sempre do acordo do governo de Belgrado para qualquer solução», afirmou o chefe da diplomacia russa, que não descarta uma possível participação mili-

tar numa força internacional de manutenção da paz da ONU se se chegar a acordo em Rambouillet.

Cabe recordar que Belgrado considera o Kosovo o berço da nacionalidade.

Entretanto, segundo informações divulgadas pela Lusa, os EUA delinearam já o plano militar que se propõem aplicar no Kosovo no que qualificam de operação de manutenção de paz. O plano prevê que as tropas norte-americanas entrem na província sérvia nos dez dias subsequentes a um acordo de paz, tendo o presidente Bill Clinton anunciado que os EUA contribuirão com cerca de 4000 soldados para a referida força.

A ser alcançado um acordo em França, os norte-americanos prevêem que os elementos da 24.ª unidade expedicionária dos «marines» sejam o primeiro destacamento militar a entrar no Kosovo, segundo declarações de um oficial não identificado. Cerca de 2200 soldados daquela unidade estão actualmente embarcados no USS Nassau e em outros navios da marinha estacionados no mar Mediterrâneo. O total da força norte-americana a enviar para os Balcãs representa cerca de 14 por cento da força de manutenção da paz prevista da NATO, que ascende aos 28 000 soldados.



Representantes do Grupo de Contacto, junto ao castelo de Rambouillet, fazem o ponto da situação das negociações sobre o Kosovo

Líbia

Caso Lockerbie perto do fim

Dez anos depois do atentado de Lockerbie, a Líbia, os Estados Unidos e a Grã-Bretanha chegaram finalmente a acordo sobre o julgamento dos dois suspeitos do crime, no sábado passado.

Sob a mediação do presidente da África do Sul, Nelson Mandela, do rei Fahd da Arábia Saudita e das Nações Unidas, o acordo prevê que os dois líbios sejam julgados na Holanda por um tribunal escocês e com juízes escoceses e, caso sejam declarados culpados, cumpram a pena na Escócia com uma «supervisão internacional».

Na sequência do acordo, as sanções imposta pela ONU contra a Líbia em 1992 serão totalmente levantadas. Segundo a agência Lusa, Kofi Annan deve autorizar o Conselho de Segurança das Nações Unidas a anulá-las nos próximos 90 dias. O secretário-geral da organização sente-se «muito encorajado» e «espera uma conclusão rápida do assunto».

Por outro lado, os EUA e a Grã-Bretanha deixam de considerar que a Líbia está ligada ao terrorismo.

O atentado contra o avião da companhia aérea norte-americana Pan Am sobre a localidade escocesa de Lockerbie, perpetrado em 21 de Dezembro de 1988, provocou 270 mortos. Americanos e britânicos acusam os líbios Abdel Basst Alo Mohammed e Lamén Khafila Fhimah de serem os responsáveis. A Líbia exigia até agora que os acusados cumprissem a sua pena na Holanda, caso fossem considerados culpados.

Compra de votos no México confirmada

A população das localidades mexicanas de Chilapa e Zizicazapa confirmou que elementos do PRI, o partido oficial, ofereceram farinha de milho, açúcar, feijão e materiais de construção em troca dos seus votos nas eleições para o governo local, realizadas no dia 7. Os boletins de voto foram revistos, depois da coligação de centro-esquerda - composta pelo Partido da Revolução Democrática e pelo Partido do Trabalho - ter impugnado os resultados. A oposição convocou mobilizações pacíficas em protesto contra a fraude eleitoral, enquanto os guerrilheiros do Exército Popular Revolucionário e do Exército Revolucionário do Povo Insurgente convidaram a população a revoltar-se contra a situação política, social e económica da região.

Os últimos dias da **ERU** em Portugal

Rostos e custos da deslocalização impune

Ao terminar o ano de 1998 foram anunciados os encerramentos de algumas empresas multinacionais que, desde a Texas Instruments Samsung Electrónica Portugal até à Nestlé/Longa Vida, passando pela holandesa ERU, tinham um traço comum: fechavam unidades fabris em Portugal, para abrir em países com mão-de-obra mais barata. Uma centenas de trabalhadores e respectivas famílias ficaram assim a saber o significado de um vocábulo próprio da época do chamado neoliberalismo: a *deslocalização* que, com governos mais ou menos rosados (alguém ajudará se a cor tem algo a ver com vergonha), deixa impunes os patrões que nem respeitam os compromissos assumidos perante o Estado. Na Abóboda, concelho de Cascais, fomos ouvir o outro lado da *deslocalização*: os trabalhadores, sobre quem recaem os sacrifícios e as injustiças da desenfreada corrida mundial ao lucro mais rápido e mais fácil. Quem apregoeou que as pessoas não são números, quando se tratou de conquistar votos, não pode nestes casos assobiar para o ar e esquecer que os custos da *deslocalização* têm rostos.

Na fábrica de queijos ERU os rostos eram, na maioria, de mulheres com cerca de 50 anos, com pouca ou nenhuma instrução escolar, mas com três décadas de trabalho, sempre na mesma fábrica, com ordenados que rondavam os 65 contos e aos quais, habilidosamente e ao sabor da opinião dos chefes, a administração acrescentava (ou não) prémios chamados de assiduidade ou de produtividade.

Já estão vazias e vendidas as instalações que há dois meses ainda albergavam a fábrica da ERU, na zona industrial da Abóboda, e onde estivemos na semana passada com Moisés Caetano, o dirigente do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Alimentação do Sul e Tabacos que acompanhou a luta contra o encerramento.

Quando a fábrica fechou, a 18 de Dezembro, toda a gente recebeu como indemnização um valor, em raros casos superior a dois mil contos, correspondente ao mínimo legal de um mês de salário por cada ano de trabalho. Mas só a firmeza dos trabalhadores, apoiados pelo seu sindicato, obrigou a empresa a cumprir a lei.

Enquanto a Inspeção do Trabalho, no início de Fevereiro, ainda ignorava qual tinha sido o desfecho deste caso, os trabalhadores fizeram tudo o que podiam para salvaguardar os seus direitos. Até a GNR chamaram, nas vésperas do feriado de 1 de Dezembro, quando pararam o trabalho e bloquearam os portões da empresa, para impedirem a retirada das últimas máquinas.

O Ministério da Economia não foi capaz de esclarecer o sindicato sobre as dívidas da ERU, o recurso ao Plano Mateus e a dinheiros comunitários e a forma como a empresa iria agora corresponder aos compromissos assumidos perante o Estado. «Batemos a uma porta, mandam-nos para outra, que também se fecha logo de seguida», lamenta o sindicalista, resumindo as experiências de contactos com ministérios e secretarias para procurar resolver problemas de trabalhadores.

Cresceu e desapareceu

A fábrica, orientada sobretudo para a exportação, «em Outubro estava a trabalhar a todo o gás, recorria a horas extraordinárias e a trabalhadores a prazo, mas a 5 de Novembro anunciou que ia encerrar e a 18 de Dezembro encerrou, pura e simplesmente, para ir abrir fábricas na Hungria e na Argélia» - é assim que Moisés Caetano

retrata a rapidez e a surpresa com que foi feita a *deslocalização* da ERU, que vai manter em Portugal a distribuição dos produtos da marca, agora produzidos na Argélia.

Ana Rosado tem 42 anos, é analista química, esteve 17 anos ao serviço da ERU e foi a trabalhadora com mais anos consecutivos no controlo de qualidade. No desemprego desde Dezembro, recorda como a sua secção chegou a merecer rasgados elogios de um dos administradores, que a colocou entre as melhores a nível europeu. Lembra como as operárias, «quando havia um problema qualquer, metiam mãos e pés, montavam-se em cima das máquinas e resolviam o que fosse preciso». Recorda que «trabalhámos muito, houve muitos acidentes de trabalho, muitos dedos perdidos», com horários de produção que chegaram a ser de 24 horas, para responder a grandes encomendas.

Aponta como sentida injustiça o facto de que «a ERU cresceu a partir do nosso trabalho, e agora fecharam-nos a fábrica, não tiveram nenhuma preocupação social para com as pessoas que ergueram a empresa».

Arminda Silva tem hoje 53 anos, trabalhou 23 ao serviço da ERU, foi supervisora, responsável de linha, durante dez anos. Lembra que foi para a fábrica já depois do 25 de Abril, «a contrato, comecei por fazer tudo, não havia classificações, o trabalho era bastante duro, desde carregar caixotes até às limpezas, tratar de porcos, lavar casas de banho, calar muros...» Acha que «o 25 de Abril não chegou a entrar naquela fábrica», onde «os piores trabalhos eram para as mulheres e nós nem podíamos protestar, "não queres assim, vais para a rua"».

Maria dos Anjos, operária com 51 anos de idade, esteve 21 anos a trabalhar na ERU, e foi delegada sindical nos últimos 4 anos. Não tem hoje dúvidas de que «o sindicato fez um bom trabalho, toda a gente reconhece que, se não fosse o sindicato, não recebíamos assim as indemnizações, recebíamos em prestações, como a empresa quis no princípio». E aproveita a oportunidade para afirmar, grata, que «também tivemos um bom apoio da GNR».

EM FOCO

Texto
Domingos Mealha

Fotos
Jorge Caria
e arquivo

Casos contados

Fundos, dívidas e outros motivos

«A empresa recorreu há cinco anos a fundos da Comunidade Europeia para se remodelar. Soube que também recorreu ao Plano Mateus, para pagar uma dívida de 700 mil contos. E tínhamos conhecimento de que a empresa não pagava à Alfândega».

«O último gestor, espanhol, veio há dois anos para, quanto a mim, tentar viabilizar a empresa, porque a ERU tinha mercado, vendia tudo o que produzia. Na altura, não se previa este desfecho. «Só que, como a dívida à Alfândega era elevada, a empresa tinha que pagar juros, só podia levantar matéria-prima pagando previamente os direitos alfandegários. Recorreu ao Plano Mateus, para pagar à Alfândega. Já tinha recorrido a fundos comunitários, mas em vez de renovarem as máquinas, fizeram obras no escritório e no refeitório».

«Estes empréstimos, regra geral, são concedidos a empresas que assumem determinados compromissos de manutenção do emprego. A ERU manteve-se durante estes anos a laborar, conservando o mesmo número de trabalhadores. Mas, libertos desses compromissos, fizeram o que faz qualquer multinacional: levou a produção para locais próximos dos novos mercados e com mão-de-obra mais barata, para obter um lucro rápido. Deixaram aqui a dívida, liquidaram os postos de

trabalho, levantaram as máquinas e foram abrir uma fábrica na Hungria e outra na Argélia.»

Moisés Caetano

Da Amadora a Budapeste

«A ERU tem origem na Holanda. Pelo que eu ouvi, há trinta e tal anos veio para cá um senhor que abriu um barracãozinho na Amadora, com meia dúzia de fundidoras. Cheguei a ouvir alguns trabalhadores mais antigos contarem que, para acabarem encomendas a horas, chegavam a dormir junto das fundidoras».

«Depois vieram para a Abóboda, há uns 30 anos. «Na Holanda a ERU também não tinha grande dimensão e trabalhava quase só para o mercado holandês. Em Portugal houve uma grande expansão dos negócios. Da nossa fábrica, com horas e horas de trabalho em muito difíceis condições, saíram toneladas e toneladas de queijo para quase todo o Mundo. Chegou-se a fazer três turnos, em laboração contínua, com uns trezentos trabalhadores, com muita gente contratada».

«Só esta evolução é que permitiu o negócio ramificar-se para a Hungria e a Argélia e permitiu criar uma fábrica, com tecnologia de ponta, na Holanda.»

Ana Rosado



Depois de muitos anos ao serviço da ERU, os trabalhadores tiveram que lutar pelos direitos que a lei lhes reconhece mas o Estado não garante e, agora, enfrentam o drama do desemprego, agravado pela idade que atingiram e pela desindustrialização que grassa no País



As estrelas da União Europeia foram viradas para a parede poucos dias depois de anunciado o encerramento

«Nem que vá daqui com zero!»

«Aquilo estava preparado para a indemnização não ter um princípio igual para toda a gente. Não queriam que o sindicato entrasse nisto e pretendiam negociar individualmente com cada pessoa».

«Nas propostas individuais, diziam que iam pagar as indemnizações em prestações durante doze ou seis meses... Se alguém quisesse receber tudo já, tinha que aceitar receber só 85 por cento da indemnização. Fizem isto a 18 pessoas».

«Eu fui uma dessas 18, e não aceitei a proposta deles. Exigi mês e meio por cada ano e que contassem também como ordenado aquilo que me pagavam como prémio de produtividade. E também contavam menos três anos do que aqueles que eu tinha ao serviço da fábrica».

«Responderam-me que não ia haver problemas, que até iam aceitar algumas considerações que eu tinha feito. Disseram-me que depois davam uma resposta, "mas agora queremos uma coisa muito importante de si, a senhora vai agora lá abaixo, é uma pessoa esclarecida, as outras ouvem-na muito bem, e vai dizer-lhes que deixem sair as máquinas, que o cliente já está à espera"».

«Quer dizer, se eu fizesse aquele papel que eles queriam, até ia ter umas bonificações... Mas cheguei cá abaixo, deu-me uma crise de choro e resolvi: Nem pensar! Nem que eu vá daqui com zero, mas eu vou dizer é o contrário, que não deve haver prestações e toda a gente deve receber o dinheiro no dia em que isto fechar.»

Arminda Silva

Patronais agradecimentos

«Além de indicarem menos anos de trabalho do que aqueles que muitos de nós tínhamos, para verem se assim pagavam menos indemnizações,

tiveram atitudes muito injustas. Por exemplo, a um trabalhador que tinha perdido há pouco tempo dois dedos num acidente, queriam negar a indemnização, porque tinha 64 anos e estava à beira de se reformar».

«O patrão até foi lá a casa dele, para lhe dizer que tivesse calma e esperasse, que eles iam fazer-lhe um seguro na Holanda. Mas a filha aconselhou-o e foi com ele ao sindicato, e só assim é que lhe pagaram a indemnização dos 34 anos que trabalhou na ERU. Mas não lhe pagaram as férias».

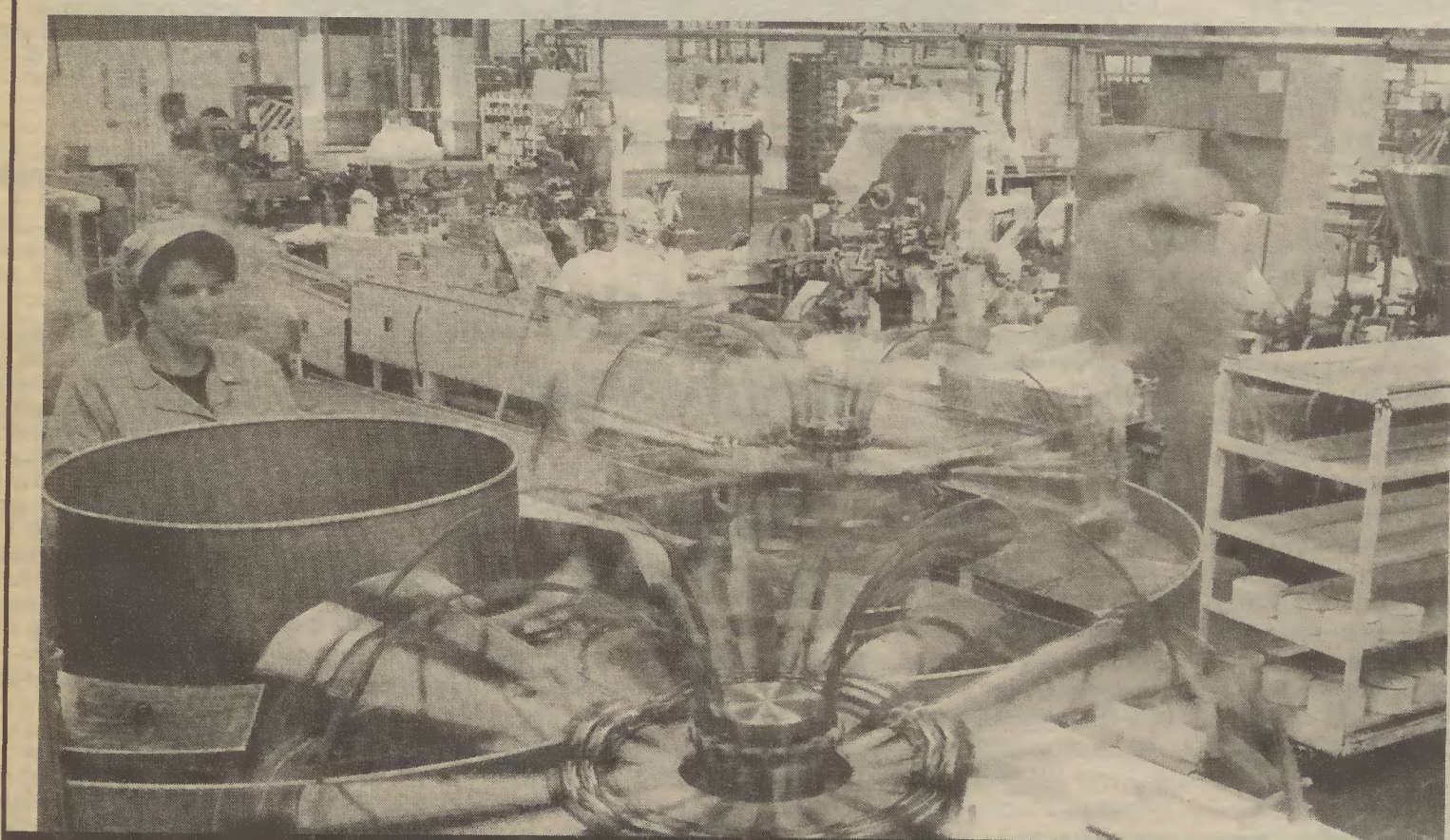
Maria dos Anjos

Não saem, não senhor!

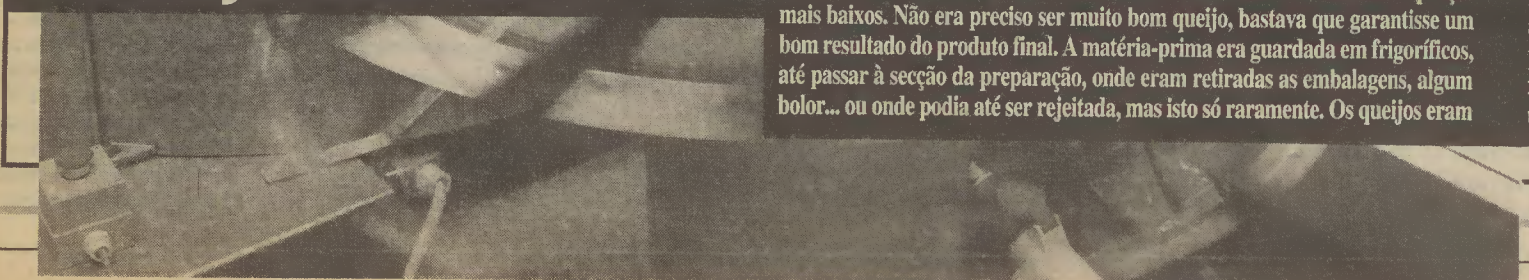
«No dia em que não deixámos sair as máquinas, a minha linha era a única que estava a produzir. Quando vimos os mecânicos a desmontar máquinas, decidimos parar. O encarregado berrou até mais não, que agora tínhamos perdido tudo, a razão e as indemnizações... Mas eles já sabiam que a posição dos trabalhadores era não deixar levantar mais máquinas. E nós já tínhamos escrito uma carta da nossa comissão, para o caso de eles quererem tirar máquinas, que fomos logo entregar na Inspeção do Trabalho».

«Estávamos nós, da comissão, reunidos com o administrador e outros, a pedirem-nos que deixássemos sair as máquinas, quando toca o telefone. Era da Inspeção, tinham recebido a nossa informação e queriam saber o que se passava. Claro que o homem da administração disse que devia haver engano, que estavam ali muito calmamente a reunir com os representantes dos trabalhadores».

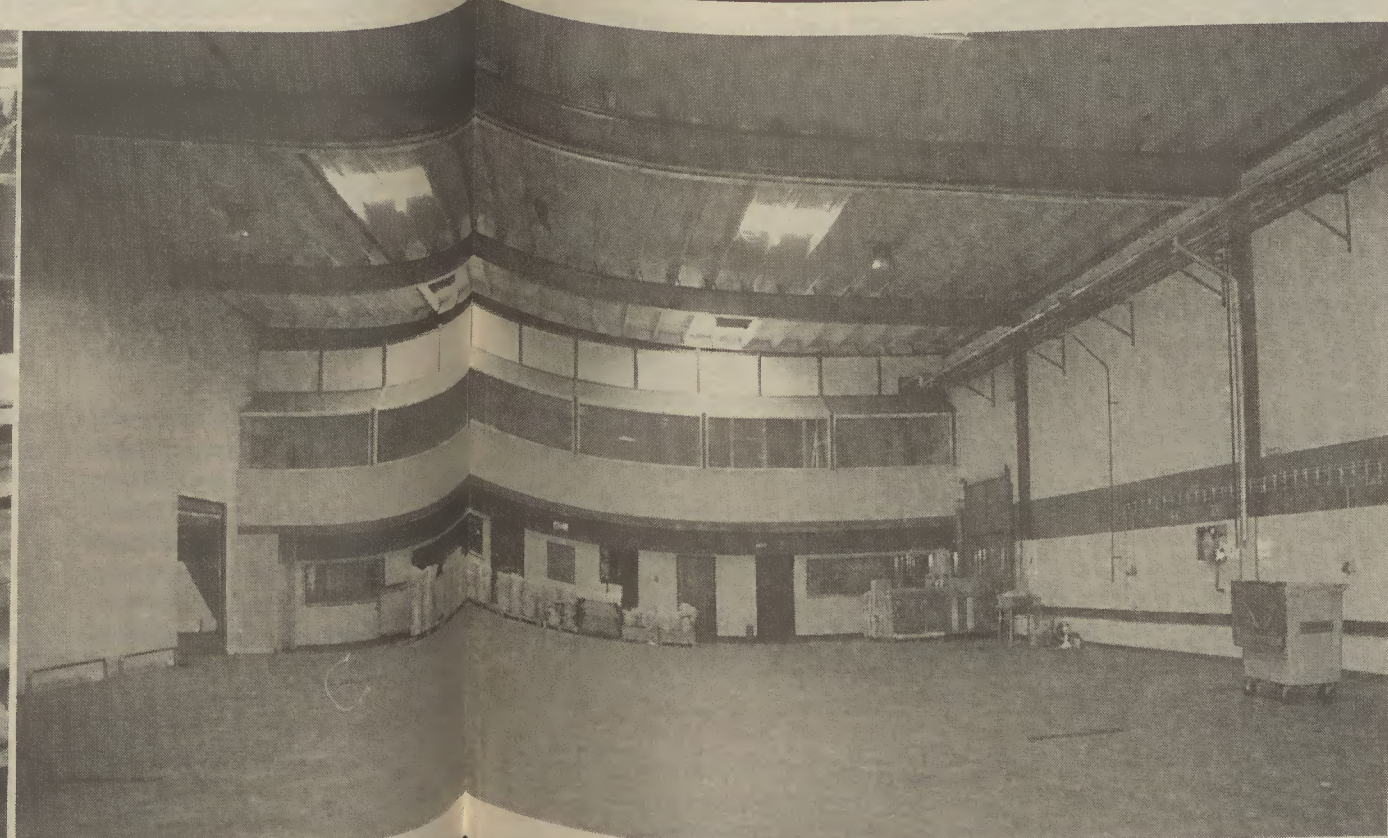
Arminda Silva



Como já não se faz...



Contaram-nos como aqui chegava a matéria-prima, queijos comprados, a partir da sede holandesa, na Nova Zelândia e noutros mercados com os preços mais baixos. Não era preciso ser muito bom queijo, bastava que garantisse um bom resultado do produto final. A matéria-prima era guardada em frigoríficos, até passar à secção da preparação, onde eram retiradas as embalagens, algum bolor... ou onde podia até ser rejeitada, mas isto só raramente. Os queijos eram



depois triturados, em grandes depósitos, por um sistema que esbodegava aqui e ali. Houve tempo em que os depósitos eram geridos por mulheres. Esta massa passava às fundidoras, juntamente com uma mistura de manteiga, água, sais fundentes e outros ingredientes, conforme as características, fátias, Flamenguito ou outros produtos tubulares

foram substituídas por um sistema de *steril-choque*, a 140 graus. Um líquido a uma temperatura mais baixa percorria as tubagens e saía para as secções de embalagem, onde a massa quente tomava a forma do molde escolhido. Agora restam as paredes, algum lixo e as máquinas de quem aqui trabalhou anos e anos. (Fotografias do estado das instalações, na semana passada, e de um recente folheto publicitário da ERU, mostrando a fábrica da Abóboda em funcionamento)

Lembrar vitórias para voltar a vencer

■ LUÍS SÁ
Membro da Comissão Política

TODOS OS DIAS somos confrontados com horrores de todo o tipo. Cruzamo-nos com eles nas ruas. Há novos nomes como «exclusão social», mas na realidade são fenómenos antigos como discriminação e desigualdade. Deparamos com eles na comunicação social, no nosso país e por todo o mundo, apesar dos seus critérios frequentes sobre a selecção do que é notícia poderem, por vezes, ser mais do que discutíveis e a disputa de audiências só permitir apresentar como espectáculo esse horror. É claro, por exemplo, que não é notícia o jovem português que, para ter emprego, se compromete a passar cinco anos sem ter férias nem casar. Nem é notícia a exploração que acontece todos os dias em tantos e tantos pontos do globo, nem o desemprego que cresce, nem a angústia dos que vêm a empresa fechar e se interrogam sobre o dia de amanhã, nem os jovens que não sabem que futuro vão ter.

de onde existirem em cada momento menos direitos sociais e menos protecção do ambiente. Não se pensa que integração ou globalização poderia ser assegurar limiares mínimos de regulação e protecção dos direitos dos que menos têm e do património comum da Humanidade que é indispensável para assegurar o seu futuro.

Neste período de direitos ameaçados, ou noutros casos pura e simplesmente esvaziados, pode existir o risco de perder a perspectiva das

uma das mais avançadas da época, e na sua exclusão do voto das mulheres, dos vadios e dos criados de servir, dos analfabetos, e em Constituições posteriores ainda mais recuadas; pensemos em cada avanço e também em recuos posteriores, como tudo foi penoso, e como acabou em tudo acabou por se afirmar afinal, apesar de tudo, um sentido progressista...

Nos tempos mais recentes foi uma vitória em Portugal a Revolução de Abril e tudo o que dela permanece como marcas profundas da vida política portuguesa. E o PSD acabou em minoria após dez anos de cavaquismo e da proclamação por muitos de que o regime estaria "mexicanizado", isto é, de que seria eterno e sem alternativa.

Claro que o Governo do PS não correspondeu às expectativas de muitos dos que as alimentaram. Mas também é evidente que,

num vasto conjunto de casos, o Partido Socialista foi obrigado a negociar e a entender-se com o PCP, em alguns casos em pontos tão importantes como o Rendimento Mínimo Garantido, a redução de impostos e tantos outros. É claro que não foram os entendimentos pontuais que marcaram o sentido geral da governação. Mas mal estaríamos se, em benefício da tese da igualização absoluta do PS e PSD, se passasse em claro a diferença que resulta de existir uma maioria relativa do PS na Assembleia da República e daí poderem decorrer benefícios, maiores ou menores, para os que menos têm, sobretudo quando existem grandes lutas pelos seus direitos. Ou então, se assumíssemos os êxitos que fosse possível conseguir não como vitórias populares, mas como uma "legitimação do PS", renunciando a afirmar que por vezes é possível vencer. Seria uma crueldade para os mais carentes e desprotegidos não conseguir tudo o que for possível. É preciso tornar imediatamente útil, e não num futuro distante, a luta popular e partidária e a participação do PCP a nível parlamentar e em todas as outras instituições. Já agora, as lutas populares ou os trabalhadores e organizações que pedem ao PCP que lhes dê voz e iniciativas - e que vença quando é possível - passariam a não ter direito a essa voz e a vencer. Em vez de assumir a relação dialéctica entre a luta em torno dos objectivos concretos e imediatos e os objectivos de longo prazo e entre o trabalho nas instituições e as lutas populares e das diferentes organizações sociais progressistas e das populações, apostar-se-ia numa técnica de "quanto pior melhor", não assumindo nem valorizando o muito que já se ganhou e o que é possível vencer no futuro.

Valorizar vitórias em tempos difíceis - mesmo aquelas que os povos e as forças progressistas obtiveram antes da fundação dos Partidos Comunistas, e sobretudo as que foram obtidas com a intervenção destes - é assumir uma perspectiva histórica que apela não só ao prosseguimento da luta por razões de coerência e por razões de princípio, mas também à convicção em que é possível vencer.

Valorizar as vitórias conseguidas nesta legislatura, em especial, é demonstrar que os que lutam podem vencer e que o PCP é a sua voz e o seu instrumento de luta essencial. Não é «ceder ao PS», «legitimar o PS» ou qualquer orientação semelhante.

É organizando as lutas em torno dos objectivos imediatos e mostrando as possibilidades de obter êxitos em algumas questões que se estimula as lutas mais amplas e por objectivos mais avançados e mais radicalmente democráticos.

A alternativa seria atribuir os êxitos nas lutas à boa vontade do próprio PS e contribuir assim para a credibilidade da tese da sua boa vontade e da sua benevolência e preocupações sociais das suas políticas, em vez de deixar claro o papel central e insubstituível do PCP em soluções democráticas alternativas, que consigam êxitos imediatos, ainda que pontuais, e venham a, por fim, viabilizar noutro contexto, com uma grande movimentação política e social, uma política de esquerda em Portugal.



Mas, mesmo assim, é constante o apelo que surge, para quem não renunciou à luta pela dignidade humana, a "não considerar como normal o que acontece todos os dias". É o apelo, no fundo, à revolta e à vontade transformadora, à recusa da resignação perante as injustiças e as desigualdades mesmo em tempos em que estas parecem eternas e consolidadas, em que a especulação rende muito mais do que a produção e em que se sacrificam valores elementares como o ambiente e o futuro da Humanidade.

Estamos obviamente em tempo de dificuldades para os comunistas, para a esquerda e para os democratas mais radicais em geral, quer em Portugal, quer na União Europeia, quer a um nível mais vasto. Regressou a ideia da onipotência reguladora do mercado a nível global, enquanto a democracia, que quereria dizer «governo do povo» lhe permite governar bem pouco. Ao mesmo tempo, é apresentada como descoberta da teoria económica do século XX a tese liberal da abstenção do Estado que nada acrescentou à teoria económica do século XVIII.

Entretanto, defendeu-se em nome do «Estado mínimo» a regressão total em matéria de direitos fundamentais: onde se falava não só de uma primeira geração de direitos de liberdade, mas também de uma segunda geração de direitos do trabalho e do emprego e de carácter social e de uma terceira geração de direitos do ambiente e dos consumidores, passou a falar-se da necessidade de o Estado, ou os Estados em conjunto, garantirem apenas a liberdade e a propriedade, sendo tudo o resto necessariamente caminhos para a burocracia e a opressão. E aquilo que verdadeiramente se procura e assegurar cartas de garantia dos investimentos das multinacionais contra os direitos sociais ou ambientais e a regulação pelos Estados, em vez de assegurar limiares mínimos nesta matéria que combatam a concorrência para assegurar salários mais baixos, menos liberdade e direitos de quem trabalha e menos protecção do ambiente.

Invoca-se a "globalização" e a "integração continental" como se a manifestação destas tendências tivesse que ser a unificação mundial dos mercados, o neoliberalismo e a desregulação, a deslocalização de investimentos das multinacionais em função

profundas transformações históricas já verificadas e das possibilidades que se continuarão a desenhar, mesmo estando num período que não é de novas transformações radicais. Daí decorreria a transformação de um justificado "pessimismo da razão", próprio da existência de grandes progressos de um capitalismo selvagem, num injustificado "pessimismo da vontade". É fácil passar à afirmação da impossibilidade de lutar com êxito e à opção pelo mais desenfreado individualismo.

Daí, que se imponha, hoje, lembrar a trajectória histórica da espécie humana na luta contra a injustiça e a desigualdade e os êxitos já conseguidos, apesar de tudo o que permanece por transformar. Seria um erro político grosseiro não assumir as inúmeras conquistas progressistas como parte de uma herança histórica dos comunistas e da esquerda. Podemos pensar em múltiplos exemplos: desde a abolição da escravatura à abolição do absolutismo, desde a abolição da Inquisição ao fim do colonialismo e da pena de morte, desde os direitos dos trabalhadores aos direitos sociais, desde alguns direitos das mulheres à consagração de alguns direitos da juventude e da terceira idade, entre tantos e tantos outros. Cada um deles pode parecer hoje tão natural como o sol nascer. Mas seriam vistos como utópicos há séculos. Pensemos, por exemplo, entre tantos exemplos, na nossa Constituição de 1822,

Valorizar as vitórias conseguidas nesta legislatura, em especial, é demonstrar que os que menos têm e lutam podem vencer e que o PCP é a sua voz e o seu instrumento de luta essencial.

A válvula de escape

Na véspera do Congresso do PS, Jaime Gama, numa entrevista que deu a um diário de grande circulação, desferiu uma frase "assassina" e tremendamente esclarecedora. Referindo-se a Manuel Alegre e à sua tão cantada moção, disse Jaime Gama: "É sempre bom abrir válvulas de escape..."

Exactamente. Manuel Alegre e a sua moção foram a válvula de escape nos dias que antecederam o Congresso do PS. E não mais do que isso. Claro, com um objectivo premonitivamente expresso por uma jornalista num dos muitos textos escritos sobre o conclave socialista. Dizia Ana Sá Lopes (O Público - 06/02/99) a propósito ainda da moção de Alegre: "... a direcção socialista estará interessada em dar a ideia de que vai mudar alguma coisa para que tudo continue na mesma".

O papel de porta-vozes da crítica sentida levado a cabo por Alegre e companheiros acaba por funcionar, ao contrário do que proclamaram, para consolidar no seu sítio o irremediável unanimismo. A prova disso mesmo esteve, aliás, no discurso de Alegre ao cobrir "à esquerda" o discurso de António Guterres afirmando que se a moção do Secretário-geral fosse igual

gal 2000, como um caminho vincadamente neoliberal embora polvilhado com políticas assistencialistas.

Parafraseando o que vários analistas disseram em relação à AD bem se pode afirmar que também o PS se parece com um hipermercado onde tudo se pode ir buscar, um pouco para todos os gostos.

Dito isto importa também dizer que, obviamente, não é indiferente, não pode ser indiferente, que no Partido Socialista existam e se manifestem inquietações e sensibilidades mais à esquerda, mais próximas das preocupações e das propostas do PCP. Manuel Alegre, por exemplo, lançou no Congresso do PS um, assim foi intitulado pelos órgãos de comunicação social, desafio ao Governo do seu próprio Partido com vista ao lançamento de um imposto sobre a riqueza. É algo que o PCP tem proposto e que sempre foi recusado pelo PS. É positivo que Alegre agora o tenha repetido, desde que tal não signifique simplesmente mais uma cenarização de esquerda, muito conveniente à direcção oficial do Partido Socialista designadamente quando em ano eleitoral quer alargar a sua base eleitoral para obter a maioria absoluta (objectivo que o PS também procura servir com a alavanca da candidatura de Mário Soares ao Parlamento Europeu) e, sobretudo, quando essas cenarizações não têm qualquer concretização prática. Aliás não me consta que o Congresso do PS tenha feito alguma reflexão crítica sobre a política laboral do Governo ou

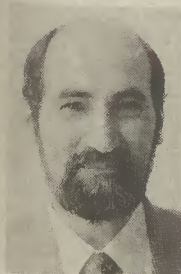
sobre as opções de desvalorização e desmantelamento das políticas públicas. Nem dei notícia de qualquer discussão acerca da política cultural de Carriho. Em boa verdade, não dei conta da discussão de nenhuma política. Inclusivamente a solução encontrada pelo Eng.º Guterres (de alargar

redondos, sempre pontuados com referências para todos (alguns) gostos para, mantendo tudo na mesma, dar a ideia de que muda alguma coisa. A verdade é que o Congresso do PS foi, como não podia deixar de ser, a consagração do Secretário-geral e da política oficial do PS rematado com a grande operação de lançamento de Mário Soares como cabeça de lista ao Parlamento Europeu. Tudo o resto foi cenário, foi quanto muito o falar da "consciência crítica". Ora, a questão é exactamente esta. É que quando alguns sectores socialistas defendem uma aproximação ao PCP - e, pela minha parte, não desvalorizo essa posição - e uma aproximação do PCP o que parecem querer é alargar ao PCP essa sua "consciência crítica", fazer do PCP o tal "grilo falante" e pouco mais. Quero crer que nem todos pensarão assim. Mas é isso o que de fundamental transparece nas intervenções públicas de protagonistas dessa sensibilidade no interior do PS. Como é esclarecedora, para quem tivesse dúvidas, a forma como o Eng.º Guterres se referiu ao PCP numa das suas intervenções: "O PCP não compreendeu que, ao não garantir o apoio ao PS nos momentos decisivos não se assume ele próprio como um instrumento útil para derrotar a direita em Portugal." É a célebre tese do PCP como partido útil, na versão Assis, mas útil para o Partido Socialista e para dar cobertura à sua política de direita. Só que a "utilidade" do PCP é necessária, sim, mas tendo como linha de referência o País e os trabalhadores, não o servir de biombo à esquerda para por detrás o PS continuar a optar pelos modelos e pela roupa da direita. O que nesta matéria se deve colocar no centro dos debates não é, pois, pôr o PCP a fazer simplesmente de "consciência crítica" do PS mas, como se afirma nas conclusões do Comité Central, a "pesar eficazmente nas soluções políticas e governativas do país" para romper "decididamente com o ciclo de políticas de direita desempenhadas ora pelo PS ora pelo PSD". Na linha, aliás, do que o PCP tem procurado fazer na Assembleia da República e fora dela. Esta é que é a questão. Tudo o resto é um mar de ilu-

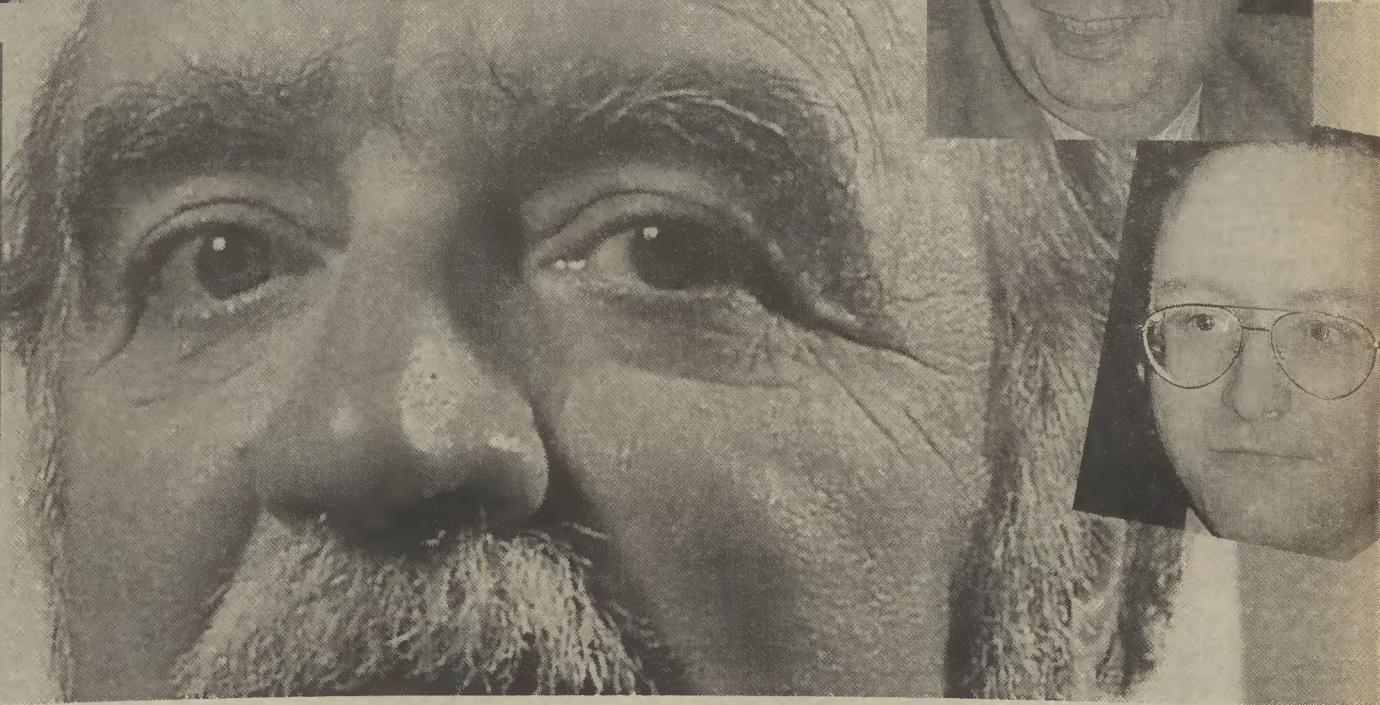
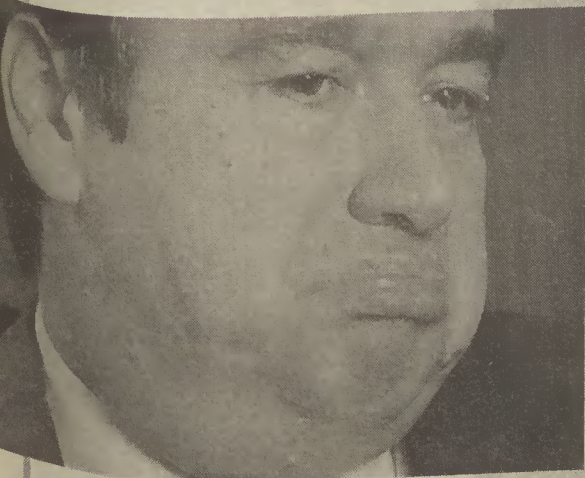
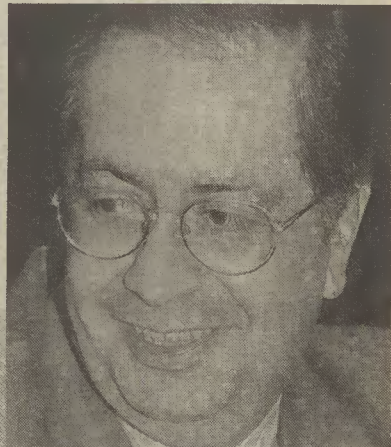
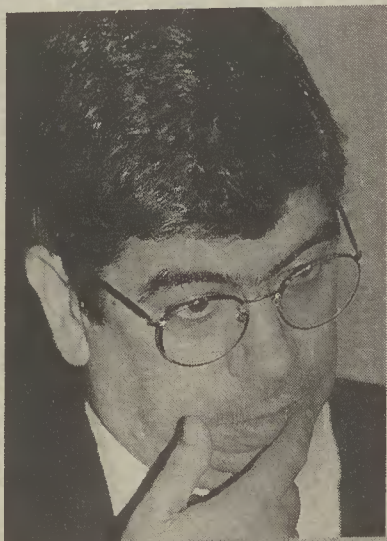
aceleradamente a política de privatizações e de desmantelamento da intervenção do Estado na economia e nas políticas sociais; quando opta decididamente por uma política laboral desvalorizadora do valor do trabalho e que corresponde aos interesses mais conservadores do grande patronato; quando escolhe o caminho de uma Europa crescentemente federalizadora e constrangedora de efectivas políticas de coesão, de desenvolvimento e de defesa do aparelho produtivo nacional; quando privilegia as relações com os grandes grupos económicos e com as transnacionais no quadro de opções crescentemente desregulamentadoras e neoliberais do investimento estrangeiro; quando não quer ou não tem a coragem de abordar de frente a incontornável questão da reforma fiscal ou quando aposta permanentemente em meras operações de cosmética pré-eleitoral e de marketing político como foi o caso do anúncio de mais um (o terceiro nesta legislatura) plano social de combate ao desemprego no Alentejo como cenário que esconde a ausência de políticas sustentadas de desenvolvimento.

Recordando análises que foram feitas no início desta legislatura, bem se pode continuar a dizer que as passagens do PS pelo Governo se traduzem sistematicamente num contributo para a alteração da relação de forças na democracia portuguesa a favor do capital e contra os trabalhadores; a favor das políticas privadas contra as políticas públicas. Acrescentado agora com muito discurso sobre o social mas cuja prática pouco ultrapassa a visão franciscana e a caridade disfarçada.

A solução continua a ser, pois, estarmos sempre disponíveis para o diálogo e



■ Lino de Carvalho



ao seu discurso ele tinha-se absterido de apresentar a sua própria moção que, aliás, aceitou ser votada não como texto alternativo mas como texto complementar da moção oficial quando a razão da sua apresentação tinha precisamente tido como referência uma forte discordância em relação ao texto oficial, muito "terceira via" e que Alberto Martins definiu, num debate do Portu-

a Comissão Nacional em 30% passando-a de 201 para 261 membros) para garantir a quota de 25% para as mulheres nos órgãos estatutários do PS é bem o exemplo da mistificação, do que representa a maneira de fazer política "à PS": uma enxurrada de palavras e de discursos

sões e de equívocos que servirá à estratégia do PS mas não servirá seguramente a uma efectiva viragem à esquerda.

É que não basta travestir o ministro Ferro Rodrigues no S. Francisco de Assis do Governo quando, simultaneamente, esse mesmo Governo prossegue

a procura de convergências à esquerda mas sobretudo estarmos sempre empenhados no reforço das posições do PCP tanto no terreno social como no terreno eleitoral e institucional. Esse é o único caminho que garante uma efectiva viragem à esquerda.

Jovens de todo o mundo pela educação e o emprego

Perto de 150 jovens, de 54 países, representando 70 organizações progressistas de juventude, reuniram-se de 27 a 31 de Janeiro em Larnaca, no Chipre, na XV Assembleia da Federação Mundial da Juventude Democrática (FMJD). Durante cinco dias, a discussão, a solidariedade e o convívio foram as tónicas centrais. A Juventude Comunista Portuguesa (JCP), membro destacado, participou com uma delegação constituída por três elementos da sua Direcção e da secção internacional.

Durante os cinco dias de discussão estiveram em foco os problemas com que a juventude um pouco por todo o mundo se depara. O mais enriquecedor de uma reunião deste género é a diversidade de dificuldades e análises que jovens de todo o mundo apontam. Guerras e ditaduras, medidas neoliberais e crises financeiras, desinvestimento na educação e no emprego, preconceitos e imigração: os problemas que o capitalismo cria e agrava reflectem-se na vida dos jovens.

A aprovação de uma Resolução Política que traça as linhas de trabalho para os próximos quatro anos da Federação, a apresentação de resoluções regionais mais específicas (da Europa e da América do Norte, do Médio Oriente, de África, da Ásia e do Pacífico, da América Latina), a discussão de resoluções temáticas, foram pretexto para a discussão de jovens progressistas, culturalmente muito diferentes, com cargas históricas diversas, com uma crítica comum: o capitalismo e o imperialismo não são solução.

A importância que as organizações de juventude do mundo dão a esta reunião fica expressa no esforço que muitas delas fizeram para chegar ao Chipre. Não apenas pelo investimento financeiro que implica. Não apenas pelas lutas burocráticas para organizações com estas características conseguirem vistos para sair de países vincadamente antidemocráticos, como sucedeu aos representantes da Liga da Juventude Comunista dos Estados Unidos, por exemplo. Ou à justificação de jovens de países de Leste para não transportarem consigo materiais de propaganda — "não é muito seguro...". Esforços como o do secretário-geral da União da Juventude do Sudão, na clandestinidade, que forjou documentos e saiu do país com risco de vida, sabendo que não poderá voltar nos próximos seis meses.

A anfitriã da Assembleia, a Organização da Juventude Democrática Unitária (EDON), juventude do Partido Comunista do Chipre (AKKEL), proporcionou durante a estadia das quase duas centenas de delegados contactos com a população cipriota. Apesar de realizada num hotel de Larnaca, uma estância balnear naturalmente vazia no Inverno, a população cipriota viveu com interesse a Assembleia, acompanhando as novidades pela comunicação social e abordando alguns dos jovens na rua. Devidamente programados estiveram também contactos com a população, nomeadamente através de uma visita dos delegados aos distritos cipriotas. A ida dos delegados a um jantar em colectividades de base local, onde jovens da EDON exibiam os trajes, a comida e o folclore cipriotas tornaram-se em momentos de convívio e solidariedade com o povo do Chipre de um carácter bem diferente do proporcionado pelas sessões formais da Assembleia.

Problemas comuns

Os jovens debateram uma longa análise do que mudou no mundo desde a última Assembleia, realizada em 1994, no Seixal, organizada pela JCP. Ainda que o imperialismo se tenha reforçado, lê-se no documento, sinais de crise, financeira e política, caracterizam a natureza do capitalismo. Cada vez mais dominada pelo neoliberalismo, a vida dos jovens pauta-se por enormes problemas comuns: desemprego, precariedade, extremismo religioso, illiteracia e crise dos sistemas educativos, conflitos armados. Por isto, os jovens das organizações da Federação reforçaram nesta Assembleia o desejo de "construir um mundo de paz, livre de armas nucleares, baseado na justiça social, na cooperação internacional, no desenvolvimento sustentado, em que os seres humanos estejam no centro do desenvolvimento. Lutamos pela solidariedade internacional, a paz, a amizade, o respeito pelos direitos humanos, e principalmente pelos dos jovens, a democratização das relações internacionais e um mundo livre da dominação e da manipulação imperialista", lê-se na Resolução Política, discutida e alterada desde Setembro nas organi-



A Assembleia da FMJD constituiu um espaço de reflexão e de debate sobre as principais questões que preocupam a juventude, a definição das iniciativas a desenvolver pela organização na luta pelos seus objectivos e também, naturalmente, uma oportunidade para muito animado convívio, como o que reuniu as delegações de Portugal, Cuba, Uruguai, Paraguai, Colômbia, Espanha, Itália, Argentina e Brasil

zações-membros e voltada a discutir no Chipre.

Os jovens condenam a nova ordem mundial, de hegemonia dos EUA, do FMI, do Banco Mundial e da NATO, dos ataques à soberania dos povos, da concentração da riqueza, dos ataques ao ambiente, à educação e ao emprego. A FMJD condena a existência de armas nucleares, as ocupações imperialistas de territórios, a inacção perante a miséria e a pobreza,

a imposição de políticas económicas neoliberais, a emergência de tendências neofascistas, a corrupção, o desemprego juvenil, a especulação, o desinvestimento na educação, a discriminação das jovens mulheres, dos emigrantes, dos povos indígenas e de todas as minorias, a convivência com o tráfico de estupefacientes, a monopolização dos meios de comunicação social.

A FMJD considera que o seu maior contributo nestes quatro anos para o movimento juvenil mundial foi o apoio e a contribuição dados à realização do XIV Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, realizado em Cuba no Verão de 1997. Para si própria, a Federação congratula-se com a orientação dada no Seixal, de ser uma organização política, estreitamente ligada ao movimento juvenil, com um carácter anti-imperialista expresso em posições e acções concretas. O desejo e o objectivo de estar ao serviço da solidariedade, de coordenar e fazer eco de campanhas sobre todos os interesses do movimento juvenil ficou bem expresso, bem como o compromisso de usar o estatuto consultivo junto da ONU para defender os interesses dos jovens.

Um programa de luta

Uma série de resoluções temáticas estavam previstas pela organização da Assembleia. Emprego, educação, paz e desarmamento, jovens mulheres, racismo, saúde, direitos da juventude, solidariedade internacional, cooperação juvenil internacional e o sistema das Nações Unidas, ambiente, comunicação e serviço voluntário juvenil, eram os temas à partida suportados por organizações do Conselho Geral. Expressas no próprio lema da Assembleia — 'Educação e Emprego são os nossos direitos fundamentais' —, as duas principais preocupações da juventude do mundo foram as mais debatidas.

A cargo da JCP ficou o painel sobre Emprego. O mais concorrido em número de delegados, este painel enriqueceu-se com os contributos dos delegados de outras regiões. Porque se a JCP sabe na pele o que acontece aos jovens trabalhadores e aos desempregados



Margarida Botelho

organizações por região; o Conselho Coordenador, composto pela presidência, por duas vice-presidências por região e pelos coordenadores das regiões.

Depois de quatro anos de presidência a cargo do Movimento de Jovens Comunistas Franceses (MJCF), a nova presidência cabe à Juventude Comunista Grega (KNE). Na sequência do prestígio internacional da JCP está a eleição da organização portuguesa para a vice-presidência e a coordenação da região da Europa e América da Norte. A Coordenação é tripartida, a par com os representantes da União da Juventude Comunista de Espanha (UJCE) e da EDON, do Chipre.

A Federação Mundial da Juventude Democrática (FMJD) reúne mais de 120 organizações de juventude progressistas, anti-imperialistas e de esquerda de todo o mundo. Com mais de 50 anos e créditos firmados no movimento juvenil de massas, a FMJD conseguiu até hoje manter o carácter anti-imperialista, anti-fascista, anticolonialista, de defensora da paz e da solidariedade. E não só mantê-lo: 12 novas organizações subscreveram o carácter e o projecto da Federação, reforçando-a (organizações da Bulgária, da República Checa, da Catalunha/Espanha, da Dinamarca, da República da Irlanda, da Jugoslávia, do Nepal, do Bangladesh, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai). Em processo de auscultação continuam uma série de organizações amigas.

vítimas dos países mais desenvolvidos, sabe apenas na teoria o que sucede aos jovens que nos países em vias de desenvolvimento são lançados no mercado de trabalho. Para os africanos ou asiáticos, escravatura, total dependência, discriminação, emigração clandestina são realidades descritas pormenorizada e sentidamente, o que permitiu que a resolução fizesse reivindicações tão concretas como o direito à segurança e à higiene no trabalho, a condenação do trabalho infantil, a igualdade no acesso, o fim do trabalho escravo, etc.

A JCP participou activamente também nos grupos de trabalho sobre Educação, Racismo, Paz e Desarmamento, Ambiente, Jovens Mulheres e Direitos da Juventude.

A cargo da UJC-Cuba, a resolução sobre Educação estabeleceu a análise das tendências principais do mundo nesta área — como sejam o desinvestimento, a precariedade, a orientação ideológica —, delineando ao mesmo tempo que Educação exigem os jovens da FMJD: 'uma educação que mostre os caminhos para a liberdade, a justiça e a crítica', lê-se.

Com a presença de jovens com percursos tão diferentes atrás de si, é natural que as moções de solidariedade se sucedam: reivindicações muito concretas e com conhecimento estreito da realidade sobre o conflito fronteiriço entre a Etiópia e a Eritreia, a ocupação turca no Chipre, os entraves à autodeterminação dos povos do Sahara Ocidental, de Timor-Leste ou de Porto Rico, a situação na Somália e em Myanmar (Burma), os atentados aos direitos humanos no Iraão e na Colômbia, o bloqueio a Cuba, os embargos ao Iraque, à Coreia e à Líbia, o desmantelamento de bases militares um pouco por todo o mundo.

Nova Direcção da FMJD

Eleita por consenso, a nova Direcção da FMJD tem pela frente quatro anos de trabalho, em que a tarefa principal será desenvolver a actividade da Federação, reforçando-a. A estrutura directiva da Federação é composta pelo Conselho Geral, em que têm assento sete

Linha de fronteira no Chipre, onde um placard testemunha o assassinato de civis cometido pelos ocupantes turcos

Notas soltas

O problema cipriota

Mesmo no centro de Nicósia, capital cipriota, a situação torna-se clara: uma rua de lojas e bazares é subitamente interrompida por um muro branco, vigiado noite e dia por militares de arma em punho. Este é um dos poucos locais onde é possível de facto ver o que está do 'lado de lá'. No resto da cidade, rolos de arame farpado, sacos de areia e entulho marcam uma zona de ninguém que separa os cipriotas gregos da ocupação turca.

Libertada em 1960 do jugo colonialista britânico, a ilha cipriota lutou desde essa data pela independência efectiva: entre os desejos imperialistas da NATO, que via no Chipre um ponto geoestratégico inestimável; entre as ambições grega e turca de anexação; entre o nacionalismo das comunidades cipriotas grega e turca; entre o colaboracionismo das forças de direita, o povo e a resistência cipriota resistiram mais de 14 anos.

A 20 de Julho de 1974, a Turquia invade o Chipre. Desde então, 37% do território cipriota está ocupado por Ancara, transformando 1/3 da população em refugiados no seu próprio país. Um longo muro percorre e separa toda a ilha. A militarização é quotidiana na vida do povo cipriota. Os contactos entre os dois lados da ilha são extremamente difíceis e vigiados. Cerca de 1500 civis morreram nestes 25 anos. No âmbito da Assembleia da FMJD, a EDON, organização cipriota anfitriã, reuniu na mesma sessão de solidariedade representantes ao mais alto nível do Governo cipriota, do Partido Republicano da Turquia e de organizações juvenis turcas da zona ocupada. O encontro, ainda que pouco mais que simbólico, foi histórico na vida das duas comunidades.

Prisões israelitas no Líbano

Em Setembro do ano passado, Suleiman, uma jovem resistente libanesa, foi libertada ao fim de dez anos de cativeiro, por uma campanha de solidariedade internacional. Quatro meses depois, esta jovem de 28 anos respondeu ao apelo da FMJD para explicar de viva voz o que são, como se vive e como se morre nas prisões israelitas no sul do Líbano e na Síria. Presa na sequência de 'um pequeno acto de resistência', nas suas próprias palavras, Suleiman foi sujeita ao isolamento, à tortura, aos choques eléctricos e às más condições do campo de prisioneiros de Khiam. Com Suleiman estiveram presos, e continuam neste momento, jovens, mulheres, crianças, idosos e doentes.

Solidariedade com Timor-Leste

Apresentada pela JCP, a Assembleia da FMJD aprovou por unanimidade e aclamação uma moção pela autodeterminação de Timor-Leste que a seguir reproduzimos. No plano de actividades da Federação ficou ainda incluída uma campanha internacional pela libertação dos presos políticos timorenses. 'Há 24 anos, Timor-Leste foi tragicamente invadido pela ditadura Indonésia. A XV Assembleia da FMJD expressa a sua combativa solidariedade com o heróico povo de Timor-Leste. 'A Assembleia presta homenagem aos resistentes timorenses que deram as suas vidas pela auto-determinação e a independência do Timor-Leste, e condena a sistemática e constante violação dos Direitos Humanos pelas autoridades indonésias, que não hesitam em praticar horribles crimes e massacres. Condena também todos os Estados que, em nome de interesses económicos, continuam a

vender armas usadas na opressão do povo maubere.

'A FMJD mostra a sua solidariedade activa com a luta timorense e exige a libertação imediata de todos os presos políticos.

'A FMJD acredita que, com a luta heroica do povo timorense e a solidariedade concreta de todas as organizações progressistas e anti-imperialistas, mais cedo ou mais tarde Timor-Leste será livre.

'Viva a luta do povo de Timor-Leste!'

Festival Mundial pode ser em África

No seguimento da Assembleia, e aproveitando a presença de representantes de tantos países, reservou-se o primeiro dia de Fevereiro para uma reunião consultiva sobre o XV Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes. Depois do sucesso do XIV Festival, realizado no Verão de 1997 em Cuba, com a presença de cerca de 12 mil delegados de todo o mundo, reunidos sob o lema 'Pela Solidariedade Anti-Imperialista, a Paz e a Amizade', a Federação apontou como um dos objectivos principais da actividade das suas organizações-membro a realização do próximo Festival. Nenhum dos países autopropostos para a organização do Festival pôde no Chipre fechar a sua candidatura, pela imensa disponibilidade de meios exigida. No entanto, a maioria das organizações presentes manifestou interesse em que o primeiro Festival do milénio pudesse ser organizado em África, continente que nunca recebeu nenhuma iniciativa deste género.

■ Maria José Barradas

Neoliberalismo agrava situação das mulheres

A análise dos Relatórios das Nações Unidas sobre a "Situação da População Mundial" e sobre o "Desenvolvimento Humano", publicados em Setembro de 1998, demonstra que a situação da mulher neste virar de século atingiu níveis demasiado preocupantes.

Sendo a população mundial maioritariamente feminina - mais de 3 mil milhões, em 6 mil milhões da população total mundial, começa por ser a mais explorada logo nos primeiros anos de adolescência e juventude. Elas sofrem discriminações na escola devido à forte competitividade com os rapazes para a obtenção de melhores resultados académicos, sofrem pressões nas famílias, principalmente nas mais desfavorecidas, no sentido de lhe darem apoio, quer a nível doméstico, quer a nível económico, incentivando-as muitas vezes à prostituição como forma de as emanciparem e delas retirarem algum benefício para a sua sobrevivência.

Existem hoje mais de dois milhões de jovens, a maioria mulheres, que se debate com a falta de emprego. No Relatório da ONU, aponta-se que seriam necessários criar mais de 2 mil milhões de postos de trabalho para ocupar todo o potencial de mão-de-obra juvenil que está a chegar à idade de se tornar economicamente independente de suas famílias. A falta de emprego para os jovens leva a que estes estejam mais anos dependentes dos pais, e, à medida que as necessidades dos jovens crescem os pais também têm mais dificuldades em satisfazê-las. Como consequência, as famílias tornam-se mais pobres, crescem as dificuldades para fazer face à educação e à formação profissional, cultural e cívica. A pobreza é uma evidência mesmo em famílias onde os pais trabalham, mas onde os filhos dependem totalmente deles tornando o seu rendimento cada vez mais insuficiente. Na maioria dos casos, são as jovens raparigas, que tomando a iniciativa de sair de casa, acabam por ser presa fácil da exploração sexual ficando mais exposta ao risco de contrair doenças como a SIDA, e de serem objecto de violência e maus tratos.

As jovens que trabalham e que constituem família debatem-se com sérios problemas de apoio à maternidade, de horários compatíveis para acompanharem a educação de seus filhos, de terem uma informação adequada à educação sexual e planeamento familiar, levando esta situação muitas vezes a engravidarem involuntariamente, e tenham filhos para os quais não estão preparadas quer económica quer socialmente. Muitas jovens mães vêm-se obrigadas a deixar os seus empregos porque é mais rentável ficar em casa que pagar o infantário, provocando graves problemas porque, por um lado, revela que as jovens famílias, sendo pobres, não permitem aos seus filhos uma educação adequada, por outro, é uma situação injusta para a mulher que se vê assim despojada da sua capacidade económica para acarratar sozinha um problema que sendo dela é também da família e da sociedade. A pobreza atinge muitos casais jovens que se vêem limitados e constrangidos a ter filhos, quando esta decisão deveria ser factor de alegria e felicidade do casal. Reduzidos a fracos recursos vêm-se perante dificuldades e incertezas para criar e educar uma criança.

O envelhecimento da população mundial atinge maioritariamente as mulheres. A média de vida em geral para os homens é de 74 anos, e para as mulheres é de 78 anos. Além de viver mais anos, a mulher tem menos saúde e mais tempo de solidão. Viúvas e doentes, marginalizadas pela sociedade e pela família que não tem condições de as ajudar, e pela ausência de apoios sociais, a grande maioria das mulheres idosas vive numa pobreza extrema. A falta de recursos e de reformas dignas vêm-se obrigadas a mendigar pelas ruas e a viver em qualquer canto. É uma situação deprimente que afecta todos os países do mundo.

Em todas as gerações a mulher ocupa o primeiro lugar em matéria de privações humanas: maiores índices de analfabetismo, rendimentos insuficientes, exclusão de vida instituída. O que quer dizer: mais pobre, mais explorada, mais doente, mais solitária.

As causas

Apresentam-se como causas fundamentais da situação da mulher, entre outras, as seguintes:

- A globalização da economia favoreceu os grandes grupos económicos e financeiros permitindo lucros fabulosos e a concentração da riqueza num reduzido número de famílias, como nos mostra o "Relatório para o Desenvolvimento Humano de 1998", as 3 pessoas mais ricas do mundo detêm fortunas superiores ao BIP de 48 países mais pobres; e seriam necessários apenas 4% da riqueza acumulada pelos 225 maiores multimilionários para resolver os problemas essenciais das populações dos países em vias de desenvolvimento;

- A riqueza e a opulência de uns quantos minoritários contrasta flagrantemente com a pobreza e a miséria de milhares de seres humanos. Segundo a mesma fonte, nas nações mais ricas do mundo existem 100 milhões de pessoas com rendimentos abaixo do nível de pobreza; mais de 37 milhões estão desempregados; mais de 100 milhões não têm abrigo e 200 milhões têm uma expectativa de vida inferior aos 60 anos, quando a média como já foi referido é de 74 anos para os homens e 78 anos para as mulheres. 1/5 da população mundial que vive nos países mais ricos dis-

Lutar pela dignidade

Combater a pobreza feminina é lutar pela dignidade da mulher. Não é possível exigir da mulher uma participação cívica, cultural, social e política, sem resolver o problema da pobreza. O combate a este flagelo passa pelo problema do emprego, questão fundamental para a sua emancipação, e por tomadas de decisão governamentais que passam pela defesa dos direitos da mulher. Nos países da OCDE, o desemprego feminino situa-se entre as taxas de 32% e 49% em relação aos homens.

Demonstrou-se, pela leitura dos documentos da ONU, que as estatísticas são extremamente gravosas e desfavoráveis para a mulher, no que concerne aos efeitos de uma Economia neoliberal e globalizante, mas queremos também dizer, que a nossa experiência no quotidiano nos revela um quadro não menos animador.

No nosso país deparamo-nos com imensos problemas, sendo o desemprego um dos mais preocupantes. Como em toda a Europa e no mundo, também em Portugal as mulheres atingem cerca de 40% dos desempregados. Temos em número maioritário de jovens mulheres nas escolas e universidades, mas após concluídos os seus estudos raramente encontram colocação profissional e as que encontram estão minoritariamente representadas nos postos de chefia, nos cargos políticos, na investigação científica.

As famílias onde um dos membros do casal perde o seu emprego, vivem com sérias dificuldades e, as mais numerosas, retiram as crianças da escola para irem trabalhar garantindo o seu sustento e ajudando a sua família. Portugal é, como sabemos, um dos países da Comunidade Europeia com mais elevada taxa de trabalho infantil. Mais de quarenta mil crianças trabalham por conta de outrem e destas, mais de 50% têm menos de 16 anos. Esta situação revela pobreza, sendo esta ainda mais evidente nas grandes cidades onde é frequente ver-se grupos de crianças a pedir esmola, mal alimentados, despidos e descalças.

Noutro quadro, não menos impressionante, vêem-se idosos na sua maioria mulheres a pedir esmola, muitos sem abrigo e rabisando nos contentores de lixo algo que lhes possa ser útil.

A pobreza é a face mais humilhante do ser humano; conduz à sua degradação, desvanece-lhe a personalidade, retira-lhe a dignidade social, priva-o do exercício dos seus direitos de cidadão, em suma, retira-lhe o direito de viver.

Medidas necessárias

A globalização da economia promoveu a união dos mais poderosos, a sua intercomunicação planetária, a exploração de enormes recursos económicos, o desenvolvimento da ciência e da técnica que permiti-

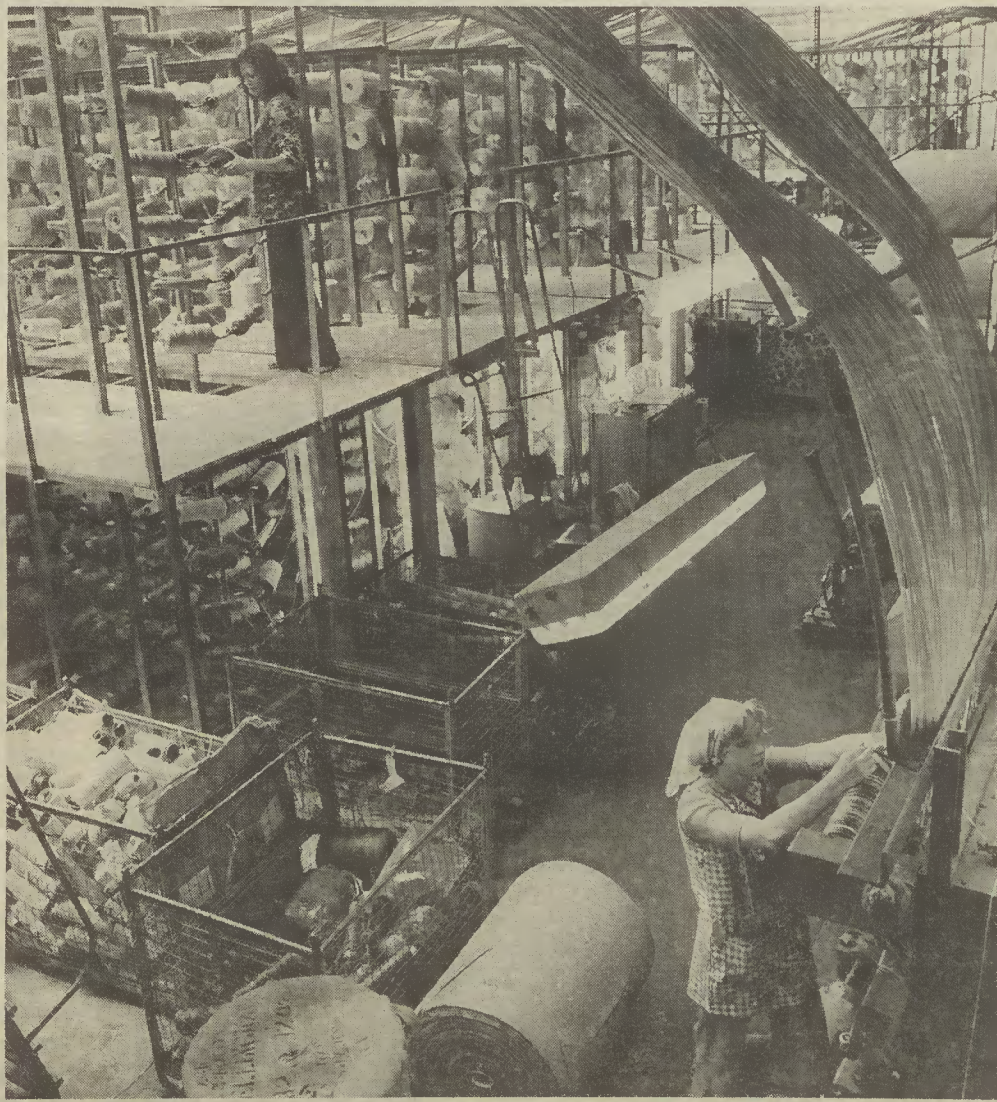
tiram resolver muitos problemas nomeadamente a nível da melhoria da saúde e longevidade, mas dividiu o mundo num fosso cada vez maior entre ricos e pobres. E reduziu-os ainda a uma escala de gradação entre os pobres onde a mulher é ainda mais pobre. Em todo o mundo onde o grito da revolta por esta situação de profunda injustiça se faz ouvir, a mulher está atenta com o seu olhar reprovativo e solicitador, acusatório e interveniente, procurando o reencontro de outro olhar, de outro gesto cúmplice, solidário determinado.

Apontam-se como medidas necessárias e urgentes entre outras:

- Desenvolvimento económico e social com políticas favoráveis ao investimento na saúde e na educação, com acesso universal à informação e serviço de planeamento familiar, contemplando sistemas integrados de saúde e prevenção de DTS/VIH/SIDA;

- Responsabilização do Estado por criação de um melhor sistema de Segurança Social que permita maior apoio às mulheres desempregadas, às jovens que procuram o primeiro emprego, à defesa da maternidade, ao apoio à terceira idade, à extinção da pobreza;

- Garantia de legislação que permita o gozo dos direitos humanos fundamentais, e que possibilite à mulher, em todas as idades, a sua dignificação.



Uma comunista na frente do combate ao doping

■ José Pascoal

A Conferência Mundial sobre Dopagem no Desporto, que se realizou nos dias 2, 3 e 4 deste mês em Lausana, na Suíça, teve, entre outras, a particularidade de mostrar que o poder político não está mais disposto a manter-se de olhos fechados perante um flagelo que atinge duramente a verdade desportiva e a saúde dos praticantes, e de que as mulheres estão nesse combate de alma e coração, dispostas a não dar tréguas a infractores e traficantes.

Curiosamente, num mundo dominado pelo masculino, pelo menos no que diz respeito à direcção e gestão da actividade desportiva, do Comité Olímpico Internacional (COI) às mais pequenas estruturas, passando pelas federações nacionais e internacionais, algumas mulheres se destacaram naquele encontro que reuniu durante três dias representantes do poder político e do mundo do desporto.

Não são muitas, mas é significativo o seu número e expressivo o seu peso, pelo menos no espaço da União Europeia; estrutura agora empenhada também na luta contra o doping. São mulheres as responsáveis pela pasta do desporto em países como: Itália (Giovanna Melandri), Suécia (Ulrica Messing), Holanda (Margo Vliegthart), Dinamarca (Elsbeth Gerner) e França (Marie-George Buffet).

Marie-George Buffet, uma comunista há 20 meses à frente do Ministério da Juventude e dos Desportos, é uma mulher que, fazendo do combate ao doping uma das prioridades da sua acção, atirou já para o esquecimento os nomes dos seus antecessores, que sempre justificaram a inércia no combate a este flagelo com falta de verbas e meios.

«Eram precisas acções para mostrar que a vontade política seria posta em prática», disse a ministra Marie-George Buffet - que o PS francês foi recrutar às fileiras do PCF -, para quem a

luta contra o doping «deve ser travada a pensar nos milhões de mulheres e homens, bem como nos jovens que encontram no desporto uma fonte de paixão, de liberdade, de convívio e de abertura aos outros».

A sua primeira decisão nada teve de simbólico: duplicação das verbas para o Laboratório Nacional de Análises Antidopagem que o seu antecessor, Guy Drut, pura e simplesmente tinha cortado. Estava-se em 1997 e o anúncio foi feito na véspera da saída para a estrada da Volta à França em bicicleta. A malha apertou e na rede do controlo foi apanhado o poderoso *sprinter* usbeque Abdujaparov. Jan Ullrich, um dos últimos representantes da escola da antiga RDA, conquistou o seu primeiro triunfo no Tour e diz-se que sem mácula. Um ano depois, Marie-George Buffet viu-se confrontada com os *affaires Festina* e TVM que fizeram do Tour palco de intervenção policial e judicial.

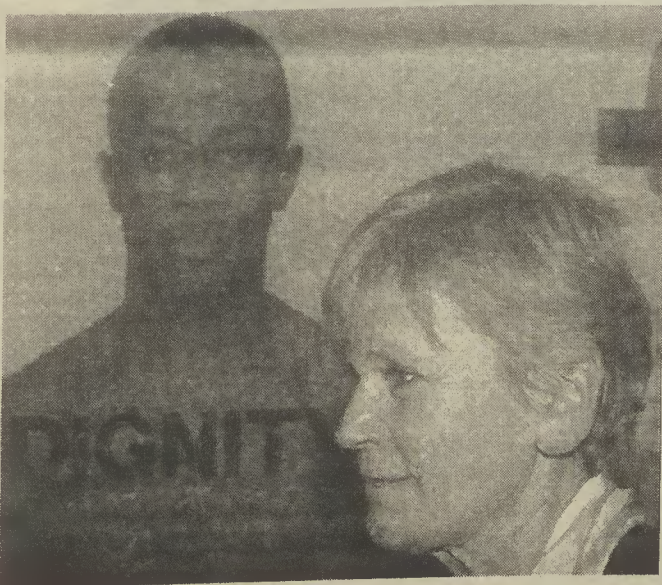
Mas foi precisamente através destes escândalos que a opinião pública tomou consciência da amplitude e da gravidade do mal que ataca o desporto e, menos de um ano passado sobre eles, mostrou à ministra comunista que a vontade política pode ter expressão prática. A legislação francesa é expressão disso mesmo, mas não basta

para combater um flagelo que não conhece fronteiras. «É preciso atacar as causas profundas do doping. É preciso dizê-lo claramente: através da dopagem e de outros desvios, o desporto vê-se hoje duramente atingido pela pressão cega de interesses financeiros que não se preocupam nem com o desporto nem com a vida de seres humanos. O desporto precisa de dinheiro, mas não deve ser

o dinheiro a ditar as regras do desporto», defende Marie-George Buffet.

Mas, como ela bem explicita, é precisamente a entrada de interesses privados no desporto ligados aos direitos de televisão, aos contratos publicitários, à venda de material desportivo, aos interesses da própria indústria farmacêutica, que faz com que tanto as competições como os desportistas se vejam submetidos a enormes pressões. Marie-George Buffet sabe o que é preciso fazer. Antes de mais, dar prioridade e apoio a todas as acções visando a educação e a prevenção, sem descuidar, porém, o combate aos traficantes. Os incidentes do Tour-98 mostraram isso mesmo. Sobretudo fizeram ver que, não podendo o desporto ser eficaz na auto-regulação, é preciso fazer da acção policial e judicial a terapia para tão grave mal.

Consciente disso, Marie-George Buffet jamais travou a intervenção daqueles que, a



mando dos tribunais, nunca mais pararam desde que, a 8 de Julho, foi detido na fronteira franco-belga Willy Voet, massagista da Festina, com um verdadeiro arsenal de produtos interditos. E isso apesar da popularidade de uma prova que, sendo património do povo e do desporto francês, tem projecção mediática só comparável à dos Jogos Olímpicos ou dos campeonatos do mundo de futebol.

A determinação desta mulher comunista começou já a produzir frutos no seu país e teve ainda o condão de despertar consciências entre os seus parceiros da Europa. «A dopagem não é apenas um assunto mediático resultante de um qualquer controlo positivo de um campeão. É uma questão profunda e permanente que mobiliza o movimento desportivo e os governos», diz, salientando que a França deseja que a investigação médica no domínio do doping «seja integrada no programa europeu de saúde» e que, por outro lado, a luta contra o tráfico de substâncias e produtos proibidos «seja objecto de cooperação policial, judicial e aduaneira». E ninguém duvida de que de um problema de saúde pública se trata. O flagelo não atinge só os desportistas de alto rendimento. Muitos são já os adolescentes afectados por ele, o que não deixa de ser ainda mais preocupante.



Atmosfera de terror na TAP de Londres

Colónia da Swissair

■ Manoel de Lencastre

É patente a atmosfera de instabilidade e de incerteza que se vive na TAP. O recente conflito entre a companhia e os pilotos mostrou que os dirigentes da transportadora nacional estão decididos a resolver os problemas da nossa grande empresa de aviação através de ligações e de entendimentos com interesses estrangeiros. O negócio com a Swissair vai-se concretizando com uma regularidade e uma persistência que deixam ver não estar longe o dia em que a TAP passará à categoria de colónia da Swissair.

O mercado britânico tem sido, ao longo dos tempos, o de maior projecção e o mais lucrativo. Mas a delegação da TAP em Londres, que emprega várias dezenas de funcionários de nacionalidade portuguesa, parece estar a caminho da dissolução. Torna-se visível que as ordens da Swissair são as que prevalecem. A formação de uma empresa-fantasma a que foi dado o nome de «Qualiflyer», de que fazem parte a TAP e a Swissair em conjunto a outras de menor peso na aviação comercial internacional, teve como objectivo uma alternativa provisória para onde se projecta lançar o pessoal da TAP no momento em que a delegação de Londres for encerrada. As pessoas serão confrontadas com duas inaceitáveis hipóteses - ou aceitam o despedimento, ou passam à qualidade de funcionárias da «Qualiflyer» sem quaisquer direitos. A «Qualiflyer», dirigida por funcionários da Swissair, seria, mais tarde, simplesmente liquidada. Reina, uma atmosfera de alarme entre os funcionários da TAP em Londres e surgem inevitáveis perguntas: «Que direitos nos restam? De que valerem vinte, trinta anos de trabalho ao serviço da TAP?»

Os serviços de reservas para os voos da TAP já foram transferidos para a Swissair. Nos balcões desta companhia estrangeira, os passageiros de nacionalidade portuguesa são tratados

como de segunda categoria. Os funcionários da Swissair olham-nos com sobranceira. Consideram-nos colonizados. Igualmente, o controlo de entrada nas salas de embarque é realizado por empregados secundários da Swissair que, entretanto, se mostram extremamente zelosos no exame dos passaportes dos portugueses. A entrada dos aviões é-nos anunciada por uma funcionária da Swissair, mas de nacionalidade brasileira. Perguntámos-lhe, há dias:

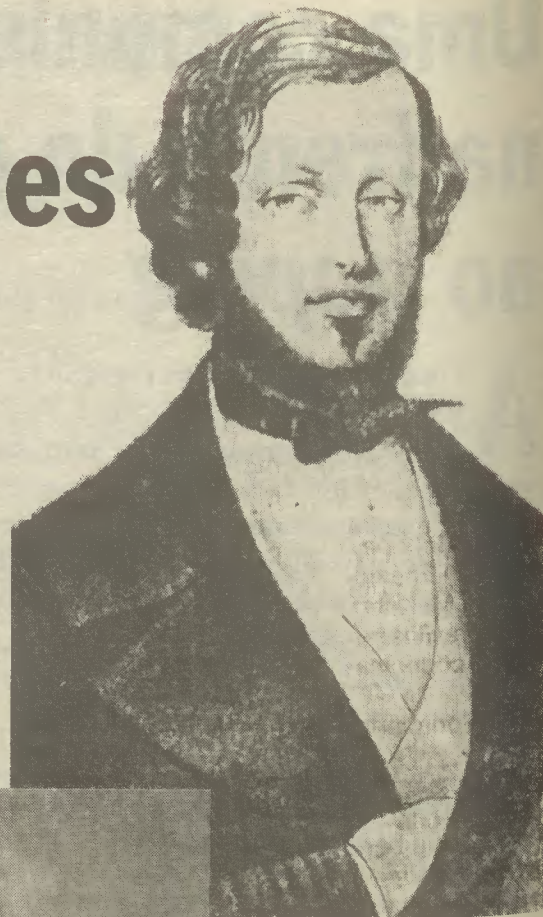
«Você é empregada de quem?» Respondeu: «Da Swissair - mas não gostou do serviço?»

Esta situação revoltante não pode continuar. Nós próprios tivemos de exprimir ao pessoal de bordo aquilo que sentíamos quando embarcámos com destino a Lisboa, recentemente. Gritámos: «A direcção da TAP anda a vender aquilo que lhe não pertence!» e notámos, então, que um raio de luz surgia nos olhos da hospedeira que nos atendera. É que também ela sabe, perfeitamente, que a TAP está a ser liquidada nas costas dos seus verdadeiros proprietários que são todos os portugueses.

Inacreditavelmente, no país do 25 de Abril, o pessoal da TAP está a viver dias de medo. É o medo de um futuro desconhecido. Julgavam-se ao abrigo da insegurança que normalmente existe entre a multidão de pequenas empresas particulares que operam em falência constante. Mas, a verdade, é que a primeira empresa nacional, a TAP de que todos nos orgulhámos, já entrou na mesma rota. Não temos governo em Lisboa? Não, não temos. Se tivéssemos, uma empresa nacional como a nossa transportadora aérea não seria deixada tombar na zona de exploração da Swissair que acabará por roê-la até ao limite dos limites. Aos portugueses, deixarão os ossos.

■ Luísa Mesquita

Almeida Garrett mestre de claridades e da revolução



A compreensão e o estudo da produção garrettiana é hoje, mais que ontem, porque também hoje, mais que ontem, Portugal está menos distante deste amante da liberdade, uma permanente fonte de elementos novos que relatam as contradições económicas, políticas, ideológicas e culturais de um momento histórico fundamental para a compreensão de quem fomos, de quem somos e de quem pretendemos ser.

João Baptista da Silva Leitão, que mais tarde acrescentará ao seu nome os apelidos de Almeida Garrett pelos quais é hoje conhecido, nasce no *terminus* de um século que pretende assumir-se como eterno fazedor de certezas intangíveis, aquelas que só moldam homens indistintos e quietos.

O universo que o jovem Garrett conhece é intemporal, silencia as contradições e está ainda muito longe da Revolução Liberal, dos princípios da liberdade, da igualdade e da fraternidade.

Em seu redor, há um mundo de receios, mas nele e com ele o jovem apreende o sentir do ser e do estar, descobre a interpelação, e o vassalo dialoga com o tirano em *Sonho Profético*:

"O supremo poder aos reis proveio.
Seus direitos..."
"E Deus, se lhes outorga.
Nenhuma obrigação lhe impôs com eles?
Aos desgraçados, miserandos povos,
Que aos ferros condenou e à desventura,
C'o a eterna obrigação do sofrimento
Nenhum direito deu?"
"Altos decretos
Do Eterno examinar, vos é vedado."

Mas do saber decretado pelo verbo partirá Garrett para o entendimento entre o passado sem resposta e um futuro grávido de promessas.

E é então que a palavra garrettiana se transmuta em acção.

Texto e revolução conjugam-se na procura de um mundo novo que o soldado liberal ajuda a construir e o escritor relata.

E é neste processo de transformação que se transforma também o homem.

A sua consciência, vinculada sem reservas ao que se passa fora dela, é causa e efeito de uma sociedade em inquieta e perturbadora mutação.

É este o jovem, que, com menos de 20 anos, reflecte, com uma genialidade universalista sobre a cultura, a arte e se envolve sem preconceitos na actividade política no meio do povo, numa época de feroz instabilidade e a quem só a compreensão da realidade incomoda.

Trilha caminhos onde os aplausos são silêncios, entrega-se à aventura revolucionária, embriaga-se na descoberta dos fenómenos sociais e na incerteza das respostas do homem novo.

E é esta consciência que leva Garrett, provavelmente, a afirmar na sessão de 9 de Outubro, a propósito da formação da segunda Câmara das Cortes e da posição do homem público, do homem chamado a pronunciar-se sobre questões importantes que a "...mais fácil é seguramente a daquele que levado da torrente de opiniões e cuidando dirigir as turbas, quando não é senão empurrado por elas, imaginando-se forte só porque se pôs do lado de fora, vai com o poder que reina, está pela potência que impera... os aplausos estão em roda d'ela, as recompensas lhe chovem em cima; e coroado há-de ser..."

Garrett excedia o seu próprio tempo e por isso se condena como afirmou José Gomes Ferreira "à sua imensa, à sua terrível solidão de homem de génio".

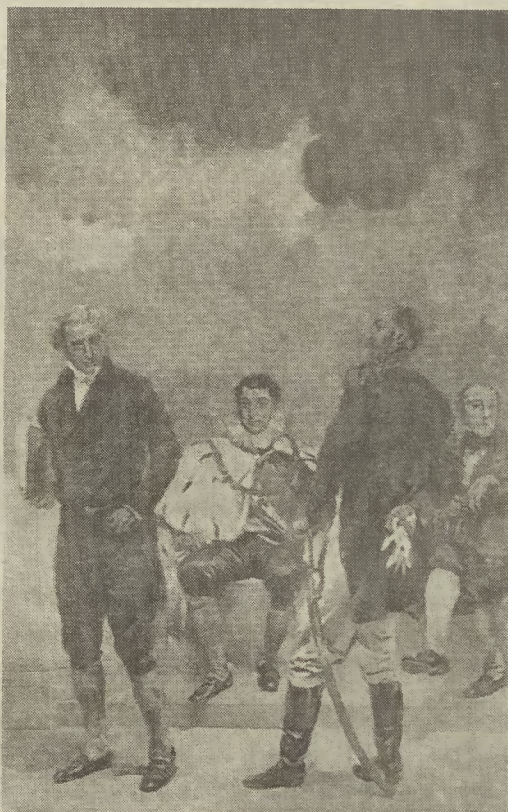
A compreensão e o estudo da produção garrettiana é hoje, mais que ontem, porque também hoje, mais que ontem, Portugal está menos distante deste amante da liberdade, uma permanente fonte de elementos novos que relatam as contradições económicas, políticas, ideológicas e culturais de um momento histórico fundamental para a compreensão de quem fomos, de quem somos e de quem pretendemos ser.

Uma experiência sempre nova

Ler Garrett é ainda hoje um trajecto de experiências sempre novas, de constante questionação de todas as cadeias que coarctam a liberdade do ser humano.

O escritor gritará contra os tiranos, desafiará todos os poderes e perguntará: "Não morre o homem quando vive o escravo?"

Do discurso político ao discurso literário, do discurso do amor ao discurso jornalístico, a palavra desvenda-se e revela-se, antes de tudo, como intervenção, como parte de uma autognose que o cidadão, que o escritor, o combatente liberal dirige a si pró-



Escrita comprometida

Respondendo a um convite do scalabitano Passos Manuel, chefe do Partido Setembrista na oposição, Garrett parte para Santarém em Julho de 1853.

Na bagagem transportava as diferentes experiências do exílio, os regressos ao país liberto do poder absolutista, o combate no exército liberal e as promessas de uma escrita comprometida.

Tal como o *Arco de Santana* havia surgido durante o Cerco do Porto, também "Viagens" será texto primeiro visto, ouvido, pensado e sentido e só depois escrito.

A Revolução de Setembro de 1836 havia cancelado a vitória

dos liberais e motivado Garrett para uma intervenção ainda mais ecléctica - do teatro ao parlamento, do conservatório ao jornal, cidadão e escritor acreditam na construção de uma nova sociedade.

Mas a guerra civil deixara marcas profundas. Os ódios, os interesses individuais, a corrupção, os oportunismos políticos dos barões afastaram o soldado, o deputado mas não calaram o escritor que, na humildade da palavra, reconhece que errou: "Errámos e sem remédio. A sociedade já não é o que foi, não pode tornar a ser o que era; mas muito menos ainda pode ser o que é." Porque "...o povo, o povo está são: os corruptos somos nós os que cuidamos saber e ignoramos tudo".

Entretanto, chega a Santarém mas viajante atento, repara que "...o livro de pedra em que a mais interessante e a mais poética parte das nossas crónicas está escrita" foi mutilado, rasgado, arrancadas as folhas, "não se descreve por outro modo o que esta gente chamada governo... está fazendo e deixando fazer.

"As ruínas do tempo são tristes mas belas, as que as revoluções trazem ficam marcadas com o cunho solene da história. Mas... as mais brutas reparações da ignorância, os mesquinhos concertos da arte parasita, esses profanam".

O percurso da visita no presente revisita também o passado na memória do património degradado e simultaneamente transforma-se em reportagem e reflexão que rompem as referências regionais e se intrometem no país ou irrompem pelo mundo.

Garrett comprometeu-se a ver e a ouvir, a pensar e a sentir e de tudo fazer crónica.

Foi proscrito e exilado mas amou "de um querer bruto e fero".

Foi romeiro num país que queria ver progredir, apesar de reconhecer que Sancho e Quixote "...tão avessos e tão desencontrados, andam contudo juntos sempre; ora um mais atrás, ora um mais adiante".

Porque todo o texto se constrói com outros textos. Porque todo o pensamento se enriquece com outros pensamentos.

Permite-me que diga com Garrett como curta é a memória dos povos, hão-de se ir educando à sua custa, talvez...

O senso comum venha para o milénio... "Está prometido... como el-rei da Prússia prometeu uma constituição; e não faltou ainda, porque... porque o contrato não tem dia."

prio, aos outros e ao país que agora também possui e pelo qual é e quer ser também responsável; e por isso pergunta "...aos economistas políticos, aos moralistas, se já calcularam o número de indivíduos que é forçoso condenar à miséria, ao trabalho desproporcionado, à desmoralização, à ignorância crapulosa, à desgraça invencível, à penúria absoluta, para produzir um rico? ... Depois de tantas comissões de inquérito, já deve de andar orçado o número de corpos que se tem de entregar antes do tempo ao cemitério para fazer um rico... Cada homem rico, abastado, custa centos de infelizes, de miseráveis".

Se nos disponibilizarmos a viajar hoje, com Almeida Garrett, pela nossa terra, de Lisboa para Santarém, surpreender-nos-emos como, de forma tão natural, a realidade e a ficção se conjugam e servem a sua visão do mundo, de um mundo e de uma escrita avessos a espartilhos escolásticos e abertos à contradição e à reflexão.

Diante da estalagem da Azambuja, Garrett declara: "A sociedade é materialista; e a literatura que é a expressão da sociedade é toda excessivamente e absurdamente e despropositadamente espiritualista! Sancho rei de facto. Quixote rei de direito.

... É a literatura que é uma hipócrita: tem a religião nos versos, caridade nos romances, fé nos artigos de jornal - como os que dão esmolas para pôr no Diário, que amparam órfãos na Gazeta, e sustentam viúvas nos cartazes dos teatros."

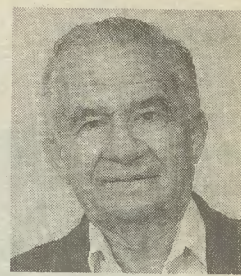
Mestre de claridades e da revolução - no pensar, no agir, no sentir, no discutir, no ser artista e homem - é ele quem realiza a síntese moderna das nossas letras; afirmam-no leitores e estudiosos, fascinados com a relação de cumplicidade crítica que Garrett ousa manter com aquele ou aquela que percorre o mosaico textual do seu discurso.

Orador e poeta, historiador e filósofo, crítico e artista, juriconsulto e administrador, erudito e homem de Estado, o autor do fabuloso e cada vez mais actual texto das *Viagens na Minha Terra* denuncia o seu profundo conhecimento dos homens e das coisas que só um verdadeiro homem do mundo pode, como ele próprio afirmou, escrever "este meu inclassicável livro de viagens".

Armado de um sarcasmo, algumas vezes cortante e destruidor, peleja sem tréguas contra hipócritas e sofistas, respeitando sempre crenças, opiniões e sentimentos.

Chavez na presidência da Venezuela

A esperança e a incógnita



■ Miguel Urbano Rodrigues

Um milhão de pessoas saiu às ruas em Caracas para escutar a palavra do novo presidente, Hugo Chavez (44 anos), o ex-comandante do corpo de pára-quedistas que anos atrás cumpriu pena de prisão por haver organizado uma tentativa de golpe de Estado. Chavez apresentou um programa muito ambicioso durante a campanha. Logo após a tomada de posse anunciou um referendo. Objectivo: convocar uma Constituinte que elabore uma «Carta Magna revolucionária, adequada aos novos tempos». A sua oratória inflamada suscita o entusiasmo das massas. Mas o estilo, populista, justifica também muitas apreensões.

Uma vaga de esperança corre pela Venezuela. É uma esperança torrencial, quente, impregnada de emoção. De repente, um povo empobrecido, à beira do desespero, concentrou o seu desejo de mudança na pessoa do novo presidente, que obteve nas urnas uma enorme votação. A maioria dos chefes de Estado da América Latina e do Caribe (incluindo Fidel Castro) esteve presente na cerimónia da posse. A expectativa era enorme. O discurso pronunciado foi recebido com muita euforia pela população, não obstante ser mais adjectivo do que substantivo.

Chavez é um grande orador, na tradição do populismo retórico latino-americano. «Juro perante Deus, juro perante a Pátria, juro perante o meu povo - declarou - que sobre esta moribunda Constituição farei cumprir, levarei adiante as transformações democráticas necessárias para que a República Nova tenha uma Carta Magna adequada aos novos tempos. Juro.» Ao alterar a fórmula tradicional provocou a primeira ovação da massa.

A ênfase posta na Constituinte não tem o poder de ocultar a realidade. Chavez obterá no referendo outra vitória. Mas a futura Constituição - se tudo correr normalmente - não entrará em vigor antes de dois anos. Até lá muita água correrá pelo Orenoco.

Nas próximas semanas, Chavez será confrontado com uma montanha de problemas. O actual Congresso - Câmara e Senado - é ainda dominado pelos dois grandes partidos da Oposição, os históricos Acción Democrática, e Copei (Democracia Cristã), ambos apodrecidos até à medula. Ora um e outro não se mostram dispostos a aprovar sequer as alterações ao Orçamento reclamadas pelo Presidente e menos ainda o pacote de medidas provisórias por ele anunciadas. As «grandes transformações» constantes do Programa apresentam-se, assim, à partida, como nevoentas.

Na área social, Chavez terá nas próximas semanas de encontrar respostas para uma montanha de problemas. Nada menos de 16 contratos colectivos do sector público aguardam renovação. O diálogo com médicos, professores e trabalhadores da Função Pública será particularmente difícil, apesar do crédito de confiança do Presidente, pois as suas reivindicações têm sido sistematicamente ignoradas. São justíssimas. Mas as arcas do tesouro encontram-se vazias. A dívida externa, a quarta da América Latina, é um pesadelo. Este ano, o seu Serviço será de quatro mil milhões de dólares. O défice do Orçamento previsto excede 5 mil milhões de dólares. Onde encontrar todo esse dinheiro?

Miséria no país da fartura

A situação do país é calamitosa. O desemprego atinge quase 20% da população activa. Metade desta trabalha aliás no sector informal (sem direito aos benefícios da Segurança Social). O salário mínimo, equivalente a 175 dólares, cobre somente 45% das necessidades da alimentação de uma família de quatro pessoas. Chavez recordou no seu discurso que 50% das crianças não frequentam a escola e que apenas uma em cada cinco conclui o ciclo básico. A mortalidade infantil é enorme. Dezenas de milhares de adolescentes perambulam pelas ruas como delinquentes.

Paradoxalmente, a Venezuela é um país riquíssimo em recursos naturais. O seu PIB *per capita* foi durante décadas o mais elevado da América Latina. As reservas de petróleo - segundo Washington - são as maiores do mundo, superando as da Arábia Saudita. As de gás natural ocupam o quinto lugar. O subsolo é também rico em ouro, ferro e minérios raros. No tocante à água doce, somente o Brasil e o Peru ultrapassam a Venezuela. As reservas florestais figuram também entre as maiores do mundo. As terras de aluvião são fertilíssimas e os Llanos uma área ideal para a criação de gado.

Entretanto, neste país de fartura, o povo vegeta na miséria. A

percentagem da população que vivia abaixo do nível da pobreza era em 1994 de 45%; presente-mente excede já os 80%. Nos últimos cinco anos o bolívar perdeu quatro quintos do seu valor. Somente em 1998 a Ve-

nezuela arrecadou menos sete mil milhões de dólares do que no ano anterior, em consequência da queda dos preços do petróleo. O fosso que existia entre uma pequena minoria de privilegiados e a esmagadora maioria da população aprofundou-se dramaticamente, adquirindo proporções de abismo intransponível.

A Venezuela é hoje, com o Brasil, uma das mais expressivas vitrinas dos efeitos no Terceiro Mundo do neoliberalismo ortodoxo.

Uma personalidade diferente

A personalidade de Hugo Chavez Frias não se ajusta ao figurino dos caudilhos tradicionais. Ele emerge como uma inflorescência. Não repete ninguém. Não creio, porém, que o ajude o facto de a maioria do povo identificar nele «um salvador». A tendência para verem na sua pessoa um político messiânico reforça o seu personalismo. Profundamente religioso, Chavez invoca com frequência Deus em discursos em que assume mais a postura de um pregador iluminado do que a de um homem de Estado. Não há motivos para se duvidar da sua integridade pessoal, do seu eticismo e desambição, da sinceridade com que anuncia a vontade de transformar o país, tirando-o do atoleiro. Mas cabe perguntar: como poderá atingir as metas fixadas?

Revistas progressistas da América Latina - como «Siempre», do México, e «Três Puntos», da Argentina - manifestam apreensão relativamente ao voluntarismo do novo Presidente, muito marcado pela sua formação militar e, paradoxalmente, pela sua própria sede de humanismo. A tarefa que assumiu é ciclópica e, obviamente, não será um homem, isolado, que poderá tirar a Venezuela do pântano em que a meteram.

Hugo Chavez gosta de se apresentar como um soldado e, mais de uma vez, esboçou paralelos entre o seu sonho e o projecto e a vida de Simón Bolívar, o Libertador, herói nacional e da América Latina. Não favorece este Presidente carismático a ausência no país de um partido revolucionário com forte implantação entre as massas. A organização que o apoiou em 1992 na frustrada tentativa de tomada do poder, o Movimento Bolivariano Revolucionário, mudou posteriormente de nome e passou a chamar-se Movimento V República.

Chavez não se apresenta como socialista. Prefere definir-se como humanista e soldado revolucionário. Ideologicamente não cabe em qualquer molde. Admira Sandino, Zapata, Cardenas, o Che, Fidel, mas numa entrevista recente declarou admirar também Tony Blair e a sua Terceira Via. Através da futura Constituinte pretende revolucionar o sistema político, como condição indispensável para grandes reformas sociais. Nos últimos meses mostrou-se, contudo, muito prudente na abordagem das grandes questões económicas. Prefere privilegiar os temas políticos.

Hugo Chavez teve o seu nome inscrito na lista negra de Washington. Recusavam-lhe inclusive o visto de entrada nos EUA, alegando tratar-se de um golpista. Após a eleição, Clinton



recebeu-o. Durante anos o seu programa - condensado na Agenda Alternativa Bolivariana - previa reformas de fundo com grande participação, no âmbito de uma frente nacional popular. Tal projecto era obviamente utópico. Antes da campanha ainda prometia rever as privatizações selvagens e criticava duramente a acção das transnacionais. O discurso hoje é mais prudente. Chavez critica a globalização neoliberal e os seus efeitos devastadores. Mas as privatizações serão mantidas e as grandes empresas estrangeiras convidadas a investir no país. O seu campo de intervenção é, registre-se, limitado.

O que impressiona negativamente os críticos, numa perspectiva de esquerda, é o contraste entre a ambição do discurso e a realidade, ou seja, a impossibilidade de concretizar aquilo que anunciava num horizonte de esperanças. Chavez sabe que o grande império vizinho o mantém em observação. Significativamente, o representante de Clinton na tomada de posse, Richardson, lamentou que o novo presidente tivesse condenado o bloqueio a Cuba no seu discurso, e, noutra grosseira ingerência, qualificou de dramática a ideia de convocar uma assembleia Constituinte. O Policia do Mundo apressou-se a advertir turbulento ex-pára-quedista eleito Presidente da República da Venezuela. «Se ser populista é estar preocupado com o povo, sou populista» - afirmou Chavez em resposta a certos críticos. Nas últimas semanas aprendeu, certamente, muito sobre os mecanismos do Poder. Somente a prática da vida poderá, contudo, ensinar-lhe que um homem, por mais dotado que seja, não consegue, independentemente das suas intenções, transformar, isoladamente, um país e menos ainda um país imperializado.

O que vai acontecer na Venezuela? A extrema gravidade e complexidade da crise e os efeitos da presença hegemónica dos EUA desaconselham previsões.

Ter ou não ter

Jorge Coelho, ministro da Administração Interna, afirmou em Seia que, quando o actual Governo iniciou a sua actividade, «não tinha o que quer que fosse para inaugurar, porque não havia investimentos na área da segurança». O governante, que estava acompanhado pelo ministro da Economia, Pina Moura, e se encontrava em Seia precisamente para inaugurar o novo posto da GNR local e assinar protocolos para novas infra-estruturas a construir no concelho, ainda acrescentou: «De vez em quando ouço, e doem-me os ouvidos, dizer que grande parte daquilo que se está a inaugurar são obras que começaram noutras épocas», posto o que se lançou numa apaixonada divagação - de fazer doer os ouvidos a quem lhe teve de gramar o discurso - sobre as muitas obras que, por seu turno, o seu Governo se prepara para começar «nesta época». Curiosa, esta visão ministerial das obras realizadas e a realizar pelo poder central - todas, aliás, concretizadas com os dinheiros públicos. Pelo que se depreende, o importante não é fazer obra, mas presidir à sua inauguração, o importante não é a obrigação de prospectar

PONTOS CARDEAIS

necessidades e planificar respostas, mas o talento de alinhar promessas e embrulhá-las em discursos, o que conflui na extraordinária ideia de que, para o governante, a satisfação do interesse público consiste na satisfação do seu próprio interesse privado, aqui resumido nos velhos esquemas da demagogia eleitoral. Mais uma vez se confirma que o Executivo de António Guterres não anda aqui para «governar com o coração»: o seu coração só se bate por governar.

Ganhar juízo

«Sob o ponto de vista convencional não ganhei juízo, sob o ponto de vista não convencional gosto de ter a liberdade de fazer isto», afirmou o presidente do Governo Regional, Alberto João Jardim, após ter participado no desfile das «Festas de Carnaval da Madeira» envergando um fraque de lantejoulas e batendo furiosamente num bombo. Sob o ponto de vista convencional, parece de facto impossível que o presidente do

Governo Regional da Madeira ganhe juízo. Sob o ponto de vista não convencional, onde isso se percebe melhor é no Carnaval.

Dia dos Namorados

Segundo o presidente da Associação Portuguesa das Agências de Publicidade, a tradição de comemorar em Portugal o 14 de Fevereiro como Dia dos Namorados foi lançada em 1981 com a publicidade «Moulinex com amor». A empresa tinha acabado de se instalar em Portugal, na cidade do Porto, mas sem grande sucesso nos primeiros meses de actividade. Os seus produtos, todos electrodomésticos, eram ainda pouco conhecidos. Vai daí, a empresa teria decidido então praticar a mesma estratégia comercial da sua congénere espanhola, investindo fortemente em campanhas promocionais direccionadas para os dias comemorativos do ano, como o Dia da Mãe, do Pai ou o Dia dos Namorados. Foi assim que o slogan «Moulinex com Amor» se espalhou pelo país em cartazes

afixados, spots na rádio e anúncios em revistas repletos de corações vermelhos, o que terá levado o mercado a reagir, com os concorrentes da Moulinex e, mesmo, comerciantes de outros bens, a lançarem no ano seguinte promoções especiais para o Dia dos Namorados, dando seguimento a uma comemoração que, com o decorrer dos anos se terá instalado como «tradição». Não queremos tirar à publicidade a sua inegável e avassaladora capacidade de levar as pessoas a comprar tudo e mais alguma coisa, particularmente quando o «mais alguma coisa» não corresponde a necessidades reais, nem desdenhar do seu incomensurável talento para, ao serviço dos grandes interesses económicos, inventar pretextos que levem os cidadãos ao consumo desenfreado. Pelos vistos, o Dia dos Namorados foi mais um desses pretextos. Agora, não levemos a presunção ao ponto de confundir criatura e criador: a publicidade pode ter inventado o pretexto do consumo desenfreado para o Dia dos Namorados, mas não inventou o Dia dos Namorados para servir o consumo desenfreado. Aproveitou-se apenas dele, que é como quem diz das pessoas e dos seus ritos sociais...

PONTOS NATURAIS

■ Mário Castrim

Vamos no mesmo barco

Os homens e os outros

Na minha opinião há uma lei geral: os homens, homens a valer, estão além, dentro dos olhos de um ideal. Ferem-se os pés nas pedras afiadas? Essas são as escadas que nos restam.

«Se não – dizem os deuses – são iguais a nós. Não prestam.»

As folhas caem

Pela ordem natural das coisas (como se costuma dizer) o velho está mais próximo do fim. Pronto. E daí?

Não haja pena se ele deixa semente.

O resto já não é com a gente.

Uma sessão no Barreiro

«Aqui não entendemos o futuro – disse a camarada jovem da JCP linda, capaz do vencer num concurso de misses –, aqui não entendemos o futuro sem o nosso Partido para que o amanhã de nós não apodreça.»

Os velhos que estavam na sala disseram que sim com a cabeça.

Futuro não tem idade

Ser-se velho não é nada de especial. A mão treme e o pé dá um passo desigual? Mas nada vacila na alma tranquila

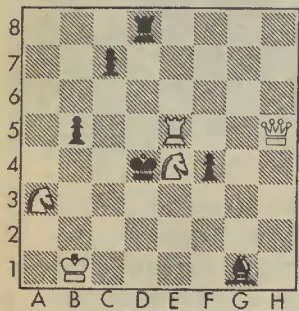
Olham quando passamos menos para nós as belas? em troca nós olhamos muito mais para elas.

Não vamos em correrias À beira-mar, sem ver o mar? Licores preciosos, os dias querem-se bebidos devagar.

Depois se os dois o velho e o jovem, lá na praia imensa embarcam juntos diariamente rumo à distância que se esfuma entre eles não há diferença absolutamente nenhuma.

XADREZ

DCXCV – 18 DE FEVEREIRO DE 1999
PROPOSIÇÃO N.º 1999X06
Por: Karl Junker
«Westfalen-Berlin» – 1957
Pr.: [6]: Ps. b5, c7, f4 - Bg1 - Td8 - Rd4
Br.: [5]: Cs. a3, e4 - Tc5 - Dh5 - Rb1



Mate em 3 [três] lances

SOLUÇÃO DO N.º 1999X06 [K. J.]

1. Tc6!, f3; 2. Dg5, Bc3; 3. D:d8 #

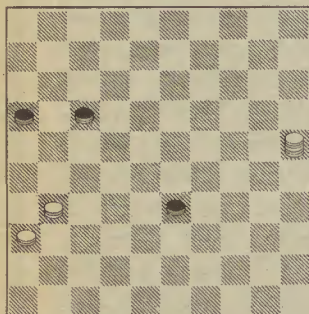
1..... Rf3; 2. Cd2 +, Rd3; 3. D:b5 #

A. de M. M.

DAMAS

DCXCV – 18 DE FEVEREIRO DE 1999
PROPOSIÇÃO N.º 1999D06
Por: L.-F. van Steenberghe - 1949
Leyden - [NL]

Pr.: [3]: 16-17-33
Br.: [3]: (25)-31-36



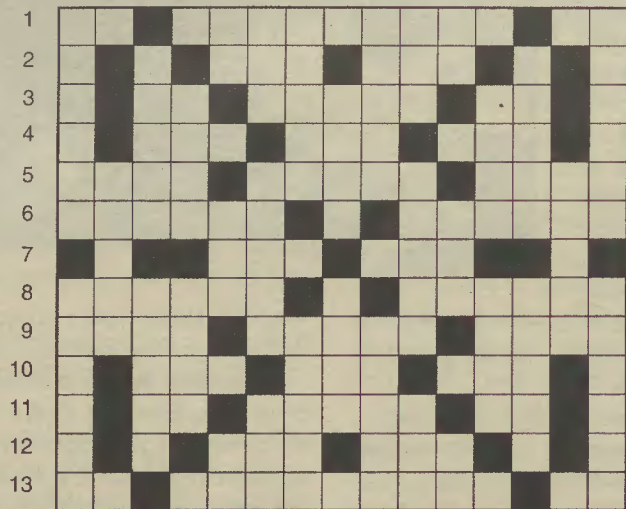
Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO DO N.º 1999D06 [L.-F. van S.]
1. 31-27!; 3. 25-28; 4. 17-21!; 3. 27-22; 2. 21-26; 3. 22-17; 4. 22-17; 5. 48-37!; 2. 36-31 + 2..... (16-21); 3. 27-16; 4. 16-11; 2. 22-28; 5. 11-7; 6. 7-1; 3. 33-39; 7. 48x25; 3. 38-42; 8. 1-29 +

A. de M. M.

PALAVRAS CRUZADAS

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



HORIZONTAIS: 1 – Prata (s.q.); arrecadação dos produtos agrícolas (pl.); nota musical. 2 – Manifestação do apetite sexual, nos animais, nas épocas próprias da reprodução; passa para fora. 3 – Actínios (s. q.); porção da circunferência ou de qualquer outra curva (pl.); utensílio de cozinha. 4 – Antigo navio de vela, de guerra ou mercante; árvore da fam. das anacardiáceas, cujas raízes e casca são utilizadas, na Índia, em tinturaria e em aromatizações; o m.q. lírio. 5 – Estimai; det. e pron. dem., fem. de este (pl.); peíolo herbáceo ou o seu prolongamento ao longo de uma folha vegetal. 6 – Cada um dos cânticos da Bíblia (pl.); guardar na mala. 7 – Patilha de índios; interj. que designa chamamento, espanto ou afirmação. 8 – Frondoso; árvores ornamental da fam. das leguminosas, cultivada em Portugal, e também conhecida por árvore-da-judeia (pl.); 9 – Enguias; vegetação, em especial representada por algas filamentosas verdes, que cobre ou se mistura no lodo dos fundos aquáticos (pl.); carga. 10 – Igualdade (pref.); sinal ortográfico para indicar que é nasal a vogal sobre a qual se coloca; rio da URSS. 11 – Compaixão; simples (pl.); acusada. 12 – Gracejar; desloca-se pelo ar. 13 – Prefixo de origem grega que exprime a ideia de privação, separação; municipal; caminhais.

VERTICAIS: 1 – Cavidade da parte interna da região onde o braço se insere no tronco (pl.); gargalhada. 2 – Osso par da face. 3 – Passagem natural ou artificial de águas; fátigo (fig.). 4 – Filho mais velho de Adão e Eva, que, por inveja, matou o irmão, Abel; dificuldade (fig.). 5 – Partícula afirmativa do dialecto provençal; o sono das crianças (pl.); rádio (s. q.). 6 – O bagaço da uva de que se faz água-pé; o mais distinto numa colectividade ou série; a minha pessoa. 7 – Período correspondente à vigésima quarta parte do dia civil (pl.); repete. 8 – Espolho; título dos descendentes de Maomé (Maomet). 9 – Separa; nome de mulher. 10 – Bigorna de ourives; estampilhas; ribeira portuguesa. 11 – Interj. de dor; doença; nesse lugar. 12 – Fibras das folhas da piteira; sobrepor. 13 – Pequeno povoado; unidade do sistema monetário japonês (pl.). 14 – Descaramentos (fig.). 15 – Namorado; antiga armadura guarnecida de lâminas de aço, que tinha a configuração de um peixe com o mesmo nome.

SOLUÇÃO: 1 – Ag. colheitas; 2 – Cio; sat. 3 – Aci; acros; 4 – Canil; 5 – Oco; 6 – Laj; 7 – Horras; 8 – Cato; 9 – Isolai; 10 – Tais; 11 – Al; 12 – Dó; 13 – Lito; 14 – Lito; 15 – Lito; 16 – Lito; 17 – Lito; 18 – Lito; 19 – Lito; 20 – Lito; 21 – Lito; 22 – Lito; 23 – Lito; 24 – Lito; 25 – Lito; 26 – Lito; 27 – Lito; 28 – Lito; 29 – Lito; 30 – Lito; 31 – Lito; 32 – Lito; 33 – Lito; 34 – Lito; 35 – Lito; 36 – Lito; 37 – Lito; 38 – Lito; 39 – Lito; 40 – Lito; 41 – Lito; 42 – Lito; 43 – Lito; 44 – Lito; 45 – Lito; 46 – Lito; 47 – Lito; 48 – Lito; 49 – Lito; 50 – Lito; 51 – Lito; 52 – Lito; 53 – Lito; 54 – Lito; 55 – Lito; 56 – Lito; 57 – Lito; 58 – Lito; 59 – Lito; 60 – Lito; 61 – Lito; 62 – Lito; 63 – Lito; 64 – Lito; 65 – Lito; 66 – Lito; 67 – Lito; 68 – Lito; 69 – Lito; 70 – Lito; 71 – Lito; 72 – Lito; 73 – Lito; 74 – Lito; 75 – Lito; 76 – Lito; 77 – Lito; 78 – Lito; 79 – Lito; 80 – Lito; 81 – Lito; 82 – Lito; 83 – Lito; 84 – Lito; 85 – Lito; 86 – Lito; 87 – Lito; 88 – Lito; 89 – Lito; 90 – Lito; 91 – Lito; 92 – Lito; 93 – Lito; 94 – Lito; 95 – Lito; 96 – Lito; 97 – Lito; 98 – Lito; 99 – Lito; 100 – Lito; 101 – Lito; 102 – Lito; 103 – Lito; 104 – Lito; 105 – Lito; 106 – Lito; 107 – Lito; 108 – Lito; 109 – Lito; 110 – Lito; 111 – Lito; 112 – Lito; 113 – Lito; 114 – Lito; 115 – Lito; 116 – Lito; 117 – Lito; 118 – Lito; 119 – Lito; 120 – Lito; 121 – Lito; 122 – Lito; 123 – Lito; 124 – Lito; 125 – Lito; 126 – Lito; 127 – Lito; 128 – Lito; 129 – Lito; 130 – Lito; 131 – Lito; 132 – Lito; 133 – Lito; 134 – Lito; 135 – Lito; 136 – Lito; 137 – Lito; 138 – Lito; 139 – Lito; 140 – Lito; 141 – Lito; 142 – Lito; 143 – Lito; 144 – Lito; 145 – Lito; 146 – Lito; 147 – Lito; 148 – Lito; 149 – Lito; 150 – Lito; 151 – Lito; 152 – Lito; 153 – Lito; 154 – Lito; 155 – Lito; 156 – Lito; 157 – Lito; 158 – Lito; 159 – Lito; 160 – Lito; 161 – Lito; 162 – Lito; 163 – Lito; 164 – Lito; 165 – Lito; 166 – Lito; 167 – Lito; 168 – Lito; 169 – Lito; 170 – Lito; 171 – Lito; 172 – Lito; 173 – Lito; 174 – Lito; 175 – Lito; 176 – Lito; 177 – Lito; 178 – Lito; 179 – Lito; 180 – Lito; 181 – Lito; 182 – Lito; 183 – Lito; 184 – Lito; 185 – Lito; 186 – Lito; 187 – Lito; 188 – Lito; 189 – Lito; 190 – Lito; 191 – Lito; 192 – Lito; 193 – Lito; 194 – Lito; 195 – Lito; 196 – Lito; 197 – Lito; 198 – Lito; 199 – Lito; 200 – Lito; 201 – Lito; 202 – Lito; 203 – Lito; 204 – Lito; 205 – Lito; 206 – Lito; 207 – Lito; 208 – Lito; 209 – Lito; 210 – Lito; 211 – Lito; 212 – Lito; 213 – Lito; 214 – Lito; 215 – Lito; 216 – Lito; 217 – Lito; 218 – Lito; 219 – Lito; 220 – Lito; 221 – Lito; 222 – Lito; 223 – Lito; 224 – Lito; 225 – Lito; 226 – Lito; 227 – Lito; 228 – Lito; 229 – Lito; 230 – Lito; 231 – Lito; 232 – Lito; 233 – Lito; 234 – Lito; 235 – Lito; 236 – Lito; 237 – Lito; 238 – Lito; 239 – Lito; 240 – Lito; 241 – Lito; 242 – Lito; 243 – Lito; 244 – Lito; 245 – Lito; 246 – Lito; 247 – Lito; 248 – Lito; 249 – Lito; 250 – Lito; 251 – Lito; 252 – Lito; 253 – Lito; 254 – Lito; 255 – Lito; 256 – Lito; 257 – Lito; 258 – Lito; 259 – Lito; 260 – Lito; 261 – Lito; 262 – Lito; 263 – Lito; 264 – Lito; 265 – Lito; 266 – Lito; 267 – Lito; 268 – Lito; 269 – Lito; 270 – Lito; 271 – Lito; 272 – Lito; 273 – Lito; 274 – Lito; 275 – Lito; 276 – Lito; 277 – Lito; 278 – Lito; 279 – Lito; 280 – Lito; 281 – Lito; 282 – Lito; 283 – Lito; 284 – Lito; 285 – Lito; 286 – Lito; 287 – Lito; 288 – Lito; 289 – Lito; 290 – Lito; 291 – Lito; 292 – Lito; 293 – Lito; 294 – Lito; 295 – Lito; 296 – Lito; 297 – Lito; 298 – Lito; 299 – Lito; 300 – Lito; 301 – Lito; 302 – Lito; 303 – Lito; 304 – Lito; 305 – Lito; 306 – Lito; 307 – Lito; 308 – Lito; 309 – Lito; 310 – Lito; 311 – Lito; 312 – Lito; 313 – Lito; 314 – Lito; 315 – Lito; 316 – Lito; 317 – Lito; 318 – Lito; 319 – Lito; 320 – Lito; 321 – Lito; 322 – Lito; 323 – Lito; 324 – Lito; 325 – Lito; 326 – Lito; 327 – Lito; 328 – Lito; 329 – Lito; 330 – Lito; 331 – Lito; 332 – Lito; 333 – Lito; 334 – Lito; 335 – Lito; 336 – Lito; 337 – Lito; 338 – Lito; 339 – Lito; 340 – Lito; 341 – Lito; 342 – Lito; 343 – Lito; 344 – Lito; 345 – Lito; 346 – Lito; 347 – Lito; 348 – Lito; 349 – Lito; 350 – Lito; 351 – Lito; 352 – Lito; 353 – Lito; 354 – Lito; 355 – Lito; 356 – Lito; 357 – Lito; 358 – Lito; 359 – Lito; 360 – Lito; 361 – Lito; 362 – Lito; 363 – Lito; 364 – Lito; 365 – Lito; 366 – Lito; 367 – Lito; 368 – Lito; 369 – Lito; 370 – Lito; 371 – Lito; 372 – Lito; 373 – Lito; 374 – Lito; 375 – Lito; 376 – Lito; 377 – Lito; 378 – Lito; 379 – Lito; 380 – Lito; 381 – Lito; 382 – Lito; 383 – Lito; 384 – Lito; 385 – Lito; 386 – Lito; 387 – Lito; 388 – Lito; 389 – Lito; 390 – Lito; 391 – Lito; 392 – Lito; 393 – Lito; 394 – Lito; 395 – Lito; 396 – Lito; 397 – Lito; 398 – Lito; 399 – Lito; 400 – Lito; 401 – Lito; 402 – Lito; 403 – Lito; 404 – Lito; 405 – Lito; 406 – Lito; 407 – Lito; 408 – Lito; 409 – Lito; 410 – Lito; 411 – Lito; 412 – Lito; 413 – Lito; 414 – Lito; 415 – Lito; 416 – Lito; 417 – Lito; 418 – Lito; 419 – Lito; 420 – Lito; 421 – Lito; 422 – Lito; 423 – Lito; 424 – Lito; 425 – Lito; 426 – Lito; 427 – Lito; 428 – Lito; 429 – Lito; 430 – Lito; 431 – Lito; 432 – Lito; 433 – Lito; 434 – Lito; 435 – Lito; 436 – Lito; 437 – Lito; 438 – Lito; 439 – Lito; 440 – Lito; 441 – Lito; 442 – Lito; 443 – Lito; 444 – Lito; 445 – Lito; 446 – Lito; 447 – Lito; 448 – Lito; 449 – Lito; 450 – Lito; 451 – Lito; 452 – Lito; 453 – Lito; 454 – Lito; 455 – Lito; 456 – Lito; 457 – Lito; 458 – Lito; 459 – Lito; 460 – Lito; 461 – Lito; 462 – Lito; 463 – Lito; 464 – Lito; 465 – Lito; 466 – Lito; 467 – Lito; 468 – Lito; 469 – Lito; 470 – Lito; 471 – Lito; 472 – Lito; 473 – Lito; 474 – Lito; 475 – Lito; 476 – Lito; 477 – Lito; 478 – Lito; 479 – Lito; 480 – Lito; 481 – Lito; 482 – Lito; 483 – Lito; 484 – Lito; 485 – Lito; 486 – Lito; 487 – Lito; 488 – Lito; 489 – Lito; 490 – Lito; 491 – Lito; 492 – Lito; 493 – Lito; 494 – Lito; 495 – Lito; 496 – Lito; 497 – Lito; 498 – Lito; 499 – Lito; 500 – Lito; 501 – Lito; 502 – Lito; 503 – Lito; 504 – Lito; 505 – Lito; 506 – Lito; 507 – Lito; 508 – Lito; 509 – Lito; 510 – Lito; 511 – Lito; 512 – Lito; 513 – Lito; 514 – Lito; 515 – Lito; 516 – Lito; 517 – Lito; 518 – Lito; 519 – Lito; 520 – Lito; 521 – Lito; 522 – Lito; 523 – Lito; 524 – Lito; 525 – Lito; 526 – Lito; 527 – Lito; 528 – Lito; 529 – Lito; 530 – Lito; 531 – Lito; 532 – Lito; 533 – Lito; 534 – Lito; 535 – Lito; 536 – Lito; 537 – Lito; 538 – Lito; 539 – Lito; 540 – Lito; 541 – Lito; 542 – Lito; 543 – Lito; 544 – Lito; 545 – Lito; 546 – Lito; 547 – Lito; 548 – Lito; 549 – Lito; 550 – Lito; 551 – Lito; 552 – Lito; 553 – Lito; 554 – Lito; 555 – Lito; 556 – Lito; 557 – Lito; 558 – Lito; 559 – Lito; 560 – Lito; 561 – Lito; 562 – Lito; 563 – Lito; 564 – Lito; 565 – Lito; 566 – Lito; 567 – Lito; 568 – Lito; 569 – Lito; 570 – Lito; 571 – Lito; 572 – Lito; 573 – Lito; 574 – Lito; 575 – Lito; 576 – Lito; 577 – Lito; 578 – Lito; 579 – Lito; 580 – Lito; 581 – Lito; 582 – Lito; 583 – Lito; 584 – Lito; 585 – Lito; 586 – Lito; 587 – Lito; 588 – Lito; 589 – Lito; 590 – Lito; 591 – Lito; 592 – Lito; 593 – Lito; 594 – Lito; 595 – Lito; 596 – Lito; 597 – Lito; 598 – Lito; 599 – Lito; 600 – Lito; 601 – Lito; 602 – Lito; 603 – Lito; 604 – Lito; 605 – Lito; 606 – Lito; 607 – Lito; 608 – Lito; 609 – Lito; 610 – Lito; 611 – Lito; 612 – Lito; 613 – Lito; 614 – Lito; 615 – Lito; 616 – Lito; 617 – Lito; 618 – Lito; 619 – Lito; 620 – Lito; 621 – Lito; 622 – Lito; 623 – Lito; 624 – Lito; 625 – Lito; 626 – Lito; 627 – Lito; 628 – Lito; 629 – Lito; 630 – Lito; 631 – Lito; 632 – Lito; 633 – Lito; 634 – Lito; 635 – Lito; 636 – Lito; 637 – Lito; 638 – Lito; 639 – Lito; 640 – Lito; 641 – Lito; 642 – Lito; 643 – Lito; 644 – Lito; 645 – Lito; 646 – Lito; 647 – Lito; 648 – Lito; 649 – Lito; 650 – Lito; 651 – Lito; 652 – Lito; 653 – Lito; 654 – Lito; 655 – Lito; 656 – Lito; 657 – Lito; 658 – Lito; 659 – Lito; 660 – Lito; 661 – Lito; 662 – Lito; 663 – Lito; 664 – Lito; 665 – Lito; 666 – Lito; 667 – Lito; 668 – Lito; 669 – Lito; 670 – Lito; 671 – Lito; 672 – Lito; 673 – Lito; 674 – Lito; 675 – Lito; 676 – Lito; 677 – Lito; 678 – Lito; 679 – Lito; 680 – Lito; 681 – Lito; 682 – Lito; 683 – Lito; 684 – Lito; 685 – Lito; 686 – Lito; 687 – Lito; 688 – Lito; 689 – Lito; 690 – Lito; 691 – Lito; 692 – Lito; 693 – Lito; 694 – Lito; 695 – Lito; 696 – Lito; 697 – Lito; 698 – Lito; 699 – Lito; 700 – Lito; 701 – Lito; 702 – Lito; 703 – Lito; 704 – Lito; 705 – Lito; 706 – Lito; 707 – Lito; 708 – Lito; 709 – Lito; 710 – Lito; 711 – Lito; 712 – Lito; 713 – Lito; 714 – Lito; 715 – Lito; 716 – Lito; 717 – Lito; 718 – Lito; 719 – Lito; 720 – Lito; 721 – Lito; 722 – Lito; 723 – Lito; 724 – Lito; 725 – Lito; 726 – Lito; 727 – Lito; 728 – Lito; 729 – Lito; 730 – Lito; 731 – Lito; 732 – Lito; 733 – Lito; 734 – Lito; 735 – Lito; 736 – Lito; 737 – Lito; 738 – Lito; 739 – Lito; 740 – Lito; 741 – Lito; 742 – Lito; 743 – Lito; 744 – Lito; 745 – Lito; 746 – Lito; 747 – Lito; 748 – Lito; 749 – Lito; 750 – Lito; 751 – Lito; 752 – Lito; 753 – Lito; 754 – Lito; 755 – Lito; 756 – Lito; 757 – Lito; 758 – Lito; 759 – Lito; 760 – Lito; 761 – Lito; 762 – Lito; 763 – Lito; 764 – Lito; 765 – Lito; 766 – Lito; 767 – Lito; 768 – Lito; 769 – Lito; 770 – Lito; 771 – Lito; 772 – Lito; 773 – Lito; 774 – Lito; 775 – Lito; 776 – Lito; 777 – Lito; 778 – Lito; 779 – Lito; 780 – Lito; 781 – Lito; 782 – Lito; 783 – Lito; 784 – Lito; 785 – Lito; 786 – Lito; 787 – Lito; 788 – Lito; 789 – Lito; 790 – Lito; 791 – Lito; 792 – Lito; 793 – Lito; 794 – Lito; 795 – Lito; 796 – Lito; 797 – Lito; 798 – Lito; 799 – Lito; 800 – Lito; 801 – Lito; 802 – Lito; 803 – Lito; 804 – Lito; 805 – Lito; 806 – Lito; 807 – Lito; 808 – Lito; 809 – Lito; 810 – Lito; 811 – Lito; 812 – Lito; 813 – Lito; 814 – Lito; 815 – Lito; 816 – Lito; 817 – Lito; 818 – Lito; 819 – Lito; 820 – Lito; 821 – Lito; 822 – Lito; 823 – Lito; 824 – Lito; 825 – Lito; 826 – Lito; 827 – Lito; 828 – Lito; 829 – Lito; 830 – Lito; 831 – Lito; 832 – Lito; 833 – Lito; 834 – Lito; 835 – Lito; 836 – Lito; 837 – Lito; 838 – Lito; 839 – Lito; 840 – Lito; 841 – Lito; 842 – Lito; 843 – Lito; 844 – Lito; 845 – Lito; 846 – Lito; 847 – Lito; 848 – Lito; 849 – Lito; 850 – Lito; 851 – Lito; 852 – Lito; 853 – Lito; 854 – Lito; 855 – Lito; 856 – Lito; 857 – Lito; 858 – Lito; 859 – Lito; 860 – Lito; 861 – Lito; 862 – Lito; 863 – Lito; 864 – Lito; 865 – Lito; 866 – Lito; 867 – Lito; 868 – Lito; 869 – Lito; 870 – Lito; 871 – Lito; 872 – Lito; 873 – Lito; 874 – Lito; 875 – Lito; 876 – Lito; 877 – Lito; 878 – Lito; 879 – Lito; 880 – Lito; 881 – Lito; 882 – Lito; 883 – Lito; 884 – Lito; 885 – Lito; 886 – Lito; 887 – Lito; 888 – Lito; 889 – Lito; 890 – Lito; 891 – Lito; 892 – Lito; 893 – Lito; 894 – Lito; 895 – Lito; 896 – Lito; 897 – Lito; 898 – Lito; 899 – Lito; 900 – Lito; 901 – Lito; 902 – Lito; 903 – Lito; 904 – Lito; 905 – Lito; 906 – Lito; 907 – Lito; 908 – Lito; 909 – Lito; 910 – Lito; 911 – Lito; 912 – Lito; 913 – Lito; 914 – Lito; 915 – Lito; 916 – Lito; 917 – Lito; 918 – Lito; 919 – Lito; 920 – Lito; 921 – Lito; 922 – Lito; 923 – Lito; 924 – Lito; 925 – Lito; 926 – Lito; 927 – Lito; 928 – Lito; 929 – Lito; 930 – Lito; 931 – Lito; 932 – Lito; 933 – Lito; 934 – Lito; 935 – Lito; 936 – Lito; 937 – Lito; 938 – Lito; 939 – Lito; 940 – Lito; 941 – Lito; 942 – Lito; 943 – Lito; 944 – Lito; 945 – Lito; 946 – Lito; 947 – Lito; 948 – Lito; 949 – Lito; 950 – Lito; 951 – Lito; 952 – Lito; 953 – Lito; 954 – Lito; 955 – Lito; 956 – Lito; 957 – Lito; 958 – Lito; 959 – Lito; 960 – Lito; 961 – Lito; 962 – Lito; 963 – Lito; 964 – Lito; 965 – Lito; 966 – Lito; 967 – Lito; 968 – Lito; 969 – Lito; 970 – Lito; 971 – Lito; 972 – Lito; 973 – Lito; 974 – Lito; 975 – Lito; 976 – Lito; 977 – Lito; 978 – Lito; 979 – Lito;

AGENDA

Assembleias e reuniões

IV Assembleia da Organização Concelhia de Espinho

Sábado, 20, às 15h, no Centro de Trabalho de Espinho
com a participação de Sérgio Teixeira e António Salavessa

Assembleia da Organização Concelhia de Vila do Conde

Sexta-feira, 19, às 21h30, no Convento do Carmo
com a participação de Emídio Ribeiro

AVEIRO

Reunião distrital de Quadros do Sector de Empresas da DORAV sobre a próxima IV Assembleia da Organização regional e o reforço da organização nas empresas, com a participação do camarada Francisco Lopes: Sexta-feira, 19, às 21h30, no CT de Aveiro.

LISBOA

Plenário/debate do Sector de Serviços, com a participação do camarada José Casanova: hoje, quinta-feira, às 19h30, no CT da Av. Duque de Loulé.

Reunião plenária do O.D. do Sector de Empresas da Cidade de Lisboa: Sexta-feira, 19, às 19h30, no CT da Av. Duque de Loulé

Plenários de células do Sector Público da ORL: PT/SINTAV (no CT Vitória) e EDP (no CT Av. Duque de Loulé) (ambas hoje, dia 18, às 18h30); EPAC/EPAL (dia 23, 18h30, CT Vitória);

Marconi (dia 23, 18h30, CT Duque de Loulé); CTT/INTCT e Petrogal/GDP (ambas dia 24, 18h30, CT Vitória)

Vialonga - Plenário de militantes sobre a situação política internacional, com a participação da camarada Manuela Bernardino: Sábado, 27, às 16, no CT de Vialonga.

OEIRAS

Reunião de eleitos e activistas da CDU nas freguesias do Concelho: Sexta-feira, 19, 21h, CT de Algués

Plenário de militantes de Queijas, com eleição de delegados à V Assembleia da Organização Concelhia: Sábado, 20, às 16h, no CT de Queijas

Plenário de militantes de Carnaxide, com a participação de Vítor Sarmiento: hoje, 18, às 21h30, no CT de Carnaxide. Almoço-convívio da freguesia de Carnaxide: Domingo, 21, às 13h, no CT local.

Assembleia da Organização de Paço de Arcos: Sábado, 20, às 15h

Reunião da Com. Concelhia de Oeiras, preparatória da próxima Assembleia Concelhia: Segunda-feira, 22, às 21h, no CT de Algués.

PORTO

Reunião de Quadros ligados a tarefas de fundos nas organizações concelhias e sectores profissionais, com a participação do camarada Emídio Ribeiro: Sexta-feira, 26, às 21h30, no CT da Boavista.

SANTARÉM

Benavente - Reunião concelhia de Quadros, com a participação do camarada Jorge Cordeiro: Sexta-feira, 19, às 21h, no CT.

Coruche - Reunião concelhia de Quadros, com a participação do camarada Jorge Cordeiro: Sábado, 20, às 15h, no CT do Couço.

SINTRA

Encontro sobre o trabalho autárquico no concelho de Sintra, com a participação de eleitos e candidatos nas listas CDU, de Carlos Chaparro e de responsáveis das organizações do Partido no concelho: Sábado, 20, às 15h, na Igreja de Rio de Mouro

Plenário de militantes de Agualva: Domingo, 21, às 10h30, no CT do Cacém.

1.ª ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO REGIONAL DO ALENTEJO

- Reuniões e assembleias preparatórias -

• Distrito de Évora

Alandroal - Militantes de Terrena - Sexta, 19, às 21h, no CT

- Militantes de Alandroal - Domingo, 21, às 15h, na J. Freguesia

Borba - Concelho de Borba - Sexta, 19, 21h, no CT

Estremoz - Cidade de Estremoz - Sexta, 19, 18h, no CT

- Militantes de Veiros - Segunda-feira, 22, às 21h, na J. Freguesia

- Militantes de S. Domingos - Segunda-feira, 22, às 21h na J. Freguesia

Évora - Freguesia de N.ª Sra. de Machede - Sábado, 20, na Casa do Povo

- Freguesia de Boa Fé - Sexta, 19, às 21h

- Freguesia de N.ª Sra. da Saúde - Sexta, 19, às 21h no CT

- Militantes do centro Histórico de Évora - Sábado, 20, às 14h, no CT

Montemor-o-Novo - Freguesia de Silveiras - Sexta, 19, 20h30, no Centro Cultural

- Militantes de S. Cristóvão e Baldios - Sexta, 19, 20h30, na Esc. Primária

- Militantes de Cabrela - Sexta, 19, 20h30, no CT - Militantes da cidade de Montemor -

Sábado, 20, 20h30, no CT

- Militantes de Foros de Vale Figueira - Sábado, 20, 20h30, no Centro Cultural

Vendas Novas - Sector de Empresas: Quinta, 18, 21h, no CT

- Organizações de Afeiteira, Bombel e Marconi - Sexta, 19, 21h, no CT

- Assembleia de militantes Jovens/Diversos/Construção Civil - Sábado, 20, 21h, no CT

- Assembleia de Mulheres Comunistas do Concelho - Domingo, 21, às 16h, no CT

Redondo - IV Assembleia da Organização Concelhia de Redondo: Sábado, 20, às 15h30, na Casa do Povo

• Distrito de PORTALEGRE

Ponte de Sor - Tranaga - Sexta, 19, às 20 h, na Cooperativa

- Foros do Arrão - Sábado, 20, 18 h, na Casa do Povo

- Vale de Açor - Domingo, 21, 18 h, na Junta de Freguesia

AGRICULTURA EM DEBATE no PORTO

Debate promovido pela Direcção Inter-Regional do Norte sobre

A Agricultura do Norte

com a participação de Lino de Carvalho, Honório Novo, Agostinho Lopes

e CARLOS CARVALHAS

Domingo, 21, às 10h, no Inst. Superior de Engenharia do Porto

PORTUGAL > 2000

Segunda-feira, 22 de Fevereiro

A Europa: prioridades e caminhos

- debate com a participação de

António Avelãs Nunes, Carlos Laranjeiro,

Sérgio Ribeiro

Coimbra, Instituto Português da Juventude - 21h30

Actualidade do ideal comunista

- debate com José Casanova
na Junta de Freguesia da Falagueira
Sábado, 20, às 15h

Colóquio O PORTO e a CULTURA

Hoje, 18,

às 21h30 na Cooperativa Árvore
moderado por Ilda Figueiredo e com
intervenções de (entre outros)

Acácio Carvalho, Borges Coelho,

Carla Romualdo, Filipe Leal,

João Teixeira Lopes, Jorge Araújo,

Júlio Couto, Manuel António Pina,

Mário Cláudio



Assembleia da Organização Regional de Setúbal

Partido Comunista Português

COM O PCP

intervir, lutar, transformar!

20 fev'99 — Pav. Siderurgia Nacional — Paio Pires — Seixal

Sessão de encerramento

às 17h30 com intervenção de

CARLOS CARVALHAS



JCP prepara 6.º Congresso Alguns plenários e iniciativas públicas

PORTO

• Discussão das propostas e eleição delegados das freguesias de Ermesinde e Alfena - CT de Ermesinde, Quinta, 18, às 21h30

• Plenário da Organização do Ensino Secundário - no CT da Boavista, Sábado, 20, às 15h

• Convívios/debates: sobre Defesa Nacional, com Bernardino Soares: CT de Ermesinde, Sexta, 19 às 21h30;

sobre a actualidade do ideal comunista, com Margarida Botelho: CT de Campo, Sábado, 20 às 15h; sob o tema Por que lutam os comunistas, promovido pela OE do Ensino Superior, com Ângelo Alves: Sábado, 20, CT Boavista, 18h

• Reunião do colectivo distrital do Secundário de Coimbra - Sábado, 13

SALVATERRA DE MAGOS

• Debate na Glória do Ribatejo com Aurélio Santos e Paulo Raimundo, sexta-feira, 19: «História, acção e projecto do Partido»

S. BARTOLOMEU DE MESSINES

• Debate: «Educação Sexual Já!», Sábado, 20, às 15h30, na JF de S. Bartolomeu

Os jovens e a toxicodependência

Debate com Francisco Lopes no "Rubro's Bar" / CT da Amadora, Sábado, 20, às 15h

Visitas de informação

Sérgio Ribeiro, deputado do PCP no Parlamento Europeu, desloca-se amanhã a Alcanena para uma visita centrada na indústria de curtumes, estando previstos encontros com a Associação dos Industriais e com o Sindicato dos Trabalhadores de Curtumes, este às 17h, na sede do Sindicato (Edifício do Auditório Municipal).

Em Faro, a CDU promove no próximo sábado durante toda a manhã uma visita dos seus eleitos à freguesia de Montenegro. Com início às 10h30 na Junta de Freguesia, a visita terminará com um almoço no Restaurante Fontainhas.

Em Lisboa, eleitos do PCP na «Coligação Mais Lisboa», dirigentes e outros militantes do Partido visitam no próximo sábado a freguesia de Marvila com o objectivo de abordar junto da população, associações e colectividades as questões que mais afectam os que ali vivem e trabalham. A visita tem início às 14h30 na Pç. Fernando Amaro (Bairro do Condado) e prolonga-se até às 18h.

CDU



COVILHÃ

Jornadas Autárquicas da CDU

Sábado, 20, às 15h, no Cine-Teatro da Covilhã com a participação de Abílio Fernandes, Presidente da CM de Évora

SANTARÉM

Encontro Concelhio da CDU

Sábado, 20, às 15h, na Sala da JF de Pernes

LISBOA

Habitação e segurança

- Sessão-debate em Alcântara

com a participação de Alexandra Gonçalves (AIL)

e José Godinho (presidente da JF de Alcântara)

Sábado, 20, às 16h, na Coop. «A 2.ª Comunidade»

78.º Aniversário do PCP 25 Anos do 25 de Abril

• ALMOÇO COMEMORATIVO • na Quinta da Valenciana
promovido pela Com. Concelhia do Seixal
com a participação de Álvaro Cunhal

Dia 7 de Março, às 13h - Inscrições: Tel. 2216952

Ementa: Aperitivos, sopa, 2 pratos (bacalhau assado no forno e carne de porco à portuguesa), vinhos branco e tinto, licor ou whisky, espumante, sobremesa, café

*

Almoço-convívio da Zona Norte de Lisboa

Dia 27, às 13h, no CT do Lumiar

com a participação de Rosa Rabiais

TELEVISÃO

Quinta, 18

RTP 1

08.00 Infantil
10.00 Praça da Alegria
10.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.55 Esmeralda
15.40 Chiquititas
16.25 O Amigo Público
18.15 País Pais
19.00 País Regiões
19.15 Os Lobos
20.00 Telejornal
21.00 As Lições do Tonecas
21.35 Maria Elisa
23.25 Anúncios de Graça
00.05 24 Horas
00.55 Finalmente de Partida
(de Ruggero Deodato (It./1995)
com Bud Spencer, Philip Michael
Thomas, Ivania Alipizar, Comédia)

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.35 Mogambo
(de John Ford (EUA/1953) com
Clark Gable, Ava Gardner, Grace
Kelly, Donald Sinden, Philip
Stanton. Ver Destaque)
17.30 Euronews
18.00 Informação Religiosa
18.30 Hugo
19.00 Um, Dó, Li, Tá

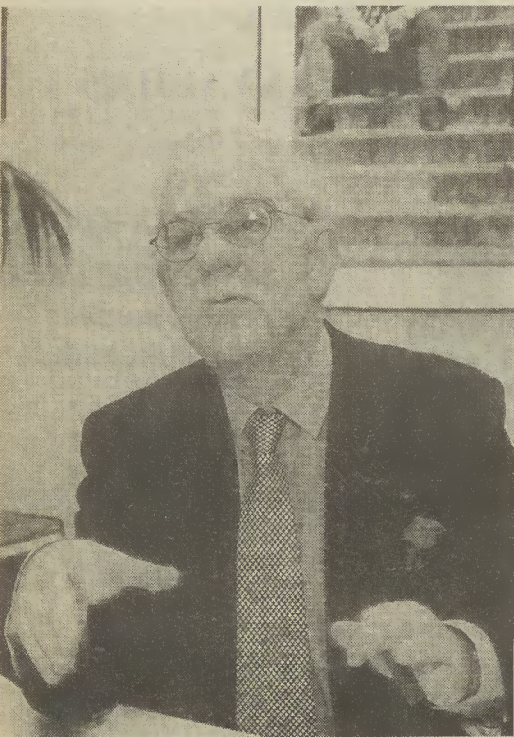
Sexta, 19

RTP 1

RTP1
08.00 Infantil
10.00 Praça da Alegria
10.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.55 Esmeralda
15.40 Chiquititas
16.35 O Amigo Público
18.15 País Pais
19.00 País Regiões
19.15 Os Lobos
20.00 Telejornal
21.05 Uma Casa em Fancos
22.15 Jet Set
22.55 Serviço de Urgência
23.55 24 Horas
00.45 Máquinas
01.30 Polícia Cyborg
(de Sam Firstenberg (EUA/1993)
com David Bradley, Todd Jenseh,
Alohha Shaw. «Thriller»)
03.10 NBA

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.40 A Terra
16.35 Encontros Imediatos
17.30 Euronews
18.00 Informação Religiosa
18.30 Hugo
19.00 Um, Dó, Li, Tá



Carlos Pinto Coelho apresenta hoje a milésima edição do magazine diário de cultura «Acontece», um caso ímpar de longevidade na televisão europeia

20.10 Eu, César
21.00 Portugalmente
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.35 Mil Vezes Acontece
00.05 CIA - Os Guerreiros
Secretos da América

SIC

08.00 Buéréré
12.30 Malucos do Riso
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Juiz Decide
15.00 Fátima Lopes
17.00 Buéréré
17.30 Meu Bem Querer
19.00 Pecado Capital
20.00 Jornal da Noite
21.00 BBC - Vida Selvagem
22.00 Torre de Babel
23.15 Esta Semana
01.00 Da Terra à Lua
02.05 Último Jornal
03.00 Vibrações

TVI

09.00 S.O.S. Urgências
09.45 TVI Jornal
10.00 Animação
12.30 Fascinação
13.30 TVI Jornal
14.00 Serras Azuis
15.05 Mulher Perigosas
16.00 Animação
18.00 As Novas Aventuras do Super-Homem
19.00 Marés Vivas
20.00 Heróis por Acaso
21.00 Directo XXI
22.00 Terra, Conflito Final
23.00 Tempting Fate
(de Peter Werner (EUA/1998) com
Tate Donovan, Ming-Na Wen,
Abraham Benrubi. Ficção
Científica)
01.00 Picar o Ponto
01.50 O Mundo do Futebol
02.20 PSI Factor

SIC

08.00 Buéréré
12.30 Malucos do Riso
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Juiz Decide
15.00 Fátima Lopes
17.00 Buéréré
17.30 Meu Bem Querer
19.00 Pecado Capital
20.00 Jornal da Noite
21.00 Um Sarilho Chamado
Marina
21.30 Ponto de Encontro
22.30 Torre de Babel
23.50 Donos da Bola
02.30 Último Jornal

TVI

09.00 S.O.S. Urgências
09.45 TVI Jornal
10.00 Animação
12.30 Fascinação
13.30 TVI Jornal
14.00 Serras Azuis
15.05 Mulher Perigosa
16.00 Animação
18.00 As Novas Aventuras do Super-Homem
19.00 Marés Vivas
20.00 Heróis por Acaso
21.00 Directo XXI
22.00 Primeira Vaga
23.00 Traição Dupla
(de Michael Keusch (Can.1994)
com Jennifer Tilly, Kelly Preston,
Matt Carven, Patrick Bergin.
«Thriller»)
01.00 Picar o Ponto
01.50 Homens Indomáveis
(de Jay Craven (EUA/1993) com
Bill Raymond, John Grisemer, Mark
Margolis. Drama)
03.45 A Esquadra de Brooklyn



Embora romanceada, a história de Eva e Péron em transmissão na RTP2 ajuda a perceber como se promovia então o «apoio popular» ao fascismo

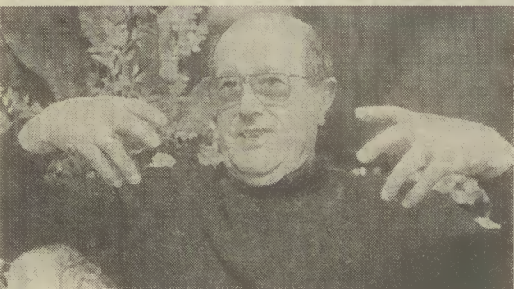
Sábado, 20

RTP 1

08.00 Infantil/Juvenil
11.35 Made in Africa
12.35 Companhia dos Animais
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Top+
15.05 Saber & Fazer
15.35 Amigos
16.15 O Rapaz e o Mundo
16.45 Primeira Vez
17.55 Futebol: Braga-Boavista
20.00 Telejornal
21.05 Santa Casa
23.25 Miguel Ângelo ao Vivo
00.35 Carnaval
01.15 24 Horas
01.55 Três Desejos
(de Martha Coolidge (EUA/1995)
com Patrick Swayze, Mary Elizabeth
Mastrantonio, Joseph Mazzello,
Fantasia / Romântico)

RTP 2

09.00 Universidade Aberta
13.00 Cidade Louca
13.30 Dinheiro Vivo
14.00 Parlamento
15.00 Desporto 2
18.40 Blake e Mortimer



19.10 2001
19.40 Os Simpsons
20.10 Horizonte
20.50 Caminho das Estrelas
22.00 Jornal 2
22.35 O Lugar da História
23.35 Allô, Allô!
00.05 Crimes do Pior
00.35 Smith e Jones
01.00 Tess
(de Roman Polanski,
Fr./Gr.Br./1979, com Nastassja
Kinski, John Collin, Tony Church,
Peter Firth, John Bett, Tom
Chadbon. Ver Destaque)

SIC

08.00 Buéréré
11.55 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Regresso de Henry
(de Mike Nichols, EUA/1991, com
Harrison Ford, Annette Bening,
Donald Moffat. Drama)
16.00 Big Show Sic
20.00 Jornal da Noite
21.00 Mundo VIP
22.00 Ai os Homens!
23.15 Mulher
00.15 O Sexo e a Cidade
00.45 Pista Explosiva
(de Michael Fishen, EUA/1995,
com Anthony Edwards, Lance
Henriksen, Betsy Russell. Acção)
02.50 Último Jornal

TVI

09.00 S.O.S. Urgências
09.35 Animação
13.30 Desporto
14.55 Acção em Acapulco
15.45 Noite Trágica
(de Richard Heffron, EUA/1996,
com Kelly Rutherford, Chris
Sarandon, Simon MacCorkindale.
Drama)
17.25 Fugitivo Acidental
(de Adam Rifkin, EUA/1994, com
Charlie Sheen, Henry Rollins, Josh
Mostel, Ray Wise. Comédia / Acção)
19.00 North, o Puto Maravilha
(de Rob Reiner, EUA/1994, com
Bruce Willis, Dan Aykroyd, Jon
Lovitz, Kathy Bates, Kelly McGillis.
Drama)
21.00 Directo XXI
22.00 Mais Forte Que o Sangue
(de Michael Fisher, EUA/1993, com
Peter Strauss, Rachel Ticotin, Lynn
Whitfield. Drama)
24.00 Combate Mortal
(de Kevin Droney, EUA/1995, com
Christopher Lambert, Bridgett
Wilson, Linden Ashby. Ficção
Científica)
02.00 Nostalgia
(de Andrei Tarkowsky, It./1983, com
Oleg Yankowsky, Domiziana
Giordano, Erland Josephson.
Drama)

Segunda, 22

RTP 1

08.00 Infantil
10.00 Praça da Alegria
10.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.55 Esmeralda
15.40 Chiquititas
16.25 O Amigo Público
18.15 País Pais
19.00 País Regiões
19.15 Os Lobos
20.00 Telejornal
21.00 Nós, os Ricos
21.35 Canções da Nossa Vida
23.05 A Guerra Fria
24.00 24 Horas
00.35 RTP/Financial Times
00.55 Máquinas
01.35 Amigos

Domingo, 21

RTP 1

08.00 Infantil / Juvenil
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Made in Portugal
14.55 Que Vida Esta
16.15 Sub 26
17.55 Novos Heróis
18.45 GLx
19.30 Domingo Desportivo
20.00 Telejornal
20.50 Débora
22.00 Docas 2
23.00 Domingo Desportivo
00.30 Perigo Iminente
01.25 24 Horas

RTP 2

09.30 Novos Horizontes
10.30 Missa
11.20 Um Mergulho no Mundo
12.10 Heróis em Acção
13.40 Evita Peron
14.30 Sarilhos com Elas
15.00 Desporto 2
18.00 Jornal de África
18.55 A História de Nikita
19.40 Bom Bordo
20.05 Os Simpsons
20.30 Onda Curta

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.40 Rumo ao Sul
16.35 O Nosso Charly
17.30 Açores
18.00 Informação Religiosa
18.30 Universidade Aberta
19.00 Hugo
19.30 Um, Dó, Li, Tá
21.05 Portugalmente
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.50 The Crown
and the Country
23.20 Ler para Crer
00.20 A Noite com Jools Holland

SIC

08.00 Buéréré
11.00 SIC 11 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Juiz Decide
15.00 Fátima Lopes
17.30 Camilo na Prisão
19.00 Pecado Capital
20.00 Jornal da Noite
21.00 Torre de Babel
22.00 Roda de Milhões
00.10 Salazar
01.15 Último Jornal
01.50 Os Filmes do Século
(Viver a Sua Vida, filme de Jean-
Luc Godard, Fr./1963, com Anna
Karina, Saddy Rebbot, André S.
Labarthe, Guylaine Schlumberger.
Ver Destaque)
04.15 Vibrações

TVI

09.00 S.O.S. Urgências
09.45 TVI Jornal
10.00 Animação
12.30 Fascinação
13.30 TVI Jornal
14.00 Serras Azuis
15.05 Mulher Perigosa
16.00 Animação
18.00 Heróis por Acaso
19.00 As Novas Aventuras do Super-Homem
20.00 Marés Vivas
21.00 Directo XXI
22.00 Homem de Guerra
(de Perry Lang, EUA/1994, com B.
D. Wong, Charlotte Lewis, Dolph
Lundgren, Kevin Tighe. Acção)
24.00 Carne para Frankenstein
(de Paul Morrissey e Antonio
Margheriti, It./1974, com Joe
Dalessandro, Monique Van Vooren,
Udo Kier. Terror)
02.30 Doido por Ti
03.10 Feedback

Terça, 23

RTP 1

08.00 Infantil
10.00 Praça da Alegria
10.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.40 Esmeralda
15.35 Chiquititas
16.25 O Amigo Público
18.15 País Pais
19.00 País Regiões
19.15 Os Lobos
20.00 Telejornal
21.00 Cromos de Portugal
21.30 Herman 99
23.45 Cuba
Segundo Saramago
00.45 24 Horas
01.30 Sequest, Brigada
Submarina

Quarta, 24

RTP 1

08.00 Infantil
10.00 Praça da Alegria
10.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.55 Esmeralda
15.40 Chiquititas
16.30 O Amigo Público
18.15 País Pais
19.05 País Regiões
19.15 Os Lobos
20.00 Telejornal
21.00 Diário de Maria
22.10 O Último Imperador
(de Bernardo Bertolucci,
Ch./It./Gr.Br./1987, com John Lone,
Joan Chen, Peter O' Toole, Victor
Wong. Ver Destaque)
00.25 24 Horas



Uma equipa da RTP1 acompanhou Saramago na visita a Cuba, pelo 40º aniversário da Revolução. Para ver 3ª à noite

Com apenas 90 anos, Manoel de Oliveira teve direito a festa no Rivoli do Porto e a SIC vai transmiti-la no Domingo

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.40 Retrato de Família
(de Luís Galvão Teles,
Port./Esp./Lux./1991, com Joaquim
de Almeida, Maria de Medeiros,
Paola Dominguin, Carmen Dolores.
Ver Destaque)
17.30 Euronews
18.00 Informação Religiosa
18.30 Hugo
19.00 Um, Dó, Li, Tá
20.15 A Parte de Leão
21.05 Portugalmente
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.50 The Crown
and the Country
23.20 Ler para Crer
00.20 A Noite com Jools Holland

SIC

08.00 Buéréré
11.00 Sic 11 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Juiz Decide
15.00 Fátima Lopes
17.30 Camilo na Prisão
19.00 Pecado Capital
20.00 Jornal da Noite
21.00 Médico de Família
22.00 Torre de Babel
23.15 Casos de Polícia
00.15 Balada de Nova Iorque
01.15 Toda a Verdade
02.20 Último Jornal
03.15 Vibrações

TVI

09.00 S.O.S. Urgências
09.45 TVI Jornal
10.00 Animação
12.30 Fascinação
13.30 TVI Jornal
14.00 Serras Azuis
15.05 Mulher Perigosa
16.00 Animação
18.00 Heróis por Acaso
19.00 As Novas Aventuras do Super-Homem
20.00 Marés Vivas
21.00 Directo XXI
22.00 Homem de Guerra
(de Perry Lang, EUA/1994, com B.
D. Wong, Charlotte Lewis, Dolph
Lundgren, Kevin Tighe. Acção)
24.00 Carne para Frankenstein
(de Paul Morrissey e Antonio
Margheriti, It./1974, com Joe
Dalessandro, Monique Van Vooren,
Udo Kier. Terror)
02.30 Doido por Ti
03.10 Feedback

01.15 Rotações
01.55 Da Apollo às Estrelas

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.40 Derrick
16.35 Páginas Negras
de Patricia Highsmith
17.30 Euronews
18.00 Informação Religiosa
18.30 Hugo
19.00 Um, Dó, Li, Tá
19.30 Basquetebol: Portugal-
Hungria
21.00 Portugalmente
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.50 Zoom
23.45 Carlos Cruz
00.45 Dharma e Greg

SIC

08.00 Buéréré
11.00 Sic 11 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Juiz Decide
15.00 Fátima Lopes
17.30 Camilo na Prisão
19.00 Pecado Capital
20.00 Jornal da Noite
21.05 Conversa da Treta
21.30 Cantigas de Mal Dizer
22.30 Torre de Babel
23.45 O Padrinho - Parte III
(de Francis Ford Coppola,
EUA/1990, com Al Pacino, Diane
Keaton, Talia Shire, Andy Garcia,
Eli Wallach, Joe Mantegna, Bridget
Fonda. Ver Destaque)
02.50 Último Jornal
03.25 Noites Longas: Livros
Falados

TVI

09.00 S.O.S. Urgências
09.45 TVI Jornal
10.00 Animação
12.30 Fascinação
13.30 TVI Jornal
14.00 Serras Azuis
15.05 Mulher Perigosa
16.00 Animação
18.00 Heróis por Acaso
19.00 As Novas Aventuras do Super-Homem
20.00 Marés Vivas
21.00 Directo XXI
22.00 Assalto em L.A.
(de F. Gary Gray, EUA/1996, com
Blair Underwood, Jada Pinkett,
Kimberly Elise, Quenn Laffont.
Acção)
24.00 Os Vigilantes
01.00 Doido por Ti
01.50 Lanterna Mágica
02.20 A Esquadra de Brooklyn

Nota:
A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...

Mogambo

(Quinta, 15.45, RTP2)

Situada em pleno Quênia, esta emocionante história de paixões tórridas vem cruzar, nos seus caminhos, duas mulheres e um caçador cuja profissão é a captura de animais para os jardins zoológicos. Vagamente inspirado num anterior filme (Red Dust) de Victor Fleming, Mogambo tem, respectivamente, em Ava Gardner e Grace Kelly, duas brilhantes intérpretes que dão corpo a um tema caro a John Huston: as consequências de um momento trágico no comportamento dos indivíduos e a progressiva tomada de consciência destes perante si próprios e os outros.

Feliz Natal, Mr. Lawrence

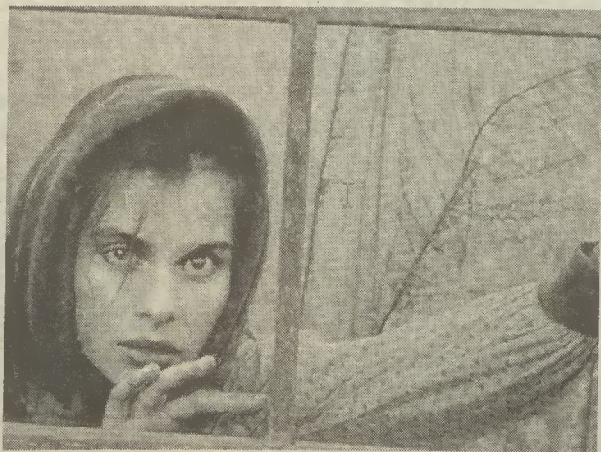
(Sexta, 22.55, RTP2)

Este filme de Nagisa Oshima, em grande parte com diálogos em inglês, debruça-se sobre o choque de mentalidades entre ocidentais e orientais, aqui experimentado no excelente laboratório que é um campo de prisioneiros de guerra japonês, através da crueldade que um implacável capitão, oriundo de uma família de samurais, exerce sobre os prisioneiros, até que chega ao campo um jovem oficial britânico que perturba profundamente (com consequências decisivas para a sua vida) o tipo de relações até aí imposto no estabelecimento prisional. Com magníficas interpretações de David Bowie, Tom Conti e Ryuichi Sakamoto.

Tess

(Sábado, 01.00, RTP2)

Em Inglaterra, nos finais do século XIX, um pobre lavrador descobre que tem uma descendência de grande linhagem e envia a sua filha Tess para casa dos burgueses que tomaram esse título. Pouco tempo depois de ali chegada, Tess é engravidada pelo filho da família, Sir Alec, e volta para casa de seus pais, mas o bebé morre. Após ter-se empregado numa vacaria, Tess provoca os amores do filho de um pastor e casa-se com ele mas, na noite de núpcias, tendo-lhe revelado o seu passado, provoca o seu desespero e a sua partida para o Brasil. Depois de uma espera de longo tempo, Tess resigna-se então a casar com Sir Alec. Mas o marido regressa e Tess acaba por



Nastassja Kinski em «Tess», de Roman Polanski

personalidade e pela vida do grande autor francês está longe de ser teatro filmado e ultrapassa até o simples lado biográfico de Molière para se tornar, muito mais, um retrato de uma época contraditória como foi a de Louis XIV com as suas grandezas e misérias, as suas luzes e o seu obscuratismo. Um filme barroco, por vezes poético e extremamente belo.

Viver a sua Vida

(Segunda, 01.50, SIC)

Dividindo o percurso de Nana em doze quadros (os quais não são, dramaticamente, os mais importantes da sua vida mas, seguramente, os mais significantes) Jean-Luc Godard dá-nos a ver, neste seu celebrado filme, o quotidiano de uma empregada de discoteca, enfiada com a sua relação com o namorado, um jornalista falhado, que começa a prostituir-se «dando o seu corpo mas guardando a sua alma» (no dizer do realizador) «atravessando como se fossem aparências uma série de aventuras que lhe permitem conhecer todos os sentimentos humanos profundos possíveis». Planos-sequência

filme cujo argumento escreveu de parceria com Jean-Louis Comolli. Trata-se de uma história dramática que nos revela um triângulo amoroso constituído por pai, mãe e filha, com boas interpretações de Joaquim de Almeida, Carmen Dolores e Maria de Medeiros.

O Último Imperador

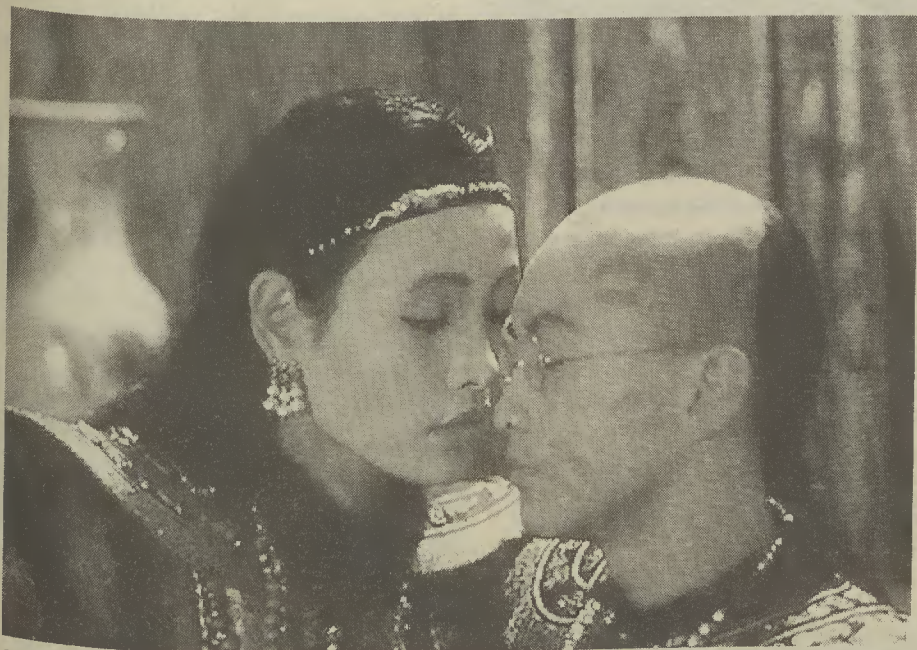
(Quarta, 22.10, RTP1)

Pu Yi, o último imperador da China, sucede apenas com três anos de idade à imperatriz Ts'en Hi em 1912, data em que há uma mudança de dinastia no país. Tornado «pessoa privada», Pu Yi é recuperado pelos japoneses em 34 que fazem dele imperador (nominal) da Manchúria por eles ocupada. Mas esta ficção termina quando o exército soviético põe termo à ocupação japonesa. Enviado para a China já depois da Revolução, ele é reeducado politicamente, torna-se um trabalhador como os outros e quando morre, em 67, é um simples jardineiro. Um filme admirável de Bernardo Bertolucci que nos devolve com grande talento (e servindo-se das esplendorosas imagens de Vittorio Storaro) toda a evolução e convulsão de uma época marcante na História. Nove Oscars, em nove nomeações!

O Padrinho III

(Quarta, 23.45, SIC)

Tantas vezes foi já transmitida pelas televisões a saga de Coppola que basta apenas chamar mais uma vez a atenção para o progressivo refinamento dos dispositivos dramáticos. É que, com esta terceira e última parte, o espectador fica de novo preso à trama, como se a história da família Corleone, agora chefiada por Michael já na maturidade, se transformasse numa tragédia shakespeariana. Sem esquecer o punhado de cenas inesquecíveis representadas por Al Pacino e Diane Keaton (em grande forma), mas também a atenção crítica dada aos sinais vindos da realidade exterior – com referências explícitas aos escândalos de corrupção ao mais alto nível, em particular aqueles em que a Democracia Cristã italiana e o próprio Vaticano estiveram envolvidos. Uma prodigiosa mescla da ficção com a realidade, brilhantemente escrita para o cinema pelo próprio Coppola e por Mario Puzo – como se estivessemos perante o libreto de uma grande ópera. Indispensável!



Um fotograma de «O Último Imperador», de Bernardo Bertolucci



Uma das melhores sequências de «O Padrinho III», de Francis Ford Coppola

CABO & SATÉLITE

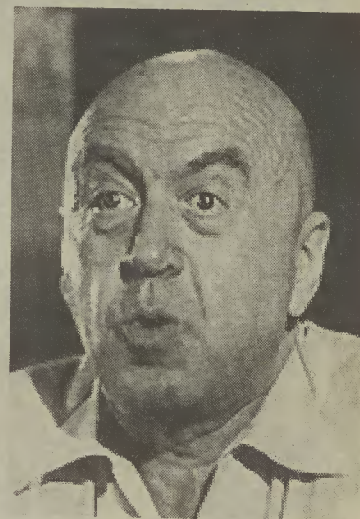
O Espírito de Weimar

Mais uma noite temática certamente interessante de ver no canal **Arte**. Desta vez, a noite é dedicada a **Weimar**, cidade com uma história riquíssima. Mas, também, uma cidade simbólica da ambiguidade da História da Alemanha destes dois últimos séculos: centro da vida cultural alemã, em finais do século XVIII, com **Schindler, Herder e Goethe** dando-lhes a sua aura mítica; berço da primeira República Alemã em 1919 (precisamente, a «República de Weimar»); mas, também, nos anos 30, berço das juventudes hitlerianas e sede do terrível campo de concentração de **Buchenwald**, a dez quilómetros da casa de **Goethe**. Numa emissão conduzida por **Martin Hübner**, veremos um documentário intitulado «**O Espírito de Weimar**» (1998, de **Peter Merseburger**); um outro documentário, «**Un Nouveau Départ**», sobre as perspectivas da próxima cidade capital da cultura europeia; e, finalmente, um impressionante filme da cinematografia da ex-RDA, «**Nu entre os Lobos**» (1962, de **Frank Beyer**) sobre o caso real de uma criança judia encontrada numa mala pelos prisioneiros daquele campo, que vão tentar conservá-la escondida e preservada da morte. (Arte, Quinta-feira, entre as 19.40 e as 23.15)



O ciclo dedicado a Otto Preminger

Não há nada a fazer: a imperiosa necessidade leva-nos a aconselhar-vos outra emissão do **Arte**. Trata-se da continuação do ciclo especial dedicado ao cineasta austríaco **Otto Preminger** (durante a maior parte da sua carreira radicado nos EUA), com a particularidade de hoje ser apresentada uma versão restaurada pelo **Bundesarchiv / Filmarchiv** do primeiro filme do realizador, datado de 1931, realizado ainda na Áustria e intitulado **Die Grosse Liebe**, que se julgava irremediavelmente perdido e que foi completado com sequências encontradas na cinemateca suíça. Sobre tudo para os cinéfilos, a não perder em caso algum! (Arte, Sexta-feira, das 22.55 às 00.30)



Mussorgsky e o seu

«Boris Goudonov»

Se está interessado em seguir a noite temática do **Arte**, não perca entretanto uma outra emissão excepcional no **Muzzik**, por coincidência também hoje à noite, Quinta-feira. Aconselhamos-lhe, assim, vivamente, a utilizar o gravador de vídeo para gravar, a partir das 20 horas, o filme (1989) de **Andrzej Zulavski** da ópera «**Boris Goudonov**» do grande compositor russo **Modest Mussorgsky** (com **Ruggero Raimondi** e **Kenneth Riegel**), seguido de um documentário sobre o *making of* deste filme e de uma outra versão da mesma ópera, esta encenada por **Herbert Wernicke**. (Muzzik, Quinta-feira, entre as 20 horas e as 02.20)



admiráveis num filme tecnicamente virtuosístico, com Anna Karina no principal papel.

Retrato de Família

(Terça, 15.35, RTP2)

Depois de um longo período de dez anos sem realizar qualquer filme, o cineasta português Luís Galvão Teles regressou em 91 com a adaptação livre de O Incesto (de Mário de Sá-Carneiro) para um

Molière

(Domingo, 00.45, TVI)

Embora realizado por uma mulher do teatro - Arianne Mnouchkine, à época directora do Théâtre du Soleil - este filme inspirado pela

assassinar Sir Alec fugindo com o marido para a província, onde vivem alguns momentos de felicidade até ambos serem presos pela polícia. Tal é o argumento desta obra de Roman Polanski à qual, independentemente das fabulosas imagens que o filme apresenta, a crítica aponta com alguma justiça certas reservas, sobretudo na adaptação da obra original de Thomas Hardy e na visão de um universo com o qual Polanski nada tem a ver e visivelmente se lhe revelou de todo estranho. Com Nastassja Kinski e John Collin nos principais papéis.

Assim vai a televisão

Ainda uma pessoa aí pela rua e, na voregem da correria, nem repara nas centenas e centenas de mensagens que, parecendo à primeira vista inofensivas ou terem sido ali colocadas com inocente intenção, acabam por se insinuar como verdades absolutas ou por se transformar, às vezes, em declarações de princípio definitivas, acima de qualquer suspeita ou contestação e não deixando margem para discussão.

Por exemplo, na última semana, dei comigo a topar, com uma insistência para além do suportável, com três caras conhecidas de personalidades das mais poderosas deste país (não estou a brincar!) cujas intenções – naquilo que era a reprodução e ampliação da capa de uma revista de propaganda televisiva colada num placard de publicidade – eram sinteticamente resumidas a três significativas citações.

Em relação a uma dessas personalidades, **Emídio Rangel**, a frase citada não enganava e, traduzindo com tão exemplar clareza o que lhe vai no espírito, não merece que dela nos ocupemos com demasiadas delongas. Dizia a frase: «quando não há competição, inventamo-la!», ou seja, a expressão mais adequada para traduzir toda uma filosofia de vida, aliás, inteiramente correspondente a muitos dos tiques da estação que o mesmo dirige: a de que os fins justificam os meios.

Uma segunda personalidade presente na capa da revista era **José Eduardo Moniz**, conhecido por ter sido um dos principais responsáveis pela completa descaracterização da RTP como serviço público de televisão e de (aparentemente sem sequer fazer qualquer sacrifício em dar vários tiros nos pés) assim ter degradado a estação, a ponto de ela estar mais «preparada» para enfrentar a concorrência da televisão privada...

Hoje, **Moniz** tornou-se, com o êxito que se sabe, responsável da programação da T V I,

casso que continua a ser a insistência suicida numa programação caríssima que, a nível da RTP 1 (apesar do fausto e da ruideira desmesurada de certas produções para encher o olho e dos continuados resquícios de piroseira e péssimo gosto) não consegue competir com a concorrência, numa estratégia sem qualquer rentabilidade visível em termos de audiências. Com a agravante de a principal consequência ter sido a atribuição exclusiva à RTP 2 de certas características de «televisão de referência» que deveriam ser estendidas harmoniosamente aos dois canais e não transformando esta última num gueto de programação dita de maior qualidade e, portanto, estreitando uma faixa de espectadores que poderia e deveria ser mais alargada.

Mas será isto mesmo assim? Estará a RTP 2 isenta de absurdos de programação? Bom, para além daqueles que aqui temos apontado em ocasiões anteriores, sobressai hoje o que se refere ao critério de escolha de certas séries televisivas.

Por exemplo, dei comigo anteontem a ver uma série apresentada como sendo das mais espectaculares dos últimos tempos. Chama-se ela «Nash Bridges», já vai na sua quarta temporada nos EUA, e conta-nos as peripécias de um grupo de acções especiais da polícia de S. Francisco (o SIU, *Special Investigators Unit*) e do seu mais destemido inspector, o tal Nash Bridges que dá o nome à série, interpretado pelo inefável **Don Johnson** (*Miami Vice*, entre outras mistelas).

Trata-se de um exemplo notório do nível primário a que hoje chegou a fabricação em série deste tipo de produtos televisivos nos EUA. Particularmente significativa é a circunstância (à primeira vista contraditória) de se poder constatar como o progresso de evolução tecnológica neste domínio tem nivelado por baixo e determinado uma standardização de processos técnicos e de dispositivos dramaturgicos que, com maior ou menor rasgo, se generalizaram à produção das várias séries – com consequências decisivas na banalização do modo de produção da indústria cinematográfica e no próprio modo de fruição do audiovisual em geral.

Por exemplo, como é patente em «Nash Bridges», a maleabilidade da *steady-camera*, ao tornar corriqueiros os mais complexos movimentos de câmara, contribuiu objectivamente para impedir os rasgos de transcendência da *mise-en-scène* de qualidade. Também a filmagem de determinadas cenas com intensidade de diálogo em *campo-contra-campo* através da utilização de várias câmaras em simultâneo, obviando por um lado o risco do *raccord* falhado, não deixou de empobrecer, com a linearidade «naturalista» da escrita televisiva daí resultante, a especificidade da própria montagem, enquanto decisivo factor criativo. E o abuso da chamada *câmara lenta* nas cenas de acção, impediu o efeito de tensão dramática que a sua utilização excepcional estava destinada a provocar.

Que alguém tenha decidido, conforme veio a público, trans-

ferir agora esta série para a RTP 1, é significativo de que houve grave equívoco ao programá-la para a RTP 2. Mas a sua própria transferência para a RTP 1 não deixa também de ser significativa de outra perversão: a de que é para ali que deve continuar ir o lixo televisivo!

Face a isto, como é possível ninguém ter reparado na enormidade que era aquele slogan na semana passada abundantemente transmitido no spot da RTP a propósito da cobertura do Congresso do PS, e que rezava assim: «RTP, sempre que é preciso, uma televisão a sério»!!!

TVISTO

■ Francisco Costa



Centenário de António Aleixo

Passa hoje, dia 18 de Fevereiro, o centenário de nascimento de António Aleixo. No próximo mês de Novembro, no dia 16, perfazem-se 50 anos sobre a sua morte. O ano de 1999 apresenta-se pois como especialmente apropriado para a evocação da memória e da obra ímpar do grande poeta algarvio.

A ideia de se realizar este ano um Congresso sobre António Aleixo foi mesmo lançada há dias, em Vila Real de Santo António, terra do nascimento do poeta. A sugestão partiu do Prof. Vilhena Mesquita, Presidente da Associação de Jornalistas e Escritores do Algarve (AJEA), no concorrido acto de lançamento do livro de poemas de *Neurónios flutuantes*, de José Cruz, antigo deputado e eleito municipal do PCP.

As comemorações do centenário do autor de *Quando começo a cantar* podem juntar-se muito bem às grandes celebrações dos 25 anos do 25 de Abril.

Foi o Dr. Joaquim Magalhães, grande divulgador da obra de Aleixo, que, depois de lembrar que as edições de *Este livro que vos deixo...* lançadas em 1969 e 1970 ocuparam o primeiro lugar nas vendas e se esgotaram, salientou num prefácio de 1975: «Cremos que lhe deve ser reservado lugar cimeiro no processo de formação do Portugal novo.»

António Aleixo viveu, na verdade, grande parte da sua vida adulta sob a ditadura fascista e nas injustíssimas condições sociais por ela conservadas e agravadas.

Foi guardador de rebanhos, vendedor de cautelas, cantor popular de feira em feira, debatendo-se em largos períodos da vida com a extrema pobreza e a doença.

A sua poesia exprime, naturalmente, esta duríssima situação pessoal, por exemplo, quando nos diz: *A vida é uma ribeira;/ caí nela infelizmente.../ hoje vou, queira ou não queira,/ aos trambolhões, na corrente.* Ou em quadras onde perpassa a sua experiência de pobre: *A esmola não cura a chaga;/ mas quem a dá não percebe/ que ela avilta, que ela esmaga/ o infeliz que a recebe.*

O poeta ergue-se contudo acima desta condição pessoal para olhar à sua volta e pensar o mundo: *Eu não tenho vistas lar-*

gas,/ nem grande sabedoria,/ mas dão-me as horas amargas/ lições de filosofia.

É assim que Aleixo observa e denuncia, com raro sentido de classe, as grandes injustiças sociais da sociedade que o cerca e que nos cerca ainda hoje: *Quantas sedas aí vão,/ quantos brancos colarinhos,/ são pedacinhos de pão/ roubados aos pobrezi-nhos.* Ou levando a crítica ao fundo da sociedade capitalista: *A ninguém faltava pão,/ se este dever se cumprisse:/ - ganharmos em relação/ com o que se produzisse.*

O poeta percebe que para que isso aconteça é necessário esvaziar os balões da mentira e da demagogia com que povo é enganado. Por isso sentencia: *Só quando a hipocrisia/ cair do seu pedestal,/ nascerá, dia após dia,/ um sol p'ra todos igual.*

O poeta também percebe que a construção de um mundo melhor depende da atitude de cada um de nós, daí a exortação: *O mundo só pode ser/ melhor do que até aqui/ - quando consigas fazer/ mais p'los outros que por ti!*

Tanto como a mais profunda injustiça social, a repressão política era outra das circunstâncias dominantes no país, sob a ditadura fascista. Por isso ele também denunciou a insensatez dessas práticas autoritárias: *Anda, a galope ou a trote,/ uma besta à chicotada;/ mas, dos homens a chicote,/ ninguém pode fazer nada.*

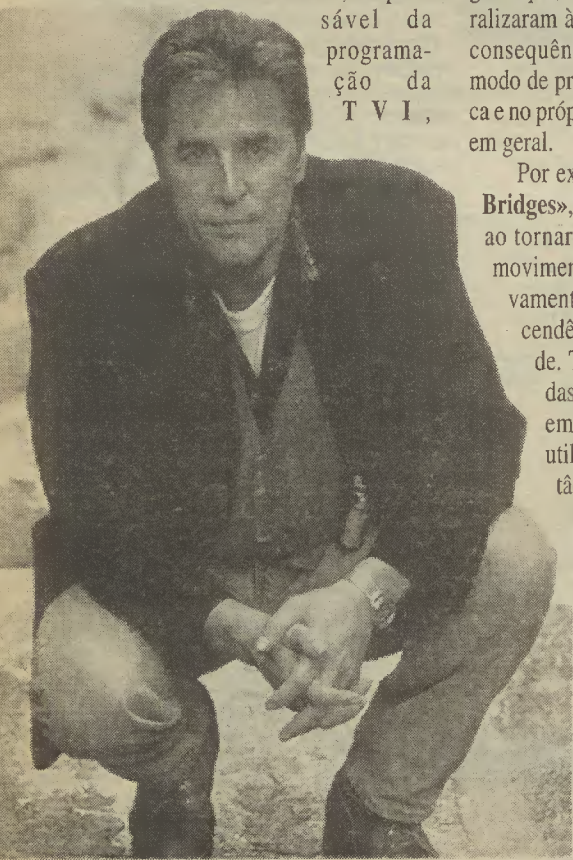
No entanto, conhecendo os custos da luta contra a opressão, advertiu: *Que importa perder a vida/ em luta contra a traição,/ se a Razão, mesmo vencida,/ não deixa de ser Razão?*

Sabe-se que António Aleixo era meio analfabeto. Lia e parece ter lido alguns bons livros que ajudaram as suas *lições de filosofia*, mas escrevia com dificuldade. Julgo, no entanto, que das poucas simplificações que atrás deixei ressaltar, claramente, a par de um conteúdo repassado das mais elevadas aspirações sociais, a justeza e o rigor da linguagem, a força dos conceitos, a eficácia das imagens e sobretudo a forma lapidar dos seus versos.

Bem merece ser lembrada, estudada, valorizada e celebrada esta rara inspiração poética que se afirmou, mesmo nas mais desfavoráveis condições sociais e culturais, com tanta força e beleza!

VARIANTES

■ Carlos Brito



agora praticamente esvaziada de produção própria e praticamente transformada em canal de transmissão (aos sábados e domingos em sessões contínuas) de filmes e telefilmes de quinta categoria. E o tal **Moniz** era, então, citado a dizer: «gostaria que fôssemos a TV surpresa». Assim, sem mais nem menos!

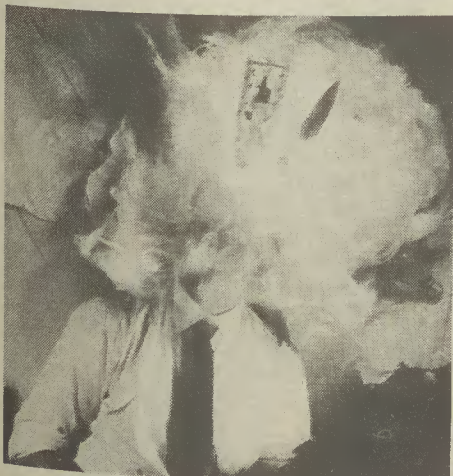
Deixei para último lugar, a personalidade hoje em dia de maior responsabilidade na estação da 5 de Outubro. **Maria Elisa** era citada a afirmar, aparentemente sem estremece, «não abdicamos da dignidade e da qualidade» - isto quando toda a gente já há muito se apercebeu do tremendo fra-

EFEMÉRIDES

EXPOSIÇÕES

Auto-Retratos na Gulbenkian

Inaugurou-se na passada Sexta-feira no Centro de Arte Moderna (FCG) uma exposição intitulada «Auto-Retratos». Pretende-se, com esta exposição, inseri-la no corpo mais vasto de um projecto que consiste em apresentar obras particularmente interessantes do rico acervo do Centro de Arte

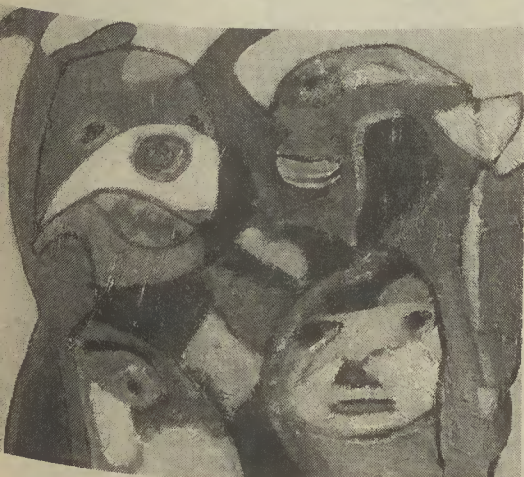


Fernando Lemos: Auto-Retrato

Moderna. «Auto-Retratos», como o título indica, é um dos núcleos temáticos pelos quais aquele acervo pode dividir-se e reúne mais de 50 obras de vários autores, que vão do primeiro modernismo até à produção contemporânea.

Pintura de Cidália Rodrigues

É hoje inaugurada na Galeria Municipal Gymnásio (R. da Misericórdia) uma exposição de

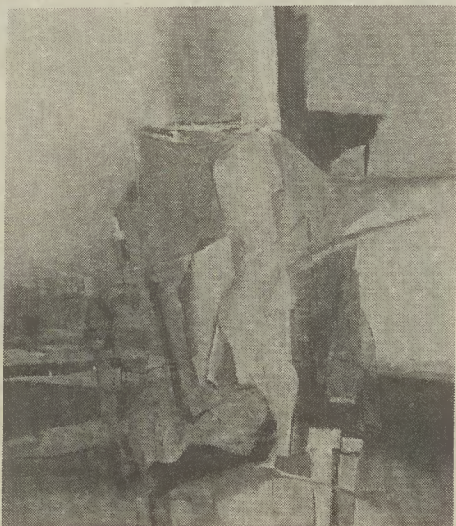


José Narciso: sem título

pintura de Cidália Rodrigues subordinada ao título «Segredos que a Luz não Adormece». Segundo Alvaro Moura, no texto de apresentação da exposição, trata-se de «pintura de grande interioridade e de uma forma poética como só ela consegue falar as alegrias, os dramas que a rodeiam ou preocupam. Pintura de beleza, técnica e expressão plástica... mas sobretudo um recado de amor». Na inauguração desta exposição, que continuará patente ao público até 16 de Março, haverá uma participação musical de Luís Garcês.

Obras de José Narciso em Sintra

Curiosamente, é a pintora Cidália Rodrigues que, num texto de apresentação, nos fala da obra do pintor José Narciso cuja exposição intitulada



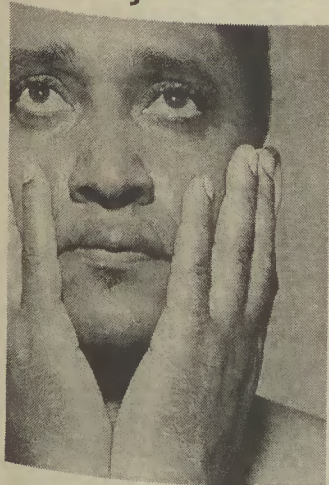
Cidália Rodrigues: «Vejo que a Vida está onde Eu estou»

«Máscaras – Segredo de Sentimentos» foi inaugurada no passado dia 5 e se manterá até 28 do corrente: «Narciso realiza a pintura como um acto espectacular, com convicção de, por este meio, poder intervir ou interferir na natureza das coisas, transformar a realidade. (...) Não é a tradução em termos lógicos do que se passa. É a própria comunicabilidade do reviver uma linguagem própria. Não está vazia de ideias e de conceitos. Tudo o que é humano existe profundamente nela.» A exposição realiza-se, com o apoio da Câmara Municipal de Sintra, no 2.º Piso da Galeria Municipal de Fitaes (Estrada Marquês de Pombal, Rincão).

CANÇÕES

Cantar Angola

Depois de ter vivido uma temporada no Brasil, onde gravou com vários nomes da música popular brasileira, entre os quais Chico Buarque, o cantor angolano Waldemar Bastos está presentemente radicado no nosso país. É pois com natural expectativa que se aguarda o recital que o excelente cantor vai apresentar no Grande Auditório da Culturgeste na próxima Terça-feira pelas 21.30. No texto de apresentação do recital, afirma-se que «as músicas que o inspiram deixam transparecer a nostalgia do fado, a languidez da bossa nova brasileira ou os ritmos abruptos da herança africana. Será assim curioso ouvir uma canção que começa num clima de tristeza e saudade incomensuráveis e acaba em trepidações de um samba despreocupado». A ouvir vamos!

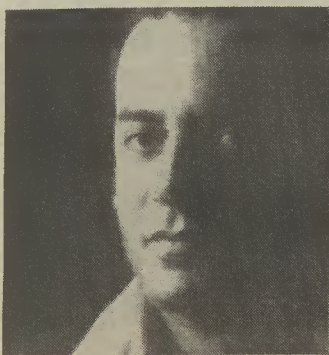


MUSICA

Centenário de Poulenc

É já na próxima Quarta-feira que se realizará no Pequeno Auditório do Centro Cultural de Belém um recital de canto e piano comemorativo do centenário do nascimento do compositor francês Francis Poulenc. Este recital estará a cargo do cantor Luís Madureira e do pianista Jeff Cohen. Segundo o texto de apresentação deste recital, «para Poulenc, a «mélodie» foi sempre um dos elementos essenciais da sua linguagem. Melodia sensível e saborosa que encerra através de contornos delicados um sóbrio lirismo e

que o compositor enriquece com um rigor de prosódia único». Neste recital, poderemos ouvir na 1.ª Parte as obras «Tell jour, tell nuit», sobre textos de Paul Éluard, «Métamorphoses», sobre textos de Louise de Vilmorin, e ainda outras obras sobre poemas de Guillaume Appolinaire, Louis Aragon, Robert Desnos e Charles d'Orleans; e, na 2.ª Parte, a obra «Le Bestiaire», sobre um poema de Appolinaire, e ainda pequenas canções para poemas de Cocteau, Bonneau, Jaboune e Nohain. O recital é às 21.30.



Luís Madureira

Recital de Órgão em São Vicente de Fora

É sempre impressionante contactarmos com a sonoridade



Uma peça de Jorge de Sena

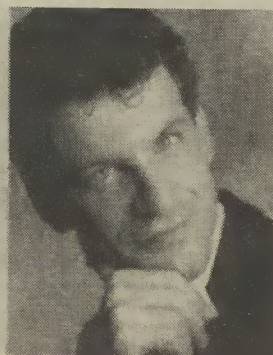
A Associação Cultural Palco Oriental foi fundada por uma série de grupos de teatro independente com actividade desde 1975 que se fundiram em 1992 agregando elementos vindos da Escola Superior de Teatro. Até hoje, uma das preocupações principais desta associação é a de contribuir para a animação cultural da Zona Oriental de Lisboa através da realização de diversas actividades, a principal das quais é assegurada pelo grupo de teatro profissional com a adaptação de textos teatrais como, entre outros, «Macbeth», «A Boda dos Pequenos Burgueses», «Uma Cerveja no Inferno

com um Discurso Filho da Puta» (colagem de textos de Virgílio Ferreira, Khali Gibran, Frank Zappa ou José Carretas) ou, ainda, «O Menino que Deus nos Deu» (adaptação do conto «Os Doutores, a Salvação e o Menino», de Luís Pacheco).

Agora o Palco Oriental vai estreiar hoje à noite na sua sede (Calçada do Duque de Lafões, 76, Lisboa), a peça teatral «Capangala» com texto de Jorge de

Sena e João Jorge. É o seguinte o resumo da referida peça: «Dois jovens, dois soldados e dois números na imensidão numérica da massa humana presente no Portugal colonial em terras de África. São o 54 e o 401. Sobreviventes da patrulha 20. Têm como único objectivo conseguirem escapar no cerrado capim das balas dos «turras». Dos flancos, da retaguarda e da dianteira do capim exala o fortíssimo odor do inimigo sempre presente, no meio da surpresa... uma mina que «agarrou» um deles. E agora? Qual é o último desejo de quem depende de um pedaço de metal pronto a ceifar uma vida de apenas 21 anos? Tantos... uma mulher, a feijoadada da mãe, um último cigarro, saborear os cacilheiros a atravessar o Tejo.»

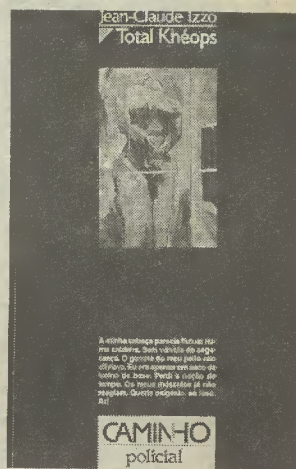
Com cenografia, dramaturgia e encenação de João Jorge, desenho e operação de luzes de José Guedes Mesquita e interpretação de António Portela, José Carrapito e João Jorge, a peça «Capangala» estará em cena até 14 de Março, com espectáculos às quintas e sábados às 22 horas e aos domingos às 16 horas. Às quintas e domingos, os moradores das Freguesias do Beato e de Marvila têm entrada grátis, desde que portadores do B.I.



Jeff Cohen

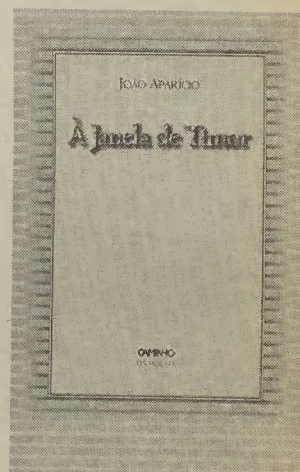
grandiosa de um órgão de uma igreja. Em particular, o órgão da Igreja de S. Vicente de Fora (em Lisboa) é conhecido pela sua excelente qualidade. É

LIVROS



Total Khéops

É já raro, por essas colecções fora, encontrarmos traduções de policiais franceses. Porque os franceses já perderam a mão para o género? Cremos que não. Mas a esmagadora maioria da «produção» é anglo-saxónica. Salvam-nos do «esmagamento» estas iniciativas da Caminho, que sabe «entremear» o melhor que há por aí em inglês com o que de melhor surge noutras línguas, noutros espaços e culturas. Assim, é com gosto que assinalamos este livro de Jean-Claude Izzo, onde, a par da história, dentro dela, surge, plena de contradições, isto é, de vida, uma cidade - Marseilha. E uma surpresa, esta de um bom livro policial que nos fala da realidade dentro da ficção.



À Janela de Timor

Poesia, desta vez. Também da Caminho, uma editora que se não cansa, apesar dos «mercados», de dar voz a poetas do nosso tempo. De João Aparício. Prefaciado por Sophia de Mello Breyner Andresen, a dizer que o texto deste À Janela de Timor «é a crónica dolorosa de um país ocupado e oprimido onde à sombra da bandeira vermelha e branca da Indonésia se sucedem os abusos, os insultos, os ultrajes e onde os direitos humanos são espezinhados e escarnecidos: mulheres violadas, homens na prisão, destruições, massacres». Para além da qualidade da palavra e do lirismo que atravessa os poemas, esta viva mensagem. Em tempo de esperança.

nele que o organista Mario Penzar vai tocar um repertório exigente integrado na Temporada de Música da FCG desta ano. É no Domingo 21 e as obras previstas são: Per la Messa in Dominicis infra annum e La Bergamasca, ambas de Girolamo Frescobaldi; Mein junges Leben hat ein End, Balletto del Granduca e Fantasia em Lá Maior, de Jan Pieterszoon Sweelinck; Al Post Communio, Versi e Canzona em Sol menor e Pastoral, de Domenico Zipoli; e Prelúdio e Fuga em Sol menor de Dietrich Buxtehude.

ÚLTIMAS

ATALE DE FOICE

Homenagem de Judas

José Luís Judas, na sua condição de presidente da Câmara de Cascais, propôs à edilidade local uma homenagem ao Almirante Manuel Pereira Crespo, atribuindo o seu nome a uma rua e erguendo-lhe um monumento. A estranheza da proposta coloca-a o próprio Judas, logo no segundo parágrafo: «Ministro da Marinha no último governo da ditadura derrubada pelo 25 de Abril, poderá parecer um contra-senso propor esta homenagem.» Mas, «com efeito, assim não é». E Judas diz por quê: «O Almirante Manuel Pereira Crespo, pelas suas posições, quer como militar quer como humanista esclarecido, soube, de forma brilhante, conciliar os seus compromissos políticos com um elevado sentido de camaradagem, não consentindo, em caso algum, denunciar oficiais que sabia, por conhecimento pessoal ou através de informações da polícia política, envolvidos em movimentos democráticos organizados na Marinha, desde finais dos anos sessenta ou, anos mais tarde, no Movimento dos Capitães.»

Ou seja, em substância e segundo Judas, o seu Almirante merece pública reverência pelo simples facto de nunca ter sido bufo, o que coloca um dilema: a generalidade dos municípios de Cascais também nunca se dedicou a tal prática, o que, em teoria, perfila dezenas de milhares de nomes com direito a uma rua.

Então por quê escolher o Almirante e ignorar o resto dos moradores – que são praticamente todos?!... Por exclusão de partes, é forçoso presumir que a escolha de Judas teve por critério algum mérito singular do seu eleito, não verificado em todos os outros cidadãos de Cascais. Ora a singularidade que se vislumbra no senhor Manuel Pereira Crespo é ter sido, além de Almirante, Ministro de Marcelo Caetano. Pelo que os cidadãos de Cascais – incluindo os da maioria que elegeu José Luís Judas – podem tirar o cavaleiro da chuva: apesar de nunca terem sido bufos, mau grado poderem reivindicar que também eles sabem «conciliar os seus compromissos políticos com um elevado sentido de camaradagem» ou, mesmo, que há entre eles toneladas de «humanistas esclarecidos», com este presidente da Câmara nunca hão-de ter hipótese de ser perpetuados na toponímia ou pelo cinzel. Faltar-lhes-á, sempre e irremediavelmente, a dupla condição de Almirantes e Ministros do fascismo.

Talvez para blindar a argumentação, como se vê, algo vulnerável da proposta, Judas não se ficou por aqui e aduziu um mérito outro: a capacidade do seu homenageado em continuar um «afável relacionamento» com os oficiais de Abril que provocaram «politicamente o seu afastamento». Em tal quadro, tememos que o presidente da Câmara de Cascais, no uso da sua estabelecidíssima versatilidade, decida reconhecer beatitude nesta aptidão do seu homenageado em continuar afável com quem o saneou. Se assim for, estamos sob o risco de ver Judas a aproveitar a próxima visita do Papa ao nosso país, para lhe propor a beatificação do Almirante...

Finalmente, e a rematar o postulado da sua proposta, Judas considera que «relembrar o Almirante Manuel Pereira Crespo é prestar homenagem à grandeza moral face à mesquinhez», sobretudo quando vivemos «tempos em que os valores morais podem estar a sofrer alguma erosão ou que a camaradagem deixa de ser, por razões carreirísticas, sempre de pouca duração na memória das gentes, valor essencial».

Descontando o arrevesado da sintaxe, está aqui o Judas carregadinho de razão. Por este episódio, mais uma vez se confirma que os valores morais estão realmente em grande erosão. Quanto à camaradagem ter deixado de ser um «valor essencial» por «razões carreirísticas», não há margem para duvidar do Judas, dada a sua qualidade de especialista na matéria.

De tal modo que, por este andar, ainda acaba em estátua.

■ Henrique Custódio

Trabalhadores do Tesouro em greve

Os trabalhadores da Direcção Geral do Tesouro (DGT) estão em greve de 17 a 19 de Fevereiro, em luta pela revalorização das suas carreiras e pela criação do Fundo de Regularização de Tesouraria.

Os trabalhadores da DGT aguardam há um ano que o Governo apresente uma proposta que, tendo em conta a situação específica das atribuições que lhes cabem, promova a reestruturação das respectivas carreiras. A falta de interesse do executivo em negociar, segundo o Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores, está patente na ausência de resposta aos pedidos de entrevista que têm sido dirigidos aos secretários de Estado do Tesouro e Finanças, e da Administração Pública e Modernização Administrativa.

Na falta de diálogo, «não resta aos trabalhadores outra alternativa que não seja o recurso à greve», lê-se num comunicado daquela estrutura sindical. Os trabalhadores exigem a negociação colectiva dos diplomas de reestruturação de carreiras e da criação do Fundo de Regularização de Tesouraria, e a sua publicação até fins de Março.

Esta forma de luta, imposta pela indisponibilidade do Governo em negociar, pode pôr em causa o pagamento atempado dos salários de 400.000 trabalhadores da Função Pública.

Paralisação suspensa

Os trabalhadores das refinarias do Porto e de Sines, por seu lado, decidiram suspender a greve convocada para os 17, 18 e 19 do corrente, tendo em conta a nova posição da administração da Petrolgal.

Segundo um comunicado da Federação Intersindical da Metalurgia, Metalomecânica, Minas, Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás (FEQUIMETAL), a «nova posição da administração, representando um avanço em relação às posições anteriores, não contempla ainda todas as reivindicações dos trabalhadores, pelo que a continuação ou não da luta vai

Corroios JAE inicia obras

«Vale a pena lutar», regozija-se a Comissão de Freguesia do PCP de Corroios, em relação ao arranque das obras de acesso à futura estação de Comboio de Corroios pela JAE, após inúmeras reivindicações feitas nesse sentido pelos eleitos locais.

Fazendo votos para que «aproveitando a embalagem», se resolva também a questão do escoamento da Vala de Corroios, o PCP espera ainda que se faça a passagem sob a Auto-Estrada, de forma a facilitar o acesso fácil dos peões e utilizadores do Parque da Estacionamento, a poente da Estação, assim como dos moradores de Vale de

sindicatos diferentes, a FEQUIMETAL exortava à unidade nos locais de trabalho e em torno de interesses e objectivos comuns.

Do plenário de hoje podem resultar formas de luta e de protesto pela forma como o Governo se propõe proceder à extinção da JAE.



A greve no Tesouro é uma resposta à falta de diálogo com o Governo (foto de arquivo)

depende da evolução das negociações».

Recorda-se que os trabalhadores das duas refinarias, em plenários realizados no dia 11, amplamente participados, reafirmaram a sua disposição de luta, sublinhando que as reivindicações visam obter um «acordo justo para todos».

Um comunicado da FEQUIMETAL, no final da semana passada, dava conta da «profunda indignação» da classe por a FEQUIMETAL e a CCT estarem a ser impedidas de participar nas reuniões de negociações que se estavam a realizar nas costas dos sindicatos representativos dos trabalhadores. Salientando que os interesses dos trabalhadores são iguais, apesar de estarem filiados em

Plenário na JAE

Os trabalhadores da Junta Autónoma das Estradas (JAE) reúnem hoje em plenário nacional, às 14 horas, no Terreiro do Paço, para analisarem o processo de reestruturação em curso na JAE.

Em causa estão os projectos de diplomas legais que o Governo enviou à Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública sobre a criação dos Instituto das Estradas de Portugal e do Instituto para a Conservação e Exploração da Rede Rodoviária, e que extinguem a JAE. De acordo com os referidos projectos, os trabalhadores terão de optar entre a colocação num quadro de excedentes, sem garantia de absorção por outros organismos, ou a sua desvinculação e subsequente admissão ao contrato individual de trabalho.

Serviços sociais fecham dia 12

Os trabalhadores dos serviços da acção social das universidades vão cumprir uma greve no próximo dia 12 de Março, em luta pela integração de todo o tempo de serviço na Caixa Geral de Aposentações, o abono para falhas a todos os trabalhadores que tenham à sua guarda dinheiros ou valores, e o fim dos contratos individuais de trabalho.

As reivindicações dos trabalhadores e as negociações sobre a matéria com o secretário de Estado do Ensino Superior arrastam-se há mais de três anos, sem se vislumbrar qualquer desfecho.

Músicos criticam gestão do S. Carlos

O Sindicato dos Músicos acusa a direcção do São Carlos de gerir o teatro de uma forma burocrática, criticando ainda a falta de projecto para Orquestra

Sinfónica Portuguesa (OSP), actualmente sem maestro depois do despedimento de Álvaro Cassuto.

Em declarações à Lusa, Adriano Aguiar, do Sindicato dos Músicos, sublinhou que o decreto de 1998, que reintegrou a orquestra do São Carlos, veio trazer estabilidade, regularizando a situação laboral dos músicos. Como recordou, estes «estiveram a trabalhar a recibos verdes desde 1993 até Janeiro de 1997, altura em que foram integrados nos quadros do Teatro».

O tipo de contratação anterior, mantido pelo PSD, nomeadamente pela secretária de Estado Maria José Nogueira Pinto, era completamente ilegal, afirmou o sindicalista a propósito das críticas que a deputada do CDS/PP tem feito à reintegração da OSP no Teatro, matéria que esteve foco ontem no Parlamento, durante o debate sobre a Lei Orgânica do S. Carlos.

Mas apesar de concordar com a medida, o Sindicato está preocupado com o modelo de gestão que está a ser aplicado, notando «um aumento da burocracia, com a obrigatoriedade de preencher

papéis para resolver até pequenos assuntos».

Sobre a saída polémica do maestro Álvaro Cassuto, o Sindicato mantém a sua posição de «não poder apoiar o ex-titular nas suas pretensões de regressar à orquestra porque representou também o reinado do terror instalado aquando da criação da orquestra», em 1993. «É estranho que Álvaro Cassuto venha agora a público afirmar-se funcionário do Teatro São Carlos, quando durante muito tempo foi defensor dos recibos verdes para os músicos da orquestra», disse, à Agência Lusa, Adriano Aguiar.

O Sindicato considera ainda importante o aumento dos efectivos da orquestra, a qual «deveria ter no mínimo mais 50 músicos para dedicar-se à ópera, ao bailado e aos concertos sinfónicos, que exigem um efectivo mínimo de 80 músicos».



5 603 199 000 445



04999